

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dezoito de setembro de dois mil e quinze.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes efetuou a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido convocado para estar presente o Sr. António Garcia Rodrigues que não compareceu na presente sessão.

Igualmente o Sr. Dr. Carlos Jorge Mamede Carvalheira de Almeida não esteve presente e também apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido substituído pela Sra. Dra. Carla Alexandra dos Santos Godinho.

A Sra. Dra. Fátima Patrícia Amaral Figueiredo também não esteve presente e igualmente solicitou justificação e substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Luís Fernando Correia Conceição Santos.

Também se encontrava ausente o Presidente da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. José António Gomes Guilherme, que apresentou justificação e solicitou a respetiva substituição, tendo sido substituído, pelo Secretário da Junta da União de Freguesias, Sr. Paulo Sérgio de Campos Brito.

Também se encontrava ausente o Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Dr. António Manuel Nunes Soares, que apresentou justificação e solicitou a respetiva substituição, tendo sido substituído, pelo Secretário da Junta de Freguesia, Sr. Tomás Manuel dos Santos Pedro.

Também se encontrava ausente o Sr. Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano que não apresentou justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Declaro aberta a sessão.

Passaríamos à votação para aprovação da ata da sessão anterior.

Relativamente à ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezanove de junho de dois mil e quinze, pergunto se há alguma proposta para alteração ou retificação da ata?

Se não há, passaríamos à votação da ata para a sua aprovação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezanove de junho de dois mil e quinze, foi aprovada por maioria, com duas abstenções.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Aprovação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 29, do Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho e na alínea o), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2015.

III -Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para dois lugares de Assistente Operacional - Auxiliar de Serviços Gerais.

IV - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a tempo parcial, para três lugares de Assistente Operacional - Auxiliar de Serviços Gerais (quatro horas e meia).

V - Apreciação e votação da proposta de alteração ao Modelo de Organização Interna / Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais e disposições relativas a cargos de Direção Intermédia de 3º Grau.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez.

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Avô.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Meruge.

IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Seixo da Beira.

X - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

XI - Aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao artigo 23º do Regulamento do Mercado Municipal de Oliveira do Hospital.

XII - Aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do projeto de Regulamento do Programa “Casa Digna” - Programa Municipal de Apoio à Recuperação ou Criação de Habitabilidade.

XIII - Aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais.

XIV - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal.

XV - Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, da proposta de delimitação da ARU da Cidade de Oliveira do Hospital.

XVI - Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, da proposta de delimitação da ARU do Centro Histórico da Bobadela.

XVII - Conhecimento da Proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) para o Concelho de Oliveira do Hospital.

XVIII - Apreciação e votação da proposta de fixação de taxas do IMI para o ano de 2016, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

XIX - Apreciação e votação, nos termos do nº 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes.

XX - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS.

De seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Junto da documentação de suporte à Ordem do Dia também receberam a listagem da correspondência recebida e expedida.

Informo também que recebemos uma comunicação do Grupo Parlamentar “Os Verdes” relativa a uma pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia relacionada com a poluição da Sonae Indústria. É referido nessa comunicação que a água se encontra em boas condições e que não havia qualquer tipo de problema. Esta informação já foi dada ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.”

Seguidamente retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente aos acontecimentos mas relevantes desde a realização da última Assembleia até hoje quero destacar o seguinte:

No dia dezoito de julho tivemos o programa “Verão Total” em Alvoco das Várzeas;

No dia vinte e quatro de julho tivemos uma grande manifestação do descontentamento do estado lastimável em que se encontram as estradas da nossa região e o problema do Centro de Saúde;

Como sabem não temos médicos no Centro de Saúde e também em algumas extensões de Saúde.

Penso que estamos todos de parabéns. Recordo-me de ter visto nessa manifestação elementos afetos ao CDS e ao PCP, para além de outros, o que é de enaltecer.

No dia nove de agosto tivemos, de novo, a televisão em Oliveira do Hospital;

No dia doze de agosto tivemos um acontecimento funesto. Foi o falecimento do Sr. Manuel da Cruz Loureiro, pai do membro desta Assembleia Municipal, José Ferreira. Em meu nome pessoal e penso que em nome de todos vós, aqui fica a nossa manifestação de pesar.

No dia vinte e dois e vinte e três de agosto tivemos a “Festa Moçarabe de Lourosa” com grande afluência de público;

No dia vinte e nove e trinta de agosto tivemos a “Feira do Pão, Bolos e a Bolas” no Seixo da Beira, com o lançamento do livro histórico que foi escrito pelo Sr. Eng.º Vasco Ferreira. Quer este livro quer um outro, “Ao correr da lançadeira”, da autoria do Viriato Gouveia, foi difundido nacionalmente pelo Prof. Marcelo Rebelo de Sousa no último fim de semana.

Por fim uma referência ao abandono dos poucos médicos que já havia neste Concelho. Abandono este que foi notícia e que foi objeto de queixa por muitos utentes. Mas este não é um problema que nós aqui possamos resolver.

Passávamos às inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.

Informo também que a intervenção do público será no fim do Período de Antes da Ordem do Dia. Uma vez que há três pessoas a quererem falar, proponho que façam as intervenções todas de seguida e o Sr. Presidente da Câmara responderá no fim porque hoje temos vinte Pontos na Ordem do Dia. Também, por isso, peço a vossa especial atenção para o cumprimento dos tempos para não sairmos daqui muito tarde.”

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, para fazer a seguinte intervenção:

“Queria agradecer ao Sr. Presidente da Câmara o apoio que nos foi dado na logística para a organização do programa televisivo “Verão Total” que se realizou em Alvôco das Várzeas no dia dezoito de julho de dois mil e quinze.

Sr. Presidente, penso que foi uma jornada que promoveu a nossa Freguesia mas também temos a noção de que promoveu todo o Concelho. As pessoas que nos visitaram acabaram também por visitar outros locais de interesse do Concelho e concordaram que Oliveira do Hospital está na moda.

Sr. Presidente, queremos com esta iniciativa que se realizou na nossa Freguesia que se reforce a tese de que Oliveira do Hospital está no mapa e que fique escrito com letras grandes.

Este evento também veio contrariar o que algumas pessoas dizem: “que só se faz festas sem retorno”. Este evento veio contrariar o que é dito mas as pessoas não querem ver. Com pouco investimento tivemos uma boa jornada de promoção da nossa terra e dos nossos produtos. Fomos visitados por gente que nunca tinha vindo a Alvôco e que vieram visitar a nossa terra e a nossa região.

Por vezes as festas que se fazem não são só para as pessoas se divertirem. Estas festas servem de promoção à nossa terra, à nossa região, ao nosso Concelho. São eventos realizados a baixo custo e são uma boa jornada de promoção.

Aproveito para fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara: Em Alvoco das Várzeas, como parece que é em todo o Concelho, não temos tido médico, e pelo que sei será até ao final deste mês. Queria perguntar ao Sr. Presidente se tinha conhecimento desta situação e solicitava que fosse dada informação à população para que as pessoas não se dirijam ao Posto Médico enganadas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e a todos os que trabalharam, colaboraram e apoiaram para que a Unidade Móvel de Saúde fosse posta em movimento. Ela tem ido à minha Freguesia uma vez por semana. Tem havido muita afluência. Acho que foi uma mais-valia para a minha Freguesia. Foi um bem que adquirimos e que não devemos perder. Gostaríamos que o médico fosse no mínimo uma vez por mês na Unidade Móvel de Saúde para assistir uma ou outra situação mais grave.

Sabemos que temos falta de médicos no nosso Concelho mas vamos continuar a reivindicar por eles. Também não nos podemos calar enquanto o

IC6 não chegar aqui a Oliveira do Hospital. Já fizemos uma luta por isso e se for preciso voltamos à luta porque temos que reivindicar aquilo de que necessitamos no nosso Concelho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“O Concelho de Oliveira do Hospital é por todos reconhecido que atravessa o pior momento da sua história em termos de assistência médica.

Averigui com cuidado que desde a criação do Serviço Nacional de Saúde que nunca a falta de médicos e cuidados de saúde à população foi tão má. São visíveis para todos três factos:

- Há falta de médicos;

- Há repetidas promessas de colocação de médicos.

- Vejo o Presidente da Câmara Municipal empenhado e sempre a dar a cara por uma solução. No entanto, o Prof. José Carlos Alexandrino foi eleito para ser Presidente da Câmara e não para Ministro da Saúde.

A responsabilidade deve ser dada a quem de direito e o reconhecimento feito a um Presidente da Câmara incansável na minha ótica.

Onde tem faltado Ministério da Saúde tem aparecido a Câmara Municipal a criar soluções.

Onde o Ministério da Saúde poupa dinheiro tem aparecido a Câmara Municipal a fazer o investimento em saúde.

Felizmente que a Freguesia de Aldeia das Dez ainda tem médico. A Dra. Margarida foi sempre uma profissional dedicada aos seus doentes de uma forma exemplar.

Tenho que evidenciar o esforço do Presidente da Câmara por colocar no terreno uma Unidade Móvel de Saúde tal como referiu o meu colega de São Gião.

Mais uma vez onde faltou o Ministério da Saúde foi a Câmara Municipal a assegurar os cuidados de saúde à população. Uma população envelhecida e sem recursos financeiros.

Tenho que reconhecer a vantagem da Unidade Móvel de Saúde no apoio à população da Freguesia, especialmente às que se encontram na periferia, bem como o grau de satisfação e adesão dos utentes.

Queria aproveitar para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre quem lidera o Projeto da Unidade Móvel? Pois julgava que era uma parceria entre o

Ministério da Saúde e o Município, mas quem tem aparecido tem sido a Fundação Aurélio Amaro Dinis e os seus enfermeiros.

Ou haverá algum dado que nos está a escapar?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Apresento os meus pêsames ao Zé Ferreira. Acabei de saber agora dessa nefasta notícia e naturalmente que me solidarizo neste momento de dificuldade.

Tenho perfeita noção de que estamos no Salão Nobre deste Concelho, que é a casa da democracia, e por causa disso vou tentar, e também porque já me sentei naquela cadeira ali com o respaldo mais alto, vou tentar manter alguma compostura, se bem que o que me vai na alma é de facto para fazer aqui o que devia ser feito.

Como todos vocês sabem recebi o parecer da CADA. Espero que o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia e os Membros da Assembleia tirem as devidas elações do parecer. Eu enviei-o para todos.

Aquela coisa de que ninguém me dá razão... O Sr. António Lopes não sabe o que é que anda aqui a fazer ...etc...etc... etc.

Leiam lá o parecer, e volto-lhes a lembrar aquilo que lhes disse aqui, faz amanhã um ano, quanto à sentença. Porque há quem pense que estas coisas são a brincar mas depois com tempo a gente vai vendo como é!

Mais uma vez fiz dez pedidos e não foram respondidos em tempo útil e por isso já enviei a queixa para a CADA. Recebi os documentos ontem. Tinha já aqui um discurso feito, e que mesmo assim já levava muito tempo, e não o vou poder ler porque não gosto que me mandei calar. O Sr. Presidente em tempos não gostava de falar constrangido, já o disse várias vezes, está na ata na folha quatro da ata de vinte e nove de setembro, mas desde que se sentou ali mudou muito de ideia, quer ele quer o Senhor Primeiro Secretário. Mudam-se os tempos mudam-se as vontades. Os conceitos de democracia vão mudando consoante os interesses. Aliás a vida é um conflito de interesses e portanto temos que estar todos de acordo.

Quero congratular, porque eu pedi para nomearem uma pessoa, já que os documentos não chegavam lá: Foi nomeado o Sr. Diretor de Departamento, que muito me honra, é a pessoa mais qualificada dentro do Município e portanto muito me honra, embora eu lamente que ponham um funcionário desta dimensão, é o Diretor de Departamento, é o Notário Privativo, e como o António Lopes quer honrar o compromisso que assumiu com os munícipes vai

passar ali umas horas. Acho que é um desperdício pôr uma pessoa daquele gabarito ali a aturar o António Lopes. Mas o interesse do Concelho é capaz de valer a pena. Fica demonstrado que, de facto, democracia e cumprimento da lei, aqui dentro, não existe.

Não há nada na lei, que eu conheça, que diga que a função dos deputados é vir aqui bater palmas ao Sr. Presidente e apoiar o Sr. Presidente e a Câmara. Tudo na lei diz que a nossa função é acompanhar e fiscalizar.

Eu pretendo acompanhar e fiscalizar e faço perguntas e até já publiquei num jornal que a Câmara neste momento estava a levar às pessoas duzentos e cinquenta mil euros ano a mais na água. O que nós aqui discutimos era para fazer um equilíbrio entre o custo e a receita.

Sr. Presidente, já foi decidido, no dia vinte e nove de julho, um novo preço para o esgoto. Ora, por certo, o Sr. Presidente sabe quanto é que pagou nestes anos todos e diz que ainda não tem condições para me dar as contas. O Senhor continua a não me querer informar.

Eu tenho aqui a informação toda. Sei até ao milímetro. Tenho aqui os contratos. Na comunicação Social vamos falar disso um dia destes. É uma vergonha o que se passa aqui.

O Sr. Presidente não me dá a documentação e faz tudo para me isolar mas o Senhor anda muito enganado com o António Lopes. O Senhor pensa que o António Lopes é bom de controlar. Eu lamento, como é que nesta Câmara não se faz outra coisa que não seja ajustes diretos. A BLC3 fez agora dois milhões de ajustes diretos que é tudo uma completa ilegalidade. Temos aqui casos em que se lança o concurso e se adjudica no mesmo dia. Eu pergunto: O que é que isto tem a ver com transparência?

“A mulher de César” não pode nem sequer estar sob suspeita. Quando não queremos estar sob suspeita temos que fazer as coisas com transparência. É para isso que eu luto e foi para isso que eu recebi o mandato e é essa a função da Assembleia.

É verdade que os Senhores todos se demitiram da vossa função. Como acabámos de ver todos gostam mais de dar um elogio.

Não há nenhum artigo na lei que diga que a função da Assembleia é vir aqui dar louvores ao Senhor Presidente da Câmara.

Eu não sei porque é que não cumprem a Lei! O Licínio da última vez até me mandou calar!

O Sr. Presidente fala uma hora e eu só tenho cinco minutos para falar. Porque é que não mandam calar o Sr. Presidente quando fala mais que os cinco

minutos, que a lei não lhe permite, e me mandam calar a mim que falo cinco minutos?

O Sr. Presidente tem cinquenta por cento de todo o tempo desta Assembleia para falar.

Quero também falar dessa grande manifestação: Eu passei por lá e não vi!

Se este Governo vai embora. Se o PS vai ser Governo. Eu não percebi esta manifestação!

Não confiam que o PS vai fazer o IC6 e que vai arranjar os médicos?

Se este Governo vai embora, queriam que em dois meses resolva o problema?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Seixo da Beira, Sr. Carlos Alberto Batista Costa Borges, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui dois assuntos: O primeiro é para agradecer, à Câmara Municipal e ao Sr. Presidente, a construção da Casa Mortuária em Aldeia Formosa. Também uma palavra de agradecimento à população de Aldeia Formosa que contribuiu com um apoio monetário significativo para que aquela obra fosse concluída.

O outro assunto, Sr. Presidente, é um assunto que me está a preocupar. É o problema do saneamento em Aldeia Formosa: Os proprietários do restaurante “Cristina”, desde que a nova padaria foi aberta começaram a lançar as águas sanitárias para a via pública. Antes da nova padaria funcionar eles mesmos bombeavam a água para o saneamento de Aldeia que ia para a estação de tratamento de Vila Franca.

Sr. Presidente, trata-se de uma situação de saúde pública que é muito grave. Chega a haver horas em que os odores são muito intensos e a população não está contente com esta situação. Deixo-lhe este aviso, Sr. Presidente.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Espero que esta noite, tem muitos Pontos, aliás Pontos até a mais, éramos para trazer uma almofada, espero que não se estendam muito no tempo.

Em primeiro lugar quero referir que o que o Sr. António Lopes disse merece a nossa máxima atenção. Se há coisas que não estão corretas também é de bom-tom que nos deem essa informação, mesmo que seja o Sr. António

Lopes a fazê-lo. Até para não podermos dizer que não sabemos das coisas. Também cumpre à Câmara Municipal esclarecer as nossas dúvidas e todas as que apareçam.

Quero agradecer a quem teve a iniciativa da Festa de Receção da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima em Oliveira do Hospital. Acho que foi das melhores ações que vi na nossa terra nos últimos anos. Pena foi ter chovido tanto. Diga-se que até gostei de ver o Senhor Presidente com a velinha na mão. Foi uma iniciativa que foi de louvar. Pena é que não se possa fazer mais vezes.

Quero também perguntar ao Sr. Presidente da Câmara como é que está a situação da repavimentação dos espaços publicitários públicos que referenciamos por *outdoors*. É que tem havido algumas pessoas que se têm queixado que andam a retirar as estruturas e há outras pessoas que dizem que uns pagam e que outros não pagam. Ou seja, como é que está a ser feita essa fiscalização?

Como sabem brevemente iremos atravessar um período eleitoral e temos que nomear os elementos para as Mesas Eleitorais. Em alguns locais que tive que percorrer notei a falta de cuidado e manutenção nessas localidades. Posso dizer-vos que chamou-me particularmente a atenção a Bobadela onde notei que falta ali qualquer coisa. Acho que tem que haver algum cuidado da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal relativamente a esse espaço porque é um espaço turístico. Nomeadamente luzes fundidas.

Fico mais contente por saber que já estão a lançar a obra de requalificação da Estrada Nacional 17. Aliás, era algo que nós já sabíamos, e foi algo que eu já aqui tinha dito, que iria acontecer a breve trecho. Sabemos que é algo que não irá resolver os nossos problemas, todos queremos algo mais e melhor para a nossa terra, mas acho que já vai diminuir um bocadinho estas condições tão negativas que temos.

Já agora, a título de curiosidade, no que respeita às infraestruturas, gostara de saber qual é que é a opinião do Sr. Presidente da Câmara relativamente ao novo traçado da IP3-Coimbra/Viseu?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Uma grande percentagem dos acontecimentos em Oliveira do Hospital são coisas positivas, do ponto de vista da intervenção da Câmara. As negativas, nada têm a ver com a Câmara. O que se está a passar, com a falta de médicos e

com todas as questões da saúde, nada tem a ver com a responsabilidade da Câmara.

A Câmara tem feito o seu papel, faz o seu caminho, cumpre, investe, anda para a frente. O que não anda tem a ver com o Governo e é o que temos visto nestes últimos tempos: É o IC6 e IC7; É as estradas aqui no Concelho em mau estado que são da responsabilidade do Governo.

Quero falar dos grandes eventos de Oliveira do Hospital, nomeadamente do “Verão Total”, da nossa capacidade no âmbito do Turismo Rural, das novas unidades hoteleiras que estão a surgir e que posicionam o Concelho de Oliveira do Hospital como o terceiro Concelho do Distrito Coimbra, logo a seguir a Coimbra e à Figueira do Foz.

Acho que nos devemos honrar e estar satisfeitos por todos os eventos que acontecem. Fala-se muito, e cada vez mais, de Oliveira do Hospital, o que me honra e me faz sentei cada vez melhor. Fala-se em desenvolvimento urbano, em nova iluminação que virá para Oliveira do Hospital com tecnologia LED que é mais económica.

Não gosto de ver algumas pessoas a fazerem-se de “caliméros”. São pessoas que acham que sofrem. Eu tenho a máxima consideração por todas as pessoas.

Relativamente ao assunto dos ajustes diretos, quero dizer que, de acordo com o regime das obras públicas, é possível fazer ajustes diretos, ou concursos limitados, até ao valor de quatrocentos e catorze mil euros mais IVA. Isto é, com valor superior a quinhentos mil euros.

Deixava aqui duas questões ao Sr. Presidente da Câmara para que nos dê informação:

Como é que está a recuperação da ex-Pousada de Santa Bárbara?

Acho que nos honrava se tivéssemos ali uma unidade hoteleira.

Quando é que temos uma unidade hoteleira na sede do Concelho de Oliveira do Hospital?”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de iniciar a minha intervenção, e espero que o Sr. Presidente da Mesa me desconte este tempo, quero responder ao Sr. António Lopes porque durante a sua intervenção colocou todos os deputados no mesmo “saco”:

Quanto aos Deputados do PSD, ninguém se demite das suas funções. Estamos aqui numa oposição pró-ativa, criticando, fazendo propostas e trazendo ideias.

Portanto, fica esclarecido que os Deputados do PSD não se demitem da sua função.

Relativamente aos pontos que trago aqui hoje, gostaria de partilhar alguns apontamentos:

Em primeiro lugar gostaria de felicitar a organização de mais uma edição da Festa Moçárabe que teve lugar em Lourosa. É um evento que tem vindo em crescendo, de ano para ano, e que atraiu, mais uma vez, muitos visitantes. Pena, foi, o dia chuvoso de domingo.

Relativamente a esta festa gostaríamos de chamar a atenção do Executivo para o seguinte: Achamos que a Freguesia de Lourosa, nomeadamente a Igreja Moçárabe, merecem umas placas de indicação, na Estrada Nacional, digna desse nome. Umas placas de indicação daquela Igreja com melhor visibilidade e, por sua vez, mais legíveis. Quem passa na Estrada Nacional mal se apercebe da existência daquelas placas que lá estão. Assim, podemos estar a perder possíveis visitantes a esta Freguesia e, em particular, a este Monumento classificado como de Interesse Nacional.

Deixar também uma palavra para a justa homenagem com a qual o Sr. Aristides Gonçalves foi brindado recentemente na sua Freguesia de Avô, à qual dedicou grande parte da sua vida. Em nome do PSD, não poderíamos de deixar aqui este registo.

Neste período teve ainda lugar a EXPOH. Sobre esta, gostaríamos de dizer algo, sobre o formato que pretende renovar: Para além de trazer a indústria Oliveirense para a EXPOH numa próxima edição, que é de louvar, entendemos que esta feira pode ser enriquecida com iniciativas de outro cariz, que não apenas musicais, com uma componente mais pedagógica, científica e académica. Seria uma forma de completar o programa mais tradicional em que, por exemplo, uma dessas iniciativas poderia vir a chamar-se de algo como “Visitar Oliveira, ontem hoje e amanhã”. Esta poderá consistir em visitas guiadas pelos espaços mais históricos do nosso Concelho bem como tertúlias sobre estes espaços durante o período diurno. Pode servir de instrumento dinamizador de uma forma de melhor conhecer o nosso Concelho em que com o mesmo bilhete do concerto as pessoas poderiam ter acesso também a estas iniciativas. Aqui fica esta sugestão, se a quiserem ter em conta, para uma próxima edição.

Sobre a EXPOH também não podemos deixar de referir o seguinte: Tivemos a curiosidade de saber detalhes sobre o valor dos contratos que envolveram este evento e, para tal feito, consultei o *site* da contratação pública *on line* e na qual constatei que existe o contrato que diz o seguinte: Aluguer, montagem, desmontagem de *stands* e equipamentos afins no âmbito da EXPOH 2015.

Um contrato datado de 31/7/2015, no valor de vinte mil, oitocentos e oitenta e cinco euros.

Em dois mil e catorze, para este mesmo efeito, foi celebrado um contrato com o valor de vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco euros.

Uma curiosidade sobre este número é que verifico que com mais *stands* o valor é inferior ao do ano passado.

Mas, o que gostaria aqui de salientar não tem a ver propriamente com esta diferença de valores mas, sim, com uma questão que gostaríamos de ver respondida e que é a seguinte:

Será que em vez da Câmara Municipal todos os anos fazer estes contratos de aluguer, não valeria mais a pena o Executivo apostar na compra destes *stands* para poderem ser reutilizados de ano para ano?

Em vez de andarmos todos os anos a gastar o dinheiro do erário público no seu aluguer, quem diz estes *stands* diz também as tendas que são usadas para outros eventos.

Por outro lado, gostaria de trazer aqui outros aspetos que gostaria de referir, nomeadamente, chamar a atenção para o estado lastimável em que se encontra um banco de madeira, público, que se encontra no parque infantil do Vale do Ferreiro: A situação em que se encontra bem pode pôr em perigo as crianças que lá brincam.

Por outro lado, é com satisfação que assistimos à substituição das iluminárias do centro urbano com a tecnologia LED, depois de, nesta mesma Assembleia, já em dois mil e onze, ter referido esta recomendação ao Executivo para que estas fossem implantadas no nosso Concelho porque é uma tecnologia mais económica e amiga do ambiente.

Ficamos, contudo, a aguardar por um Concelho que seja energeticamente autossustentável, como referia de seu desígnio em dois mil e onze.

Uma última nota, que gostaria de deixar, tem a ver com os serviços *on line*, e que supostamente a Câmara Municipal disponibiliza no seu *site*:

Tive a curiosidade de os consultar, e permitam-me que vos diga, mas estes serviços de *on line*, nada têm.

Nada têm porque simplesmente não funcionam como tive a preocupação de constatar.

Assim, eram de bom-tom que se verificasse o que é que está por detrás deste problema.

Esta situação faz um pouco lembrar a história dos múpis que existem simplesmente para ter um ecrã ligado com informação ou invisível, ou, então, um ecrã em modo de atualização. A diferença destes serviços *on line* é que na área de entrada do registo, por exemplo, o conteúdo que lá aparece está em branco.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia é para referir três pontos:

O primeiro ponto - Refugiados: Porque entendo, em meu nome e, em nome do partido que aqui represento, o CDS, quero que fique na história, quero que fique gravado em ata, porque acho que é nestas horas difíceis que nós devemos definir a nossa palavra, e devemos definir a nossa linha de pensamento e aquilo em que acreditamos, não posso de aqui deixar essa palavra, essa linha de pensamento, e dizer que o CDS, eu próprio, nos revemos inteiramente na posição do Executivo Municipal numa palavra solidária, numa palavra amiga, e numa palavra companheira em relação aos refugiados.

Isto não é uma questão política de mais défice ou menos défice.

Não é uma questão política de euro ou não euro.

Não é uma questão política de Segurança Social, onde se gastam uns milhões. É uma questão política de dignidade humana. É uma linha de dignidade humana que separa aqueles que estão com a dignidade humana contra aqueles que não estão com a dignidade humana.

E quem não está com a dignidade humana, só vê terroristas.

Quem não está pela dignidade humana, só vê diferenças religiosas.

Nós, e quero, porque é nestas horas que os homens se definem, que fica a palavra, quero que a minha palavra fique gravada neste tempo da história como uma palavra que não vê linha divisória religiosa, não vê só terroristas, vê pessoas, vê crianças que precisam de ajuda.

Não podia deixar passar este momento no sítio nobre do Município, e deixar esta palavra em meu nome e em nome do CDS.

Segundo ponto: A manifestação em que tive oportunidade de participar e que começou por ser uma manifestação em relação à não-construção do IC6, e foi nesse sentido que eu participei nela, mas que também lhe foi acrescentada a falta de médicos no Concelho.

Participei, sobretudo, nessa manifestação porque entendo que a construção do IC6 é uma questão estratégica de desenvolvimento económico e de desenvolvimento social para o Concelho que nos pode aproximar da linha de desenvolvimento do litoral, que nos pode aproximar dos principais centros urbanos.

Não participei tanto por causa da questão dos médicos porque se não quisermos fazer demagogia à volta desta questão basta lembrarmo-nos, e está aqui a notícia, que eu posso deixar ler a quem quiser ler, da insuspeita Ministra do Partido Socialista, em dois mil e oito, foi candidata a deputada pelo Partido Socialista neste círculo eleitoral de Coimbra, a dizer “*Portugal vai ter falta de médicos dentro de três ou quatro anos*”. No final de uma reunião do Concelho de Ministros a Ana Jorge disse não ser possível estimar, quanto a Portugal, quando poderá resolver o problema da falta de médicos de família.

Não é por decreto que se fazem médicos. Não é por decreto que conseguimos que apareçam médicos em Oliveira do Hospital.

O Sr. Presidente da Câmara tem sentido essa dificuldade.

Quantos já não vieram e quantos não vão embora.

É muito fácil, é uma palavra de demagogia muito fácil, vir culpar o Governo, e no período eleitoral ainda é mais fácil vir culpar o Governo pela falta de médicos.

Não é assim!

É um problema estrutural onde todos os Partidos têm responsabilidades, seja o PS, seja o PSD, seja o PC, seja o CDS. Todos têm responsabilidade pela faltam médicos em Portugal porque não os formámos a tempo.

Tive coragem para participar nesta manifestação e espero que outros tenham essa mesma coragem para participar se for o Partido Socialista que esteja no Governo.

Eu não tive vergonha!

Eu tenho o meu partido no Governo mas meto sempre o meu partido atrás da minha terra. A minha terra está no meu coração.

O meu partido nunca, nunca, está à frente da minha terra. Ao contrário de muitos que parece que querem fazer crer nesta Assembleia com as palavras que proferem.

O meu partido será sempre segundo em relação à minha terra. Espero e gostava de ver também este exemplo noutras pessoas de outros partidos políticos.

Terceiro ponto: Não posso deixar de referir, porque se eu acho que é uma má notícia para o Concelho, e, de facto, é uma má notícia, a não-construção do IC6. Se é uma má notícia para o Concelho a falta de médicos. É uma terrível notícia para o Concelho no programa do Partido Socialista estas eleições termos que ler numa alínea que prometeram o redimensionamento e a reestruturação do Grupo de Águas de Portugal a partir de uma base zero, isto é uma proposta do Partido Socialista para estas eleições. Isto é que é uma grande e grave notícia para Oliveira do Hospital. Se há Governo, se há ministro, e já aqui falámos nesta Assembleia sobre isso, que teve a coragem de promover e de dinamizar uma reforma que permite a libertação financeira de Oliveira do Hospital, que permite que Oliveira do Hospital e o Executivo Camarário possam sonhar com outro tipo de obras, que possam sonhar com uma capacidade do município alavancar financeiramente, e a economia local, e o desenvolvimento social, é esta reforma da água que acabou de ser feita. É esta reforma da água que nos permite libertar fundos para a Câmara.

O que o Partido Socialista quer fazer nestas eleições que se avizinham, e muita gente quis que não seja notícia, Isto, sim, é que é gravíssimo para a viabilidade financeira autárquica do nosso Município.

O que o Partido Socialista quer fazer está aqui no programa do Governo. O Secretário-Geral e candidato a Primeiro-Ministro, António Costa, diz que em último recurso recorrerá à ação judicial para evitar que esta reforma vá para a frente.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar gostaria de deixar uma nota: É do mais elementar direito à liberdade que os presentes, colegas deputados, se possam pronunciar do modo que quiserem. Criticando ou elogiando.

Em segundo lugar, gostaria de comentar o que o colega Luís Lagos disse: Falou em sonhos. A matéria onírica é uma coisa bonita e passa a ser feia quando o plano de reforma passa novamente pela privatização.

Começar da estaca zero a negociar com os municípios até pode ser algo bom mas tudo depende de como irá ser construído. E como vai ser construído é uma coisa que nós não conseguimos saber.

Nesta intervenção quero salientar o sucesso da última época balnear que trouxe mais gente ao nosso Concelho. Circunstância que justifica o investimento privado no setor hoteleiro em Oliveira do Hospital, que ronda já mais de dez milhões de euros.

A hotelaria está a desenvolver-se de ano para ano, facto que não é alheio ao trabalho inequívoco desenvolvido pelo Pelouro do Turismo deste Município.

Do mesmo modo importa também congratular a Junta de Freguesia e o Município de Oliveira do Hospital pela iniciativa Campus de Férias Pedagógicas e pelos programas Escola Feliz, Férias Ativas e Férias Solidárias.

Tanto nas férias do verão, como no arranque do anua letivo, como durante todo o período escolar há uma preocupação pública e permanente com as nossas crianças e jovens do nosso Concelho. Poucos serão os Concelhos que podem dizer o mesmo.

Também no âmbito da educação quero partilhar com esta Assembleia que entre os dias vinte e três e vinte e cinco de outubro decorrerá a quinta edição do prémio António Campos, onde a Juventude Socialista premeia o mérito dos melhores alunos do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e da EPTOLIVA com uma viagem ao Parlamento Europeu em Bruxelas.

Note-se que esta é uma oportunidade rara dada a oito jovens do nosso Concelho, muitos deles que nunca saíram do país.

Mudando de Assunto: Partilho convosco que é triste e revoltante ter de assumir isto, mas a verdade é que a saúde em Oliveira do Hospital entrou em colapso. É certo que tanto o nosso Concelho como toda a região da Beira Serra têm sido paulatinamente esquecidos pelo atual Governo, mas o ataque geral ao serviço Nacional de Saúde põe em causa as nossas vidas e as vidas de quem cá vive.

E se já é grave o escândalo, a circunstância o torna maior! Faltam médicos, enfermeiros e administrativos. Já chegámos ao ridículo de assistir à abertura de concursos de médicos que nunca chegam a vir para Oliveira do Hospital.

Sinceramente, isto ou é incapacidade ou é boicote.

Se é incapacidade, então trata-se de incompetência. Se for boicote, então é crime.

Se em quatro anos não vimos uma única obra do PSD/CDS no nosso Concelho.

Se nos últimos quatro anos não há rigorosamente nada para se ver, para além da rutura do Serviço Nacional de Saúde.

Há, no entanto, uma notícia que nos deve alegrar: Parece que a um mês das eleições a requalificação da Estrada Nacional 342 e da Estrada Nacional 17 vai arrancar.

Parece que a um mês das eleições o Governo conseguiu fazer o que não fez durante quatro anos.

Assim são lançadas as obras para serem feitas apenas em dois mil e dezasseis quando já estará um novo Governo no poder.

Que seja feita a obra porque essa é a nossa prioridade enquanto Oliveirenses mas fazer estas obras a um mês das eleições é puro oportunismo político e é fazer pouco da inteligência dos Oliveirenses.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou referir aqui duas ou três coisas porque é necessário registar: Já aqui foi falado sobre a questão da Saúde. A Saúde está doente neste Concelho já há algum tempo. Digamos que a Saúde está em coma e é de lamentar. Todos nós lamentamos. Todos os dias há pessoas, idosos, e crianças que chegam às Extensões de Saúde e pura e simplesmente encontram as portas encerradas. Estes serviços e os seus responsáveis nem se dignam a dar conhecimento desta situação aos seus Autarcas. Isto é lamentável!

Esta gente além de ter perdido o respeito pelos doentes, pelos utentes, também já perdeu o respeito pelos responsáveis Autárquicos.

Na manifestação que foi realizada não ouvi uma única palavra por parte de ninguém do PSD relativamente à matéria da Saúde neste Concelho.

É bom que as pessoas tirem as devidas ilações acerca das posições deste Partido. Porque é que isto acontece?

Mas, depois vem também o CDS, o Dr. Luís Lagos, dizer-nos agora, aqui: Não! Vocês estão agora a falar e a vossa Ministra quando lá esteve disse que havia falta de médicos.

Pois é! Mas se este Governo não tivesse criado condições para que milhares de médicos já cá não estejam em Portugal, a trabalhar na sua terra, para prestar os cuidados à nossa gente, se milhares de enfermeiros estão lá fora e já não estão cá, e foram vocês que criaram as condições para que eles cá não estejam.

Vamos assumir as responsabilidades, quem tiver que as assumir.

Não queiram vir agora dizer que o problema já tinha sido levantado pela Ministra Ana Jorge em dois mil e oito.

Pois é! Mas quem é que criou condições, durante os últimos quatro anos, para que eles fossem embora?

Foi a Ministra Ana Jorge?

Então, vocês ainda estão a olhar para trás?

Não olham para os últimos quatro anos?

Assumam as responsabilidades perante as populações e perante o Concelho de Oliveira do Hospital que tem a Saúde no estado em que está!

Na questão da Saúde acho que não vale a pena falarmos mais. O que é preciso é que isto mude, mas que mude rapidamente.

Seja o Governo que vier isto tem que mudar em Oliveira do Hospital.

Nós andamos fartos de promessas com a colocação dos médicos. Nós já não nos vamos iludir. Nós já não estamos iludidos. Já sabemos bem com o que contamos por parte deste Governo.

Quanto à questão dos IC's e das acessibilidades: Não nos queiram enganar mais uma vez porque há um ano anunciaram, por uma ou duas vezes, a reparação da EN 17, e até hoje não a vimos!

Agora, não nos digam “*porque é que fizeram a manifestação se isto já estava previsto?*”

Pois é! Está previsto mas não está feito!

Agora, em cima da hora, querem enganar-nos, mais uma vez, só para pedirem o voto e dizem que agora é que vai ser feito.

Só quem não for inteligente é que vai na conversa desta gente. Mas eu estou convencido que os Oliveirenses e os habitantes deste País não se vão deixar enganar com estes Senhores.

Mais uma vez assisti nesta Assembleia Municipal a uma coisa que eu não quero classificar porque se fosse classificar da forma que me apetece teria que ser grosseiro mas não quero ser grosseiro com o Sr. António Lopes. Eu não “enfio a carapuça” que o Senhor mais uma vez quis “enfiar” a estes Membros da Assembleia Municipal a quem o Senhor chama de incompetentes dando a entender que o Senhor é o único inteligente e que os outros são todos burros.

Eu não “enfio essa carapuça”!

O Senhor faz lembrar o Dom Quixote, o Sancho Pança e o cavalo cansado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui para debater a Saúde na Freguesia porque pré-campanhas eleitorais são dispensáveis.

Quero sugerir que uma Assembleia com vinte Pontos se faça num sábado de manhã e que se possa prolongar a hora de almoço. Na última Assembleia realizado num sábado também fomos almoçar às quatro da tarde o que é preferível do que sair daqui às três ou quatro horas da manhã.

Um dos assuntos que aqui trago é referente à rede de transportes: É um assunto que também já fizemos chegar ao Município de Oliveira do Hospital e que está relacionado com a paragem dos transportes coletivos.

Desde que fizeram a grande requalificação urbana na Cidade de Oliveira do Hospital acabaram com determinados locais de paragem dos transportes coletivos e, por esse motivo, têm-nos chegado reivindicações por parte de idosos com dificuldades de mobilidade.

Estas reivindicações são de pessoas de vários pontos do Concelho que necessitam de se deslocar, por exemplo, ao Centro de Saúde, ou ao hospital da Fundação Aurélio Amara Dinis.

Venho sugerir mais um ponto de paragem para os transportes coletivos junto ao hospital da Fundação Aurélio Amara Dinis, na zona entre o Pingo Doce e a Fundação, de modo a permitir um acesso rápido à Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Quero congratular e agradecer o arranque e lançamento a concurso público para a colocação de saneamento básico no Bairro do Lagar, na Catraia de São Paio, na extinta Freguesia de São Paio de Gramaços. Esta obra já era reivindicada pelos anteriores Executivos da Junta de Freguesia e também pelos habitantes daquele bairro.

Também quero congratular o Sr. Presidente pela candidatura, no âmbito do Quadro Comunitário 20-20, ao Plano Estratégico Urbano.

Este projeto vai demorar alguns anos e peço a solidariedade de todos para que Oliveira do Hospital consiga viabilizar a execução do projeto.

Também quero propor a criação de três, ou quatro, pontos estratégicos para a colocação de informação das Agências Funerárias relativa ao falecimento das pessoas.

O que se tem verificado é que esta informação é colocada nos postes de eletricidade o que me parece um procedimento pouco digno.

Relativamente à receção da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima quero parabenizar a Unidade Pastoral do Concelho e o Município de Oliveira do Hospital pela organização do evento.

Penso que foi uma receção com muita dignidade e mais uma vez provámos que somos bons fazedores de eventos.

Um outro assunto que quero referir tem a ver com a falta de limpeza dos terrenos privados o que coloca algumas zonas em elevado risco de incêndio. Por isso, solicito à Câmara Municipal que seja rígida com a fiscalização e que aplique as coimas que são determinadas por lei para evitar que os proprietários continuem a prevaricar.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de interpelar o Sr. Presidente sobre a renovação da iluminação pública da cidade com recurso à tecnologia LED.

Tendo conhecimento através da Comunicação Social que esta introdução da tecnologia de díodo emissor de luz (LED) no sistema de iluminação pública, no centro da cidade, permitirá obter redução nos consumos energéticos e que esta passará por um processo faseado de recolha das atuais luminárias e substituindo-as por outros equipamentos provisórios.

Gostaria de saber como se irá processar essa substituição.

Esta intervenção resulta de uma candidatura que o Município de Oliveira do Hospital aprovou este ano através do Programa Operacional Temático Valorização de Território (POVT).

Congratular a aprovação desta candidatura que se encontra alinhada com as orientações do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e Estratégias da Agenda Regional promovendo a melhoria da eficiência energética no consumo de eletricidade, trazendo benefícios económicos e ambientais.

Gostaria de saber se está previsto para outras zonas da cidade a renovação da iluminação.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Mais uma vez venho falar no assunto da Saúde porque enquanto não tivermos este assunto resolvido nunca é demais falar dele.

Numa das minhas anteriores intervenções nesta Assembleia foi para falar da Saúde. Hoje, e passados sete meses, o que me traz aqui de novo é um problema sobejamente conhecido de todos - a Saúde, ou melhor dizendo, a falta de cuidados de saúde no Concelho em geral e na minha Freguesia em particular.

A Saúde continua sem Saúde!

A Extensão de Saúde de Lagares da Beira está preparada para receber um clínico que “há de vir”, mas o tempo não tem compasso de espera. Já passaram dezasseis meses e o médico ainda não chegou a Lagares de Beira. Notem bem que são dezasseis meses de promessas!

A população de Lagares, em março, concentrou-se junto da Extensão de Saúde para manifestar o seu total desagrado e revolta pelo arrastar da situação, bem como, teve uma participação ativa na manifestação de vinte e quatro de julho. Hoje, volvidos estes meses, está tudo na mesma!

A justificação que dão é que “há falta de recursos humanos” porque os médicos têm de gozar férias, porque os médicos entram em período de aposentação, que está aberto concurso para a colocação de dois médicos em Oliveira do Hospital.

Para agravar a situação encerram-se Extensões de Saúde porque os clínicos que lhe estão afetos têm de assegurar o funcionamento do Serviço de Atendimento Permanente, que é considerado prioritário.

O Ministério da Saúde recorreu a uma empresa para que um médico fosse colocado no Centro de Saúde mas, como é do conhecimento geral, os resultados não têm sido satisfatórios.

A quinze dias das eleições diz-se que hão de vir dois médicos para o Centro de Saúde.

Então o problema de “falta de recursos humanos”, que anda há meses, e meses, sem se resolver é na véspera de eleições resolvido?

Será que tem de haver eleições todos os meses para termos médico também todos os meses?

Deixo ainda algumas questões em aberto:

Não são os serviços, no caso o ACES ou a ARS, informados atempadamente da intenção do período de férias que cada médico pretende e a que tem direito?

Não são os serviços, no caso o ACES ou a ARS, informados atempadamente de que determinado médico tem intenção de entrar no período de aposentação a que tem direito?

Então, porque não foram acautelados os devidos cuidados a fim de não provocar os danos a que assistimos diariamente?

O direito à Saúde está consagrado na Constituição. É um dever do Estado e cabe ao Ministério da Saúde assegurá-lo de uma maneira equilibrada por todo o território, de uma forma tendencialmente gratuita. Se assim não for, não estarão a prestar um bom serviço aos cidadãos nem ao próprio Estado.

Conclui-se pois, que houve falta de aptidão e conhecimentos necessários para ultrapassar a questão bem como falta de qualificação. Tudo isto se resume em duas palavras: Negligência e incompetência.

Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia, pelo que aqui tenho assistido, pelo que temos ouvido dos responsáveis do Ministério da Saúde, a realidade é só uma:

- O tempo passa e vamos tendo cada vez menos profissionais de saúde;
- O tempo passa e vamos tendo promessas sobre promessas;
- O tempo passa e os serviços vão encerrando;
- O tempo passa e vamos tendo cada vez pior saúde e mais cara;

Das promessas, à falta de médicos, só vejo uma certeza: Saúde pior, mais cara e mais distante para todos.

É tempo do Ministério da Saúde cumprir o que promete.

Relativamente à intervenção do Sr. António Lopes, gostava de lhe dizer, e de lhe lembrar, que não subestime a educação, a inteligência, nem as competências, dos outros Membros da Assembleia Municipal porque não lhes pode atribuir o que não sabe.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Eu trazia aqui algumas questões mas devido ao tempo que já foi gasto neste Ponto de Antes da Ordem do Dia vou ser breve.

No entanto, gostaria de realçar a manifestação que foi levada a efeito: O Sr. Presidente da Câmara tinha referido, várias vezes, que se as coisas não avançassem que iria promover uma manifestação.

Vi, com agrado, que muita gente se solidarizou com esta manifestação e quero fazer um cumprimento muito especial à estrutura do CDS e da CDU que se integraram nesta manifestação, pondo os interesses partidários abaixo do interesse concelhio, como já foi aqui dito pelo Dr. Luís Lagos. Isso é de registar e é importante porque estamos aqui todos na defesa do nosso Concelho e isso é importante. Lamento não poder dizer isto de todas as forças políticas.

Esperemos que não haja mais manifestações e que tudo seja concretizado.

Não sei se repararam mas, hoje, durante este Período de Antes da Ordem do Dia, uma grande parte do tempo foi gasto a falar de Saúde, ou melhor, de falta de assistência na Saúde.

Também vou contribuir mais um bocadinho para reforçar este descontentamento que existe no Concelho: Num passado recente tínhamos dezasseis médicos no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

Hoje, verificamos que estão quatro médicos a prestar serviço no Centro de Saúde.

Esta falta de médicos não se deve por não existirem médicos. Acho que é devido ao desinteresse que o Poder Central tem dedicado a Oliveira do Hospital.

Esta falta de interesse do Poder Central relativamente a Oliveira do Hospital é um assunto muito sério.

Quero dizer ao meu caro amigo Luís Lagos que efetivamente a falta de médicos foi anunciada em dois mil e oito pela Ministra Ana Jorge mas convinha dizer, e é bom dizer, que foi o PS que lançou dois novos cursos de Medicina: Um na Covilhã e outro em Braga. Foi o PS que ainda fez alguma coisa no campo da Saúde. Também convém lembrar estas coisas.

Foi dito, aqui, que os Deputados Municipais não sabem o que estão aqui a fazer.

Eu também não “enfio essa carapuça” por sei exatamente o que estou aqui a fazer.

A lei diz que a Assembleia Municipal é um Órgão Deliberativo e Fiscalizador mas não diz, e não impede, que os Deputados venham aqui manifestar a sua satisfação e dar um elogio ao Presidente da Câmara e ao Executivo Municipal por aquilo que se faz de bom.

Aliás, considerando as devidas proporções, na Assembleia da República os Grupos Parlamentares também o fazem quando apoiam a entidade que está no Governo.

Quando as coisas estão mal nós também as debatemos e também chamamos a atenção como já aqui foi feito algumas vezes.

Felizmente que não tem havido muitos motivos para dizer mal e por isso o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo estão de parabéns pelo trabalho que têm feito neste Concelho.

A população deste Concelho deve estar muito reconhecida porque o Sr. Presidente da Câmara não tem poupado esforços nesta área da Saúde.

No dia da manifestação, em alguns sítios, houve até algumas tentativas de desmobilização o que se dizia era assim: “*mas porque é que vão fazer a manifestação se os médicos já estão aí*”.

É caso para perguntar: Esses médicos que vinham para cá ficaram ali onde termina o IC6 por não terem estrada até Oliveira do Hospital?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Quero responder ao Dr. Nuno Vilafanha e dizer-lhe que sei que faz caminhadas pela minha Freguesia e é com muito gosto que eu o vejo por lá. Eu gostava imenso de ter uma passadeira vermelha de cinco quilómetros vezes noventa e seis metros quadrados que é a área da minha Freguesia mas não posso, como compreende. Eu nem para cento e cinquenta metros de passadeira vermelha tenho! Portanto não o poderei receber assim.

Sobre as ruas degradadas: Sabe que é possível. Pela rua do campo de futebol fizemos agora a constituição da água canalizada da rede pública, é natural que a rua esteja um bocado degradada. Também trazemos lá uma obra de um privado e como o Senhor sabe os camiões que por lá transitam sempre degradam as ruas. Mas aí não há nada a fazer e temos que ter um pouco de paciência.

Sobre as luzes apagadas do Fórum quero dizer que já enviei essa informação ao Município e foi-me prometido que na próxima semana estarão as luzes a funcionar. Eu não quero que o Senhor passeie pela Bobadela às escuras.

Relativamente às ruas sujas quero dizer que tenho tido muita dificuldade em arranjar POC's e CEI's e como sabe as Juntas de Freguesia não têm capacidade financeira para contratar pessoal contudo, o Município está a ajudar na resolução desse problema.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a quem eu pedia o máximo de poder de síntese, queria referir aqui duas notas:

O Sr. António Lopes deu a entender que o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos teria eventualmente chamado à atenção ou de mim próprio ou da Câmara Municipal.

O parecer diz que o Município deve continuar a cumprir a lei e não há uma única chamada de atenção em algo que não tenha sido respondido. Portanto, não se tente esticar aqui o que o parecer não diz.

O Sr. Nuno Oliveira referiu, e bem, que estas sessões podem, e devem, ser realizadas ao sábado de manhã ou numa sexta-feira à tarde.

Vários de nós já falámos nisso e vamos fazer uma experiência, não sei se será já na próxima sessão, até aceitando a sugestão do Nuno Oliveira, para, eventualmente, fazermos uma sessão à sexta-feira à tarde ou ao sábado de manhã.

Se for à sexta-feira à tarde, as entidades patronais têm direito a receber a quota-parte da perca que os trabalhadores deixarem de prestar com o seu trabalho.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de colocar a seguinte proposta à Assembleia: O Sr. Deputado António Lopes colocou aqui um problema relativo às intervenções do Sr. Presidente do Município. Disse que o Sr. Presidente do Município tinha cinco minutos para responder a todas estas questões.

No Período de Antes da Ordem do Dia, na presente sessão, intervieram quinze pessoas e eu pergunto se é possível responder em cinco minutos a quinze pessoas? Há quem não queira que eu a esclareça.

Todos os Deputados aqui presentes se lembram do tempo em que se sentava naquela cadeira de Presidente da Mesa, o primeiro eleito, o Sr. António Lopes: Algum dia ouviram o Sr. António Lopes dizer que o Presidente da Câmara só devia falar cinco minutos?

Os Senhores saberão a resposta! Não há aqui ninguém que possa dizer que é verdade.

Então, o que é que se alterou?

Na altura em que o Sr. António Lopes era Presidente da Assembleia Municipal ele dizia-me que queria os Presidentes de Junta bem esclarecidos. Dizia-me, demore o tempo que quiser porque quero que fiquem esclarecidos mas, hoje, diz o contrário.

“*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*”.

Também percebo porquê? Os Senhores também sabem porquê?

Agora, não queria que eu esclarecesse e que me defendesse de muitas acusações que às vezes me são feitas de forma caluniosa e acintosa relativamente ao desempenho do meu cargo e do meu Executivo.

Os Senhores são testemunhas deste comportamento e, são testemunhas, de que não foi o Senhor Presidente da Câmara que mudou de atitude.

Quem mudou de atitude foi o primeiro eleito da Assembleia por ter sido destituído pela Assembleia Municipal.

Esta primeira parte do Período de Antes da Ordem do Dia foi agradável e quero-vos dizer, também, com grande frontalidade, que as legislativas não se ganham aqui. As eleições legislativas, de quatro de outubro, ganham-se lá fora. É lá fora que se fazem as campanhas porque aqui é o lugar para discutir o que é relevante para o nosso Concelho. Se bem que algumas áreas são de dimensão nacional.

Passaria agora a responder às perguntas que foram colocadas. As perguntas foram importantes.

Relativamente ao assunto da Saúde: Acho que o problema da área da saúde é uma área dramática em Oliveira do Hospital. Acho que fizemos bem em fazer a manifestação.

Não é como o Dr. Luís Lagos disse. Não é verdade porque nós tínhamos, e é preciso recordar outra vez, colocado ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Leal da Costa, um projeto com a colocação de médicos, até nas extensões de saúde que não tinham médico, e ele tinha aceite. E quando eu falei aqui, numa precipitação, eu admito que às vezes falo demais, alguém lhe disse até às eleições não se faz nada. Alguns elementos de esquerda até disseram que se queria privatizar a saúde em Oliveira do Hospital.

Eu sou contra a privatização da saúde porque eu quero que todos tenham acesso à saúde.

A constituição diz que a saúde é um direito de todos os cidadãos independentemente da sua condição. Sejam pobres ou ricos.

O projeto que tínhamos, relacionado com a Fundação Aurélio Amaro Dinis, não tem nada a ver com a privatização da saúde.

Eu disse que era um projeto revolucionário porque era para levar a saúde a todos os Municípios de Oliveira do Hospital.

Hoje, e com a miséria que temos, levamos a morte, e deixamos muitas pessoas idosas a morrer em casa sem condições de saúde. É contra isto que eu tenho que lutar!

Enquanto eu tiver força e determinação, seja o Governo do PSD, seja do CDS, seja da CDU ou seja do PS, eu tenho obrigação de defender os mais necessitados. Nisto ninguém me dá lições!

O projeto que apresentámos era revolucionário porque as Extensões de Saúde que hoje estão fechadas ficariam outra vez com médico. Não era para privatizar a saúde como alguns arautos disseram. Eu sou contra a privatização da saúde. Quero é que todos tenham acesso aos cuidados de saúde em Oliveira do Hospital. É por isso que eu me bato e é para isso que o povo me elegeu.

Sabemos que o Ministério da Saúde tem tido muita dificuldade na colocação de médicos em Oliveira do Hospital mas há um pormenor que é importantíssimo: Foram-se reformando alguns médicos que ainda estão com capacidades, até porque ainda trabalham no privado, e que queriam regressar sob algumas condições. Bastaria o Ministério da Saúde fazer um protocolo com a Fundação Aurélio Amaro Dinis para resolvermos este problema.

O problema da saúde em Oliveira do Hospital tem solução mas não houve vontade política para o resolver por causa das eleições de quatro de outubro e porque poderia parecer que o Presidente da Câmara poderia ganhar alguma coisa com isso.

A situação da saúde no nosso Concelho não está pior porque o Presidente do Município tem tido um empenho tremendo.

O problema da saúde não se prende com questões financeiras porque com o nosso projeto eu demonstrei que era possível solucioná-lo.

A área da saúde não pode ser, e não deve ser, uma área que nos divida. A área da saúde tem que ser uma área que nos una a todos. Todos temos que lutar de mãos dadas para resolver este problema.

Relativamente à manifestação e relativamente à Estrada Nacional nº 17 tenho que dizer que há coisas que me fazem rir. Fazem-me rir com o que alguns políticos vieram fazer e dizer: *“vocês pensam que foi a manifestação que fez com que se avançasse com a requalificação da EN 17? Nem pensem nisso!”*

Então, eles agora conseguiram fazer o projeto em tão pouco tempo?

Isto parece uma coisa de miúdos! Mas há miúdos grandes que escrevem isto.

Sabem para quando é que estava prevista a requalificação da EN 17?

A requalificação da EN 17 já estava prevista desde dois mil e catorze. Estava no Plano de Investimentos das Estradas de Portugal em dois mil e catorze. Estava tudo feito porque ninguém faz um plano sem ter o projeto da obra.

Alguns disseram que eles avançaram agora com a obra porque isto já estava previsto.

Eu também digo que estava previsto e também digo que a manifestação também fez qualquer coisa porque o Presidente das Estradas de Portugal, o Dr. António Ramalho, chamou-me a Lisboa, depois da manifestação, para termos uma conversa sobre estas coisas. Durante a conversa, eu disse ao Dr. Ramalho que não me estava a fazer favor nenhum em lançar agora as obras e, disse-lhe que as obras já deviam ter sido lançadas há um ano atrás porque no Plano de Investimentos das Estradas de Portugal estas obras já constam desde dois mil e catorze. Como beirão que sou também lhe lembrei que o povo diz que “*mais vale tarde do que nunca*” e como a obra foi agora lançada o melhor é fazê-la.

Na sequência desta reivindicação também vai ser lançada, no primeiro trimestre do ano de dois mil e dezasseis, a obra entre as Vendas de Galizes e o limite do Concelho de Oliveira do Hospital em Alvôco das Várzeas.

Sobre a manifestação ainda tenho que dizer o seguinte: Recordo que o Dr. Luís Lagos disse: “*o meu primeiro partido é o Concelho*”.

Percebo a posição do PSD e reconheço a dificuldade do PSD, mesmo no Distrito de Coimbra, em se imiscuir na defesa destas obras mas, acho que o PSD perdeu uma oportunidade. O PSD deveria ter percebido.

Dr. Nuno Vilafanha, a reivindicação do IC6, não havia tempo para este Governo fazer o IC6 até ao dia das eleições legislativas. Até poderiam ter vontade de o fazer para ver se ganhavam uns votos mas não havia tempo.

Se o Partido Socialista ganhar as eleições do dia quatro de outubro o Senhor pensa que eu deixarei de estar na linha da frente da reivindicação da Construção do IC6?

Se o Partido Socialista ganhar as eleições do dia quatro de outubro o Senhor pensa que os Socialistas de Oliveira do Hospital não vão estar unidos com o Presidente da Câmara na linha da frente da reivindicação da construção do IC6?

Não é por mudarmos de Governo que os nossos legítimos interesses relativamente à estrada estão em causa porque há um homem que não vai vergar nesta luta.

Seja qual for o Governo a minha postura será de luta até à concretização desta obra. Eu só posso ter uma cara.

Relativamente ao assunto da Unidade Móvel de Saúde, que foi abordado por alguns Presidentes de Junta, também concordo que temos que aperfeiçoar algumas coisas. Havia um protocolo com a Administração Regional de Saúde

que era para ter sido assinado e depois não o assinou e, por isso, tivemos que recorrer à Fundação Aurélio Amaro Dinis para podermos dar uma resposta, até porque tínhamos criado expectativas nas populações.

Também acho que é uma deselegância enorme da Administração Regional de Saúde quando fecha uma Extensão de Saúde e não comunica essa situação ao Presidente da Câmara até porque temos sido parceiros nesta luta para arranjar soluções. Soube do fecho das Extensões de Saúde pela Comunicação Social. Eles sabem que eu ia reagir como, efetivamente, reagi.

É preciso nova Equipa Ministerial na área da saúde e é preciso novos responsáveis Distritais na área da saúde para que se possa encontrar soluções novas nesta área porque é uma área difícil.

Não me interessa o que disse a Ministra Ana Jorge relativamente à falta de médicos até porque, como vocês sabem, se não fossem os novos cursos, na Covilhã e em Braga, ainda menos médicos teríamos.

Sobre a promoção do Concelho quero dizer que há pessoas que confundem uma série de coisas e, hoje, os Presidentes de Junta até podem falar sobre este assunto porque também organizam eventos para promoverem o seu território.

Alguns, queriam que se fizesse como no passado, em que Oliveira do Hospital ficava lá para trás de uma montanha e ninguém nos conhecia. Só quando as pessoas se matavam, ou quando apareciam os ratos, é que Oliveira do Hospital era notícia.

Hoje não! Hoje, há uma política de promoção do nosso território que é uma aposta ganha e aquilo a que alguns chamam de festas, deveriam chamar de eventos de promoção do território.

Este é o nosso caminho e será o caminho enquanto eu estiver à frente do Município de Oliveira do Hospital com a minha equipe.

Falou-se aqui de ajustes diretos: Eu não sei se sabem mas se comprarmos uns rolos de papel higiénico essa compra faz-se por ajuste direto. Há vários tipos de ajustes diretos: Há ajustes diretos que vão até à quantia de cinco mil euros; Há outros que vão até aos setenta e cinco mil euros, em que a Assembleia delegou competência no Presidente da Câmara para os fazer e, há outros, que a partir de uma determinada verba é necessário um determinado concurso.

Os ajustes diretos são milhares porque todas as compras têm um ajuste direto.

Quando há um ajuste direto com alguma dimensão, e para haver melhor agilização, pede-se três ou quatro preços para depois se escolher o preço mais

baixo. Até tenho por hábito privilegiar os preços das empresas de Oliveira do Hospital e, por isso, deixem-se dessas coisas dos ajustes diretos.

Alguns, mandam umas listas a pedirem os contratos de ajustes diretos que a Câmara faz, mas é preciso especificarem quais são os ajustes diretos porque eles são milhares e nós não vamos fotocopiar milhares de documentos para mandarmos a essas pessoas.

Como também há outros que pedem o relatório da Inspeção Geral das Finanças mas não há relatório da Inspeção Geral das Finanças porque o que houve foi um relatório preliminar que depois de ser contestado ainda vai dar origem ao relatório definitivo da Inspeção Geral das Finanças.

Relativamente ao relatório preliminar da Inspeção Geral das Finanças vou ler, outra vez, para recordar que aqui dentro da Câmara há transparência.

Principais conclusões do Relatório preliminar da Inspeção Geral das Finanças: *”Todas as obras foram adjudicadas pelo valor abaixo do preço base permitindo ao Município de Oliveira do Hospital poupanças que variam entre 21,66% e 39,95%.*

A Inspeção Geral das Finanças concluiu que o critério de adjudicação utilizado em todos os concursos foi o do mais baixo preço e em todas as empreitadas auditadas não se detetou qualquer irregularidade.”

Por mais cartas que mandem à Judiciária, por mais cartas que mandem para o Ministério Público, por mais cartas anónimas, até hoje, zero! Esta é que é a desilusão de alguns!

Isto tem-me dado bastante gozo porque se perspetivava que estivesse aqui pouco tempo depois daquela crise com o Presidente da Assembleia.

Só cá estaria seis meses. Foi isto que foi anunciado aos quatro ventos. Contudo, passa o tempo e eu continuo cá.

Mesmo as cartas que foram para a Judiciária. Até agora. Zero!

Tem havido várias queixas no Ministério Público: De uma vez desapareceram cerca de trezentos mil euros. Depois, já desapareceu mais de um milhão de euros e, se calhar, hoje vão desaparecer cinco milhões, sem os cá termos!

Este jogo da política, da baixa política...

Estamos cá! Estamos cá de peito aberto sem medos.

Já acusaram que foram empreiteiros beneficiados mas depois chegam cá e esses empreiteiros não fizeram nenhuma obra para a Câmara Municipal.

Alcatroaram os caminhos do Zé Ferreira, porque é Deputado, e depois vem cá a Judiciária para perceber se havia favorecimento e verifica que havia

uma carta das Estradas de Portugal a dizer que aquela obra tinha que ser realizada porque poderia haver acidentes e a Câmara Municipal iria ser responsabilizada.

Também foram à Lajeosa à procura de um caminho privado, era o caminho das chouriças, mas a Judiciária também não conseguiu encontrar o caminho que denunciavam.

Isto até dá para nos divertirmos! Dá-nos mais força e mais luta.

Estamos aqui tranquilos.

Há também quem faça queixas com pseudónimos mas nós sabemos quem eles são e sabemos também como é que habitualmente atuam.

Isto dá-nos um grande gozo porque depois ficam nervosos quando não conseguem encontrar uma irregularidade da Câmara Municipal.

Vou continuar com a leitura das Principais conclusões do Relatório preliminar da Inspeção Geral das Finanças.

“Em matéria de custo das obras públicas a Inspeção Geral de Finanças concluiu o seguinte:

O Município de Oliveira do Hospital tem tido a preocupação de se basear em critérios objetivos acautelando o interesse público do Município.

São notórias as preocupações da autarquia na obtenção de poupanças e na aquisição de bens e serviços.”

Isto que vou ler agora é importante por causa dos tais ajustes diretos.

“Em matéria de contratação pública, em todos os fornecimentos, a autarquia adotou o procedimento do concurso adequado ao valor do contrato e assegurou a concorrência mínima exigida por lei.

Tem sido uma preocupação da autarquia consultar o maior número possível de fornecedores mediante a utilização da plataforma eletrónica o que permitiu ao município beneficiar de preços mais competitivos.

Conclui assim:

“Concluiu que a autarquia respeitou, regra geral, as normas legais em matéria de contratação e aquisição de bens e serviços designadamente ao nível dos procedimentos pré-contratuais.”

Está aqui o relatório preliminar e espero o relatório definitivo que será entregue a cada um dos elementos que fazem parte desta Assembleia para desmistificar o que foi dito.

Há coisas que não devemos valorizar mas quem está na vida política, não pode estar de outra maneira, tem que estar com coragem. Mesmo contra a

vontade de alguns, aqui não se cometem infracções e por isso deito-me na cama todos os dias bastante descansado.

Relativamente ao relatório da CADA quero dizer que existem situações que me fazem lembrar aqueles partidos que ganham sempre. É tudo contra eles mas quando chegam ao fim das eleições, porque tiveram mais dois votos, ganham sempre.

Aqui também há pessoas que em relação à CADA, mesmo que não tenham ganho, vêm dizer que ganham sempre. Aguardamos sem problemas e estaremos cá para ver.

Quero dizer ao Senhor Presidente da Junta do Seixo da Beira o seguinte: Os esgotos do Restaurante Cristina estavam ligados para a rede da ETAR de Vila Franca da Beira. Quando construámos a Zona Industrial fizemos a rede de saneamento com ligação à ETAR do Seixo da Beira e neste momento a ETAR do Seixo da Beira já está a funcionar.

Logicamente que vamos lançar uma obra para servir a zona do Seixo da Beira, junto ao Campo da Bola, e nessa altura essa obra irá incluir também o saneamento da zona do Cemitério e quando se realizar uma obra também se realiza a outra.

Sobre o lançamento dos esgotos para a via pública essa situação tem que ser acautelada pelas autoridades para identificar quem é que está a lançar os esgotos na via pública.

Relativamente à intervenção do Dr. Nuno Vilafanha quero dizer o seguinte: O Senhor perguntou-me o que é que eu pensava sobre o novo traçado da IP3-Coimbra/Viseu. Digo-lhe que para poupar dinheiro a utilização do IC12 acho que é uma hipótese.

Digo-lhe também que há autarcas que defendem que a estrada deveria ir pelo lado de Mortágua e Tondela, mas penso que a obra ainda está demorada e só será o próximo Governo a lançar esta obra.

Agora, eu gostava mais é que o Dr. Nuno Vilafanha me dissesse: Sr. Presidente, então e o traçado do IC6, quando é que vem? Esta é que era a pergunta que eu gostava que o Senhor me fizesse.

Há aqui um assunto que me apraz registar: Já vos disse que o problema do Hotel São Paulo está em vias de solução e neste momento está ultrapassado. O Hotel foi devolvido aos seus proprietários que já têm um projecto que irá avançar.

Também brevemente será inaugurada a Pousada de Santa Bárbara assim como a obra da CRAPTUR nas Caldas de São Paulo.

Relativamente à iluminação com tecnologia LED vai acontecer o seguinte, e por isso fizemos um comunicado para a imprensa: Vamos remodelar a zona central da cidade, a rua do colégio. As iluminarias vão ser retiradas e vão ser colocadas umas provisórias. Este processo vai demorar algum tempo e por isso estará concluído até trinta e um de dezembro. O que eu desejo é que a cidade de Oliveira do Hospital, que é onde se faz o maior consumo, se resolva num prazo curto.

Desejo, também, que dentro de seis anos a iluminação seja feita com LED's para que a conta de iluminação possa baixar significativamente.

Relativamente à intervenção do Eng.º Rafael Costa quero dizer que também concordo que algumas coisas relativamente ao formato da EXPOH têm que melhorar. Eu ainda não me revejo neste formato, já o disse publicamente. É preciso fazer mais alguma coisa.

Relativamente à compra dos pavilhões penso que é difícil. Torna-se mais barato o aluguer porque já incluiu a montagem daquelas estruturas. Este ano baixámos o custo adquirindo algumas lonas para melhorar algumas barracas que já tínhamos e que serão usadas na Feira do Queijo.

Antes de se fazer este aluguer dos pavilhões a esta empresa, este ajuste direto, foi feita a consulta a outras empresas. Esta foi a empresa que fez mais barato.

Há pouco, quando o Eng.º Rafael falou no banco público do Vale do Ferreiro eu até me arrepiei porque me lembrei logo do BES e do BPN, mas vou ver o que se passa.

Relativamente aos serviços *on line*: Temos uma equipe que está a trabalhar e a modernizar essa área.

É verdade que estes serviços ainda não funcionam na perfeição mas brevemente teremos os serviços *on line* melhorados.

O Dr. Luís Lagos falou aqui sobre os refugiados e sobre a sua postura relativamente a esta situação.

Eu poderia ler umas declarações, de algumas pessoas que estão aqui, sobre a polémica dos refugiados mas não a vou ler.

Sobre este assunto quero deixar uma nota: Às vezes tenho razão antes do tempo e não tenho a culpa de ver as coisas com antecedência. Achavam que era protagonismo, que era para eu aparecer nos jornais, mas todos perceberam que o que estava em causa era a solidariedade por uma causa humanitária.

Acho que o povo de Oliveira do Hospital é solidário e estaremos preparados para receber as famílias de refugiados que, com certeza, não são terroristas, e que são pessoas de bem.

Relativamente à intervenção do Nuno Filipe quero fazer uma referência às Férias Ocupadas: Quero dar-te os parabéns por mais uma iniciativa da Junta de Freguesia que correu muito bem. Ouvi relatos de satisfação de alguns pais.

Relativamente às obras de saneamento quero dizer que as obras estão lançadas. Também temos obras de saneamento em São Gião, no Bairro dos Machorros. Continuamos a fazer investimento.

Contudo, quero referir que é preciso um grande projeto para resolvermos todos os problemas de saneamento em Oliveira do Hospital mas, hoje, sem dúvida nenhuma, que estamos muito melhor do que quando eu entrei na Câmara Municipal.

Relativamente à criação de espaços próprios para as Agências Funerárias colocarem as suas informações eu também concordo.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis que fez a seguinte intervenção:

“Começo por registar com agrado a possibilidade de intervir ainda em noite útil e não ser remetido para as quatro da manhã. Sendo que a lei até permite à Mesa que se remeta o pessoal para as quatro da manhã.

Não é demais a intervenção do público, eu ficaria preocupado, como Presidente da Câmara e como Presidente da Assembleia, era se o público nunca interviesse. Aí é que eu ficava preocupado.

Para atalhar razões: Dizer que estamos a meio do atual mandato. Faltam dois anos para terminar este mandato.

Reconhecer mais uma vez que não sou eleito aqui, e não é a mesma coisa ser eleito e não ser. Sei disso muito bem mas também sei que como cidadão e munícipe tenho o direito de aqui estar. Isso foi uma conquista do 25 de Abril.

Tenho perguntado à Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, tenho perguntado na Assembleia de Freguesia. Perguntas concretas sobre assuntos concretos.

Não há respostas. Há respostas evasivas, remetem-me inclusivamente para a Câmara em várias delas. Portanto, eu tenho que procurar respostas.

Lamento é ter que andar anos a ter que falar nas mesmas coisas.

Se puder falarei os próximos cem anos se não resolveram os problemas. Falo aqui, falo lá fora, falo onde puder e que nunca a voz me doa. Nem um segundo me calarei.

Às perguntas que vou fazer, espero que alguém responda. O Sr. Presidente da Junta que responda, se quiser. O Sr. Presidente da Câmara que responda, também se quiser.

Um ramal de eletrificação rural, em Vila Franca da Beira, que constou da candidatura, que eu trabalhei, não fiz mais do que a minha obrigação, mas que agora frustra as expectativas das pessoas, esse ramal desapareceu da obra executada pela EDP. Não tenho resposta que me satisfaça. O que é que aconteceu ao ramal do fundo do outeiro de Santa Margarida, pelo Vale, até à Lapa do Ribeiro?

Perdeu-se entre Lisboa e Oliveira do Hospital ente o Projeto aprovado e a execução da EDP?

Dizer que a EDP, ou quem lá andou a fazer o serviço pela EDP, andou a semear luminarias pelo meio das matas.

Em dezembro de dois mil e treze, Sr. Presidente da Câmara, eu perguntei, aqui nesta Assembleia Municipal, quando é que era feito o arranjo urbanístico do Largo frente à Capelinha Mortuária, em Vila Franca da Beira.

O Sr. Presidente respondeu assim: “*É a primeira obra que eu vou fazer em Vila Franca da Beira.*” Dezembro de dois mil e treze!

Há problemas? Quando há problemas, eles têm que ser resolvidos. É para isso que há Presidente da Câmara. É para isso que há Presidente da Junta.

E quando não houver problemas arranjamos outros para resolver. Não podemos é andar sempre a falar nos mesmos.

Se há problemas, resolvam-nos! É para isso que foram eleitos.

Assim como no Parque Merendeiro. Não pode haver bloqueios deste tipo! De quem é o Parque Merendeiro?

Passamos anos a perguntar às estrelas de quem é o Parque Merendeiro?

Quem assim responde admite uma impotência de fazer alguma coisa. Se houver problemas não resolve nenhum!

Há problemas sérios, que já se arrastam, como o saneamento básico na União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira e em todas as povoações. Eu repito: Póvoa de São Cosme - Há três semanas, pelo menos, uma fuga num caminho em frente à fossa cética na Póvoa de São Cosme: Já avisei o Presidente da Junta; Já avisei o Presidente da Câmara. Há três

Semanas! Continua a drenar a céu aberto aquela rutura. É inadmissível! Não há desculpa possível!

Então o que é que acontece quando nem isto somos capazes de resolver?

Então resolvemos o quê? Há três semanas que avisei por escrito para que ninguém diga que não foi avisado.

Há problemas: Há estações elevatórias por fazer no Ervedal, em Vila Franca, etc.

Sr. Presidente, sinceramente, eu tenho dúvidas que esteja a funcionar aquela ETAR em frente à Zona Industrial de Aldeia Formosa. Eu tenho dúvidas! Veja lá se aquilo está a funcionar como deve ser? Porque, mal, cheira!

Esta questão do saneamento básico, é uma questão da exclusiva responsabilidade da Câmara, ainda que haja uma empresa, não sei se ainda há, Águas do Zêzere e Côa, que adjudicou o que fizeram com um contrato desastroso, como eu aqui disse. O problema é que normalmente acertamos nas coisas más! Esse é que é o problema! Eu disse aqui, pelo menos, há dez anos. E não sou bruxo!

Aquela casa em ruína na parte de trás do Largo César de Oliveira em Fiais da Beira. Aquilo é uma indignidade que deve envergonhar qualquer cidadão e qualquer Município. Já nem falo nos autarcas!

Primeiro - Está logo ali no Largo César de Oliveira. É um respeito bestial que têm pela memória do homem!

Depois, o Sr. Presidente da Junta, que eu questiono, talvez pela décima vez, o que é que se faz?

Respondem-me que têm um parecer dos Serviços Municipais a dizer que aquela casa não está em ruínas e que não é perigoso.

Não é ruína? Ruína já aquilo é! E ameaça cair!

Quando alguém se magoar que não venham chorar lágrimas de crocodilo.

Requeri esse parecer dos Serviços Municipais onde é dito que a casa não ameaça ruína e que não é perigoso, mas não mo dão!

Os Serviços Municipais estão entalados com a resposta do Sr. Presidente da Junta que eu espero que tenha ficado em ata e não no livro de apontamentos da secretária da Assembleia de Freguesia.

O Vale do Ferro, hoje, merece outra atenção: Compor aquela rua dentro de Vale do Ferro. Eu já nem falo no acesso.

Há aquela questão do transporte de acesso público ao pessoal dos Fiais e da Póvoa de São Cosme. Andamos a falar nisto há anos!

O Sr. Presidente da Junta diz que acha que não é problema porque as pessoas nunca se queixaram.

Eu não percebo porque é que as pessoas me dizem a mim e não dizem ao Presidente da Junta? Têm medo do Presidente da Junta? Só pode ser isso!

Se me dizem a mim e não dizem ao Presidente da Junta, o Presidente da Junta diz que eu é que invento.

Eu já disse ao Sr. Presidente da Câmara, pergunte às pessoas dos Fiais e da Póvoa, àquelas idosas, se precisam ou não precisam, pelo menos de um dia por semana, de um transporte de acesso público que os leve, pelo menos, até ao Ervedal?

Eu já falei com o Sr. Presidente da Câmara pelo menos dez vezes sobre isto. Vou ter de continuar a falar!

Essa, também, do PCP ter culpa pela falta de médicos!

Quer dizer... a culpa é do D. Afonso Henriques que teve a infeliz ideia de tornar isto independente!

O PCP ter culpa pela falta de médicos! Francamente!

Quem é que tem estado nos últimos quarenta anos no Governo?

Foram os três partidos: O PS, PSD e CDS. Os partidos da Troika. Quando se fala no PCP devem pôr-se em sentido e não dizer atoardas.

Repararam que o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira não falou num único problema da sua Freguesia?

Ele está aqui como Presidente da Junta mas passou o tempo a falar como líder do Partido Socialista. Não é nessa qualidade que ele aqui está. É evidente que ele fala daquilo que entender mas eu tenho o direito de dizer: O Senhor está aqui a exorbitar do seu lugar porque nem um problema da Freguesia aqui colocou. Falou como líder do PS e não está aqui nessa qualidade.

Incomodo, não incomodo? Que chatice!”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Prof. João Dinis já ultrapassou o tempo que lhe estava destinado. Quem é que está de acordo que o Prof. João Dinis continue a falar?

O Senhor acabou de desrespeitar esta Assembleia Municipal. O Sr. Prof. João Dinis trouxe aqui questões que o Regimento não lhe dá o direito de falar nelas nomeadamente uma questão política.

Para além disso, se todos os eleitos do PSD, do CDS, do PCP que ficaram em segundo, ou terceiro, lugar nas Assembleias de Freguesia fizessem o mesmo que o Senhor faz, isto não é uma Assembleia Municipal e é uma Assembleia das várias Freguesias.

Ora, como todas as pessoas percebem, isto é impossível. Aliás, o Senhor está a deteriorar a sua imagem perante a plateia.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Maria Odete Mendes Lemos da Silva que fez a seguinte intervenção:

“O que me faz vir aqui é um problema relacionado com um caminho.

O Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento deste problema e conhece o caminho.

Há dez anos que ando a lutar por este caminho. Tenho aqui um documento com assinaturas recolhidas em Alvôco das Várzeas e no Chão Sobral e que foi entregue na Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas.

Este documento solicita a ligação da estrada Parente/Chão Sobral.

Nesta estrada passam três padeiros durante três dias por semana e também o carteiro.

Entreguei este documento há dez anos na Junta de Freguesia. Desde então, já por lá passaram quatro Presidentes de Junta e nenhum resolveu nada.

Agora, o Sr. Presidente da Junta diz que este assunto tem que ser tratado com o Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara, em agosto de dois mil e onze, prometeu ao povo do Parente que ia arranjar a estrada do Parente à Tapada que está em péssimas condições.

Agora, ouve-se dizer, não temos a certeza, que a obra da estrada está adjudicada.

Pergunto ao Sr. Presidente: É verdade que a obra está adjudicada? De onde a onde? Porque há conversas sobre esta obra.

Também tinha aqui outros assuntos nomeadamente queria solicitar a colocação de um Vidrão no Parente, a colocação de uma lâmpada junto ao poste de alta tensão, três caixotes para o lixo, que já foram pedidos ao Sr. Presidente da Câmara, para colocar no Parente porque os habitantes do Parente têm que carregar o lixo para o caixote que está na estrada e que fica a três quilómetros de distância.

Muito obrigada.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. João Pedro Correia Cruz que fez a seguinte intervenção:

“Venho já realçar que venho aqui fazer perguntas de âmbito pessoal, social e comunitário. Para não dizerem que eu venho aqui fazer perguntas partidárias.

Primeira questão: Será este ano que, pela primeira vez, o Conselho Municipal da Juventude irá participar com ideias para o Plano e Orçamento Municipal de dois mil e dezasseis, fazendo assim cumprir o Regimento do Conselho Municipal da Juventude, nomeadamente no artigo 8º, alínea b)?

Segunda questão: Porque é que os membros do Conselho Municipal da Juventude ainda não foram contactados para dar ideias para o Plano de Reabilitação Urbana que irá acontecer na União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e na Freguesia da Bobadela?

Terceira questão: Gostaria de saber se os votos para os anteprojectos do Orçamento Participativo Jovem de dois mil e quinze serão auditados? Se forem auditados como será feita essa mesma auditoria? Se não forem auditados como irão provar que os votantes cumprem com aquilo que diz no artigo 9º, alínea 2, das Normas de Funcionamento do Orçamento Participativo Jovem?

Quarta questão: Gostava de saber porque razão a Freguesia de Lourosa ficou fora do Plano de Reabilitação Urbana onde está agregada a União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e a Freguesia da Bobadela?

Sabendo que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital teria uma verba de setecentos mil euros previstos para a requalificação da zona histórica de Lourosa, e zona envolvente, agora sabe-se que, em vez dos setecentos mil euros, irá passar para trezentos e cinquenta mil e os outros trezentos e cinquenta mil euros serão destinados para a Freguesia da Bobadela. Assim sendo, e não tendo nada contra a Freguesia da Bobadela, a esta mesma instituição será atribuída a verba da Requalificação Urbana e ainda metade da verba destinada à zona histórica de Lourosa. Será mesmo verdade, Sr. Presidente da Câmara? Não acha que assim está a ser muito subestimada a Freguesia de Lourosa?

Para terminar: Eu disse aqui na última Assembleia de junho que desde março espero pelos documentos que pedi sobre o Conselho Municipal da Juventude. Já mandei três *mails* para requerer esses mesmos documentos. Estou quase há meio ano à espera desses documentos. O Senhor disse que eu iria ser ressarcido. Afinal quando é que eu vou ser ressarcido?

Eu sou membro do Conselho Municipal da Juventude democraticamente, apesar de alguns andarem há um ano e meio, com o vosso aval, e depois apareceu um *mail* protetor à última hora para o proteger mas eu sou membro legítimo e nomeado pelo PCP. Por isso gostava de saber porque é que ainda não fui ressarcido com os documentos?

Obrigado e boa noite.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Deixem-me dizer o seguinte: Eu não sabia, mas hoje fiquei a saber que o João Dinis não ganhou nas urnas os votos para ser Membro da Assembleia, mas fala como um Deputado Municipal. Eu dou-lhe os parabéns!

Quando estive nesta Assembleia, em pleno direito, eleito pela sua Junta de Freguesia nunca colocou tantas perguntas ao Executivo como colocou hoje. É muito interessante!

Também quero dizer que durante um bocado tive a sensação que não estava na Assembleia Municipal e que deveria estar na Assembleia da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

Estranho no João Dinis o seguinte: Muitas das perguntas que o João Dinis aqui colocou são referentes a problemas que já existiam no tempo em que era Presidente da Junta e nunca fez nenhuma reivindicação, mas isso agora também não acrescenta nada.

Nós sabemos como é o João Dinis, conhecemos a sua cultura democrática e, por isso, deixem falar o João Dinis porque eu gosto de o ouvir falar e gosto de lhe responder. Como também gosto de responder a todas as questões que são colocadas pelo público.

Imaginem dois ou três indivíduos de cada Freguesia que também tivessem perdido as eleições e que também viessem aqui discutir todas estas coisas. Esta Assembleia tornar-se-ia num órgão diferente.

O João Dinis quando quer e lhe apetece, e quando tem tempo, e bem, aparece aqui na Câmara Municipal e é recebido com todas as honras por todos os Serviços, todos os Serviços o esclarecem sem problemas.

Há algumas perguntas que já tiveram resposta. Há muitas perguntas que não devo responder porque acho que estou a ultrapassar a Assembleia de Freguesia e acho que não o deveria fazer. Até diria que algumas respostas deveriam ser dadas aqui pelo Presidente da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

Como sou o Presidente da Câmara sou eu que vou responder a algumas perguntas que tenham alguma identificação com a Câmara Municipal.

Relativamente á primeira questão: O que é que aconteceu ao ramal da eletrificação rural que deveria ir desde o Poço das Águas/fundo do Outeiro de Santa Margarida, pelo Vale, até à Lapa do Ribeiro?

O Eng.º José Carlos e o Prof. Daniel, que tutela o Gabinete de Apoio às Freguesias e também a Equipe da Eficiência Energética, já deram esta resposta. O problema é que este projeto não foi contemplado porque para este caso era necessário um posto de transformação, conforme informação fornecida pela EDP. A execução deste projeto não justificava o investimento. É preciso racionalizar os custos.

Esta informação que os Serviços me deram já tinha sido dada pelo Eng.º José Carlos Marques. Estamos a repetir perguntas quando já se sabe a resposta.

Eu vejo isto como um aproveitar de espaço político pelo João Dinis. Se alguém tem dúvidas e se é para mostrar que o João Dinis está vivo, nós também temos a certeza que estamos vivos. Para vir aqui colocar algumas questões tem que ganhar esse direito pelo voto.

João Dinis, se me conseguires convencer eu voto lá na União de Freguesias e posso votar em ti. É preciso é que me convenças.

Sobre o projeto do arranjo urbanístico do Largo em frente à Capela Mortuária em Vila Franca da Beira quero dizer que a obra estava para arrancar porque está tudo pronto. Entretanto, e por causa dos preciosismos da lei, e não “entalam” o Presidente nisso, surgiram uns documentos que não estão disponíveis, não há a aceitação da transferência de titularidade por todos os proprietários, e a Câmara Municipal não faz uma obra pública em terrenos que não lhe pertencem.

Elaborámos o projeto e comuniquei ao Sr. Presidente da Junta que financiava a obra na totalidade, como já estava combinado, mas a obra será lançada pela Junta de Freguesia.

Se houvesse um protocolo de cedência dos terrenos, assinado por todos os proprietários, a Câmara Municipal fazia a obra mas eu tenho que ter muitos cuidados.

A Junta de Freguesia tem que resolver o problema da titularidade dos terrenos e quando o resolver nós já temos o projeto pronto para avançar. Eu até gostaria que avançasse o mais depressa possível mas não é com a responsabilidade da Câmara Municipal. A Câmara Municipal dará o dinheiro na sua totalidade para a adjudicação da obra porque era um compromisso que

eu tinha com o João Dinis quando ele era Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira.

Quanto á questão relativa ao problema da Póvoa de São Cosme, quero dizer o seguinte: A nossa Equipe Multidisciplinar das Águas já fez intervenção na Póvoa de São Cosme.

Temos um conjunto de intervenções para fazer na área do saneamento, um dos quais também entra a Póvoa de São Cosme, na Póvoa das Quartas, na Chamusca da Beira, na zona de Galizes, na zona de Vilela, na zona da Estrada Nacional 17. Há um conjunto de candidaturas que estamos agora a trabalhar para resolvermos estes problemas. Também acho que vou resolver este problema da Póvoa de São Cosme porque ali, naquela zona, a maior parte dos problemas nesta área estão resolvidos.

Também quero referir que na ETAR de Vila Franca da Beira foi preciso mandar lá os serviços da Câmara Municipal para fazer uma limpeza porque o que lá estava era uma vergonha. Dei ordem para tirarem os cadeados para poderem entrar e mandei a conta do serviço efetuado para as Águas do Zêzere e Côa para nos indemnizarem pelo nosso trabalho. Foi preciso tomar uma posição radical.

O que se passa, hoje, nas ETAR's, em Oliveira do Hospital, é uma vergonha! A empresa que deveria fazer assistência não faz. Nem as ervas limpam!

Em relação à ETAR da zona da Cordinha fique descansado porque ela está em condições neste momento para funcionar.

Em relação à casa em ruína na parte de trás do Largo César de Oliveira, em Fiais da Beira, há realmente um relatório. Tive a oportunidade de me deslocar lá esta semana e verifiquei que a situação é má. O Relatório não retrata devidamente a situação. Na minha opinião acho que deveríamos resolver aquele problema porque a situação é má.

A Sra. Maria Odete Lemos Silva trouxe aqui um problema relacionado com um alcatroamento na estrada do Parente.

Todos os alcatroamentos são prioritários para as pessoas mas tem que haver critérios.

A Sra. Maria Odete Lemos Silva disse que aquela obra está para se fazer há dez anos mas eu diria que aquela obra está para se fazer há mais de cinquenta anos.

Eu só estou na Câmara há seis anos e já fiz a adjudicação de uma parte da obra.

Estive reunido com o Sr. Presidente da Junta e com as pessoas residentes na Tapada, estão aqui pessoas que estavam nessa reunião. Combinei com essas pessoas alcatroar o troço da estrada desde o cruzamento da estrada do Parente para Alvôco.

Ficou combinado fazer aquela obra em duas fases, e foram as pessoas que escolheram. A primeira fase é referente à parte que vem da Quinta da Tapada até ao cruzamento. Neste momento esta obra está adjudicada, só falta assinar o contrato com a empresa que ganhou.

Para o ano, executaremos a segunda fase da obra para levarmos o alcatroamento até ao Parente.

Também quero anunciar aqui que vamos fazer uma obra em Nogueira do Cravo na entrada por Aldeia de Nogueira que sobe para o Campo da bola. Outros não tiveram talento para a fazer. A obra também está adjudicada. Outros andaram tantos anos e não conseguiram fazer esta obra e eu, o Sr. Vereador e o Sr. Presidente da Junta, fomos falar com o proprietário dos terrenos, que acabou por fazer a cedência dos mesmos, para que a obra se pudesse realizar.

Também vamos fazer um alcatroamento na Freguesia de Travanca de Lagos, na Quinta da Alagoa, que também já está adjudicado.

Também quero responder ao Sr. João Cruz: Quero dizer-lhe que as questões relativas ao Conselho Municipal da Juventude devem ser colocadas nas reuniões desse órgão.

Contudo, quero clarificar o seguinte e passo a ler: “*Artigo 8º - Compete ao Conselho Municipal da Juventude emitir parecer obrigatório sobre as seguintes matérias: Orçamento Municipal no que diz respeito às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas setoriais com aquela conexas.*”

Sr. João Cruz, acho estranho que esteja a falar nesta questão e vou-lhe explicar porquê: Colocou esta questão, num *mail* que enviou no dia vinte e dois de abril, e foi-lhe dada resposta na reunião do Conselho Municipal da Juventude realizada no dia quinze de maio de dois mil e quinze.

Para que todos os presente percebam: Na reunião do Conselho Municipal da Juventude, realizada no dia vinte e um de novembro de dois mil e catorze, foi aprovado por unanimidade emitir parecer favorável sobre o Orçamento Municipal no que respeita às dotações afetas às políticas de Juventude para o ano de dois mil e quinze.

O Sr. João Cruz estava presente nesta reunião e votou favoravelmente o parecer sobre o Orçamento Municipal.

Questão dois: Porque é que os membros do Conselho Municipal da Juventude ainda não foram contactados para dar ideias para o Plano de Reabilitação Urbana que irá acontecer na União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e na Freguesia da Bobadela?

Digo-lhe o seguinte: O Executivo fez mais do que isso. Não quis apenas ouvir só os jovens como também ouviu toda a população que estava interessada. Este assunto foi discutido publicamente em sessões de esclarecimento para a população em geral e para todos os interessados.

Na última Assembleia Municipal foi feita uma apresentação sobre a ARU-Área de Reabilitação Urbana.

Também houve uma sessão dirigida às forças políticas para discutir e apresentar as ARU's.

Disponibilizou-se, ainda, no *site* da Câmara Municipal, um questionário *on line*, para todos aqueles que quisessem dar contributos.

Não sei porque é que o Senhor não deu contributos durante o período em que a ARU esteve em discussão pública!

Relativamente à terceira questão: Como é que são auditadas as votações para os anteprojetos do Orçamento Participativo Jovem de dois mil e quinze?

A validação dos votos é da competência da Comissão de Análise Técnica.

Quarta questão: Porque razão a Freguesia de Lourosa ficou fora do Plano de Reabilitação Urbana onde está agregada a União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e a Freguesia da Bobadela?

O Sr. João Cruz tem que fazer esta pergunta ao Governo. Tem que perguntar ao Governo porque é que Bruxelas propôs que fossem só trinta e uma cidades e que só pudessem participar Freguesias pertencentes a grandes núcleos urbanos.

Quero dizer-lhe que não entrou Lourosa, não entrou Ervedal, não entrou Alvoco, não entrou Lagos, não entrou Lagares da Beira, não entrou Seixo, não entraram porque havia condicionantes no Regulamento.

Eu sei porque é que entrou Oliveira do Hospital. Dos dezanove Municípios da CIM de Coimbra sabe quantos entraram? Entraram quatro: Oliveira do Hospital, Coimbra e Figueira da Foz pelo POLIS. Depois só entraram mais duas: Cantanhede e Oliveira do Hospital.

Oliveira do Hospital pode participar nestas candidaturas sabe porquê? Porque houve um Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, PROTCentro, há quatro anos, e eu consegui, com uma negociação muito dura,

que Oliveira do Hospital fosse considerada lixo estruturante. Isto foi há quatro anos.

Agora Bruxelas condicionava as candidaturas aos territórios que estavam no Plano Regional de Ordenamento do Território como territórios estruturantes.

A vitória de Oliveira do Hospital, hoje, poder candidatar-se a estes projetos deve-se ao trabalho deste Executivo. Isso é importante.

Tábua, Arganil e os outros concelhos não puderam participar mas aqui há quem perspetive o futuro.

Tomara eu que me dissessem que poderíamos candidatar todas as Freguesias do nosso Concelho.

Há aqui outra pergunta que eu não sei onde é que foi arranjar esta ideia que só Lourosa é que tinha direito a setecentos mil euros para requalificação.

Primeiro quero dizer-lhe o seguinte: Foi com uma grande luta que colocámos as obras de Lourosa e da Bobadela no Plano Estratégico Intermunicipal de Coimbra.

Como eu lhe disse, neste Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano estamos a alargá-lo à Bobadela mas não há garantias de que nos aceitem a Bobadela. Devido á Ciclovía, que liga Oliveira do Hospital à Bobadela, e devido aos monumentos históricos da Bobadela, tentámos juntar a Bobadela na área metropolitana.

Agora fez-se a candidatura e depois quando passarmos para o processo de negociação é que vamos ver se pudemos, ou não, incluir a Bobadela.

O que foi muito importante para Lourosa, e aí ninguém me dá cartas, foi que nós deixámos sinalizar obras de Lourosa. As obras não são para fazermos estradas nem para fazermos saneamento, têm que ser obras ligadas à requalificação da zona envolvente à igreja. Eu sei muito bem quanto é o orçamento. Eu já lutei, e o Sr. Presidente da Junta sabe muito bem, para que estas obras fossem incorporadas no anterior Quadro Comunitário. Fartei-me de lutar e não consegui.

O importante é que as obras para a Bobadela e para Lourosa estavam sinalizadas porque oitenta por cento destes dezanove Concelhos da CIM não têm nesta área uma obra sinalizada.

Por exemplo, o Presidente da Câmara de Miranda do Corvo, que tem o Convento de Semide, e o Presidente da Câmara de Coimbra, por não terem sinalizado nenhuma obra votaram contra o Plano Estratégico da Região da Comunidade Intermunicipal de Coimbra.

Nós temos várias obras em várias áreas e isso deve-se a um trabalho político muito importante que não diminuiu nem a Bobadela nem Lourosa. Vamos ter dinheiro para os projetos que temos para Lourosa e para a Bobadela, e que já estão consignados, porque são dois centros muito importantes em termos históricos.

Bobadela e Lourosa têm monumentos históricos que temos de “vender” e para isso temos que fazer um grande trabalho na Bobadela e temos que fazer um grande trabalho em Lourosa.

Temos feito um grande trabalho em Lourosa e o Sr. Presidente da Junta sabe. Fizemos a estrada Lourosa/Barril.

Fique descansado porque não houve nenhuma subestimação relativamente à Freguesia de Lourosa.

As obras para Lourosa estão contempladas no Plano Estratégico da Região da Comunidade Intermunicipal de Coimbra com uma verba de trezentos e vinte e cinco mil euros.

Também lhe digo que para os monumentos da cidade de Oliveira do Hospital não foi atribuído nem um “tostão”.

Mesmo que alguns não queiram, houve um grande trabalho para conseguirmos incluir obras de reestruturação das zonas envolventes de dois monumentos nacionais. Estas obras não são nos monumentos porque essas obras pertencem à Direção-Geral da Cultura.

Estou de acordo com o Eng.º Rafael quando ele diz que devemos sinalizar o monumento de Lourosa para lhe dar mais vida mas já o tentei sinalizar no IC6, no âmbito das comemorações dos mil e cem anos da Igreja Moçárabe de Lourosa, e as Estradas de Portugal indeferiram o pedido.

Fizemos mais! Promovemos as comemorações dos mil e cem anos da Igreja Moçárabe de Lourosa e nenhum Executivo valorizou tanto Lourosa. Alguns, são contra as Festas e contra os Eventos de Promoção do Concelho mas a Festa Moçárabe de Lourosa tem crescido de ano para ano e acredito que depois das obras de reestruturação da zona envolvente da Igreja Moçárabe terá um potencial enorme.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Permitam-me um comentário antes de passarmos para o Período da Ordem do Dia.

Parece que o Sr. Prof. João Dinis respeita o Sr. Presidente da Câmara, e ainda bem. Se não respeita a Mesa da Assembleia, e parece que há quem ache que o Sr. Prof. João Dinis deve falar o tempo que quiser, e os outros Membros eleitos devem falar só cinco minutos, parece que há quem ache bem, o que eu acho que é um desrespeito pelos Membros da Assembleia, no mínimo. A Mesa - já falei com os outros dois elementos da Mesa - vai ter que repensar muito bem os seus métodos de atuação em função do Regimento e da solidariedade que nos é devida. Talvez alterar o Regimento para o público falar o tempo que quiser e os outros Membros falarem só cinco minutos, mas isso é uma questão que não deve ser tratada aqui. De qualquer forma, devo dizer que foi um momento para mim pouco agradável. Não estou habituado a isto. Tenho muitos anos, como sabem, de trabalho e não estou habituado a isto.

Sr. Prof. João Dinis, como o Senhor é inteligente o Senhor percebeu que o que eu acabei de dizer não tem nada a ver consigo.

Passando à Ordem do Dia: O Sr. Presidente da Câmara pediu-me para que fosse alterada a sequência de apresentação dos Pontos da Ordem do Dia de modo a que o Ponto XVII passasse para segundo lugar e depois fossem votados os Pontos XV e XVI dado que estão relacionados com o assunto do Ponto XVII.

Alguém se opõe a esta mudança?

Se ninguém se opõe vamos dar início à Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Pedi a alteração na apresentação dos Pontos da Ordem de Trabalhos porque o Ponto XVII vai ser apresentado pela Coordenadora do PEDU-Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, a Arq^a. Alexandra. Se não alterarmos a ordem ela está sujeita a ficar aqui até muito tarde.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Já que não me foi dada a palavra para responder em defesa da honra, que está na sequência do que é hoje hábito cá em casa, quero dizer ao Carlos Artur que eu tenho aqui o que a lei diz sobre os ajustes diretos.

Também tenho aqui um parecer do Dr. Miguel Lucas Pires sobre o assunto porque eu não ando aqui a encher pneus.

Sr. Carlos Artur eu um dia destes vou lá á sua Freguesia porque também lá há umas coisas para ver.

Tenho aqui o IC6, o primeiro troço foi feito em noventa e sete. O Governo do Eng.º Guterres esteve lá até dois mil e dois. Não sei porque é que não fizeram o IC6.

Quanto à dívida pública. Isto é o Governo do Dr. Mário Soares, isto é Manuela Ferreira Leite, isto é o Governo de Sócrates.

Portanto, eu já disse deixem-se de estar aqui com esta política politiqueria porque o António Lopes não brinca em serviço. Traz aqui um mapa, ano a ano. Eu não brinco em serviço e sei muito bem o que ando aqui a fazer.

Sr. Presidente da Câmara, o Senhor enquanto fala aqui assim com essa força toda responda aos documentos e aos requerimentos tal como eles lhe são feitos, ou então, eu faço-lhe o desafio, eu faço aqui as perguntas e o Senhor dá as respostas para a Assembleia saber o que é que eu perguntei e o que é que o senhor disse. O Senhor é muito corajoso mas é a falar nas respostas não é.

Deixei agora ali na Mesa, porque eu continuo a dizer, eu recuso-me a pôr o bom nome de quem quer que seja em causa sem provas. Fui contactado por um Múncipe que me entregou aqueles documentos que estão ali. É um gerador que foi comprado para a BLC3 por sessenta e cinco mil euros. Eu vendo aquele mesmo gerador por doze mil euros. Portanto, segunda-feira, naturalmente, aquele assunto entra no Ministério Público e o Ministério Público que averigúe. Eu não vou à Judiciária. Eu queixo-me á CADA e queixo-me ao Ministério Público porque são as entidades.

Sr. Presidente, pedi-lhe os documentos atempadamente e se o Sr. Presidente me respondesse atempadamente muito da discussão que aqui se faz não se fazia. O que eu quero é cumprir a minha missão e fazer o acompanhamento e fiscalização que a lei me impõe. É isso que eu faço.

O que eu disse é que a lei não tem nenhuma alínea que diga que eu devo dar a tal solidariedade. Já a tenho dado.

Quanto ao Sr. Presidente falar ou não falar: O artigo 24º, número 2, diz que o Presidente tem cinco minutos para apresentar o Ponto. O artigo 25º, número 6, diz que tem cinco minutos para me responder.

Eu sempre disse, e mantenho, que o Sr. Presidente deve falar indeterminadamente até toda a gente estar esclarecida.

Sr. Presidente da Assembleia, mude o Regimento, eu voto favoravelmente, o Sr. Presidente da Câmara fala o tempo que quiser.

Agora, enquanto assim for o Senhor não me manda calar no fim de cinco minutos. Cumpra-se a lei que é isso que eu quero.

Quanto a este Ponto I. Depois das críticas que eu fiz o Senhor já foi ver as contas. Hoje o saldo já dá certo.

Andei aqui seis meses a discutir mas agora o saldo já dá certo.

Então, afinal, como eu digo, uma boa oposição faz um bom governo. Os Senhores já foram dar as voltas e já aprenderam como é que se fazem as contas.

O Senhor não brinque em serviço porque eu também não brinco. Não me atirem com poeira para os olhos. A mim só me conta histórias quem eu quero.

O saldo das contas da Câmara este mês está certo.

Como eu dizia ao anterior Presidente, não me respondem mas ouvem-me.

Mas também me vão responder. Olha se vão!

Pois, cá temos novo figurino nos mapas financeiros. Agora já sabemos o que se passou no ano passado e está assim com uma fatiota mais vistosa.

O que ninguém me disse foi o que aconteceu ao tal um milhão e seiscentos e três mil euros, mas também já sei o que é que lhe aconteceu.

Agora com esta história da nova política dos ajustes diretos, e eu não disse que os ajustes diretos são ilegais, e é pena que já só cá está metade da Assembleia, tal como também fizeram com a Senhora Arquiteta, que ninguém a ouviu, espero que hoje não lhe façam a mesma desconsideração.

Fazem as tais encomendas. Adjudicam as obras. Pagam. Depois dizem que têm razão. Eu também tenho porque vou estudando os documentos eu vou chegando às conclusões. Eu agora comecei a perceber como é que funcionam.

Efetivamente um milhão, seiscentos e três mil euros faltava. Mas agora já vi. Quando se faz um concurso, e se adjudica no mesmo dia, e se paga ao fim de quinze dias, naturalmente que um milhão, seiscentos e três mil euros foi gasto. Agora, que eu tenho razão, isso tenho. Mas já encontrei a explicação porque não tem havido ninguém capaz de ma dar.

Como o tempo já vai adiantado só queria dizer ao Dr. André Pereira, que veio aqui duas vezes defender o problema do Ensino Superior, que na ata de vinte e nove de abril está lá outra vez cinquenta mil e nove euros para o Ensino Superior. Afinal não aumentou. No ano passado gastava-se cinquenta e três mil e quinhentos euros.

Sobre o número do Sr. Prof. Mário Alves, o Sr. Presidente da Câmara mandou-me ir ver os documentos oficiais. Os documentos oficiais dizem-me que são cinco mil e oitenta e quatro. O Mapa da folha trinta e oito diz que são

mil e oitenta e quatro. Mas o Sr. Vice-Presidente disse há dias que são sete mil, quinhentos e vinte e seis euros.

O que eu digo é o seguinte: Os Senhores por uma questão de idoneidade falem os números que estão nos documentos. Quem levanta aqui as suspeições, quem levanta aqui os problemas são os Senhores que falam números que não estão nos documentos.

Eu sei muito bem o que os Serviços fazem. Na água têm lá dez números diferentes e têm números diferentes nas atas. Portanto corrijam-nos.

Na EXPOH o Senhor disse-me agora que são cinquenta e três mil. Então porque é que continua lá na ata que são cinquenta mil duzentos e tal que disse o Sr. Vice-Presidente e continua lá na ata que são dezoito.

Os Senhores façam o favor: na próxima reunião vai lá pôr o valor foi de cinquenta e três mil.

Eu continuo a dizer que isto é uma Câmara Municipal e que não é uma tasca. Eu só estou aqui a defender o bom rigor. Sei muito bem que os Serviços funcionam bem e sei muito bem que os Serviços sabem o que andam a fazer. Quem não sabe o que anda a fazer, quem diz o que não deve, e diz números diferentes dos que estão nos documentos é o Senhor. Não sou eu.

O que eu lhe peço é que assuma o lugar que tem, que assuma as suas responsabilidades, e não diga o que não deve.

Volto a dizer-lhe, o número que está lá é cinco mil e oitenta e quatro euros.

Sr. Presidente da Câmara, o Sr. António Lopes tem coerência, tem uma linha de raciocínio e diz sempre a mesma coisa.

Documentos iguais aos que o Senhor aí tem, vai ter aí muitos.

O Senhor ficou de me dar a resposta da auditoria e ainda não me deu a resposta. Não queira que eu ponha na rua que demora seis meses para me dar uma resposta sobre uma auditoria.

Também já lá está a queixa na CADA porque eu funciono dentro da legalidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar um esclarecimento: Felizmente já chegámos à conclusão que não vou preso por causa daqueles trezentos e tal mil euros, e depois era um milhão e tal, que tinham desaparecido. As contas estão certas.

Sr. Deputado António Lopes, eu não falei enquanto o Senhor esteve a falar, por isso, o Senhor, agora, ouve aquilo que eu tenho para dizer.

Nós sabíamos que as contas estavam certas. Até houve aqui uma ameaça e disseram que as contas da Câmara na segunda-feira estavam no Ministério Público. Essa queixa não chegou cá! Parece que não a apresentaram por sabiam que ninguém tinha tirado trezentos e trinta e cinco mil euros nem um milhão.

A propósito dos valores da água, e mais uma vez vou entregar um documento aos Senhores Deputados para perceberem, e para desmistificar, aquilo que se anda a dizer.

Mesmo depois dos aumentos na tarifa da água, a Câmara Municipal tem um défice tarifário de perto dos setecentos e cinquenta mil euros.

As tarifas desceram no mês de julho e tenho aqui os documentos para apresentar àqueles que fazem contas mas que não as sabem fazer.

Estas contas foram feitas pela Equipe Multidisciplinar das Águas e Saneamento e estão assinadas pelo seu Técnico.

Depois do abaixamento das tarifas trago, hoje, aqui as contas para combater essa mentira de que a água e o saneamento estão a dar lucro à Câmara Municipal e que estamos a penalizar os consumidores.

O mês de julho e o mês de agosto é o mês que tem menos despesa de saneamento porque não choveu. Quando chove a fatura do saneamento aumenta consideravelmente.

Depois dos abaixamentos gastamos neste mês de julho, em termos de despesas, na água, vinte e um mil euros e no saneamento pagámos trinta e seis mil euros, porque em julho e agosto não choveu e o volume que entra nas ETAR's é um valor residual. Se for em novembro, dezembro ou setembro a fatura aumenta. Na fatura do mês de julho também vem a despesa dos resíduos sólidos e do lixo.

Foi por isto que eu defendi as tarifas proposta pelo Sr. Ministro Jorge Moreira da Silva porque ele conseguiu baixar as tarifas no interior fazendo com que houvesse harmonização com as tarifas do litoral. Na fatura de julho, os encargos gerais da água saneamento e resíduos, foram de duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois euros e quinze cêntimos. Há aqui um valor estimado, que pode ter uma diferença de quatro ou cinco mil euros, segundo me dizem, nos encargos de materiais, pessoas, energia, análise, despesas de cobrança bancárias e veículos. Este valor é calculado em função da média do ano passado que é de quarenta e sete mil e quinhentos euros.

A receita faturada nestas três áreas foi de cento e oitenta e sete mil setecentos e sessenta e três euros.

Depois de baixar a tarifa o orçamento da Câmara Municipal injeta cerca de quarenta e sete mil oitocentos e vinte e oito euros. O que quer dizer, e é aquilo que eu venho dizendo desde sempre, de que o aumento da tarifa não compensava. Temos que desviar as águas pluviais.

Prova-se aqui hoje que há prejuízo, mesmo com o valor do saneamento no mês mais seco.

Também quero salientar o seguinte: Este mês a tarifa com os resíduos custaram cerca de setenta mil euros. Tivemos de receita, com os resíduos, quarenta e um mil quatrocentos e setenta e nove euros. Isto quer dizer que os resíduos deram um prejuízo à Câmara Municipal de cerca de vinte e oito mil euros. Também referir que este mês é quando se paga um valor mais alto de resíduos devido ao aumento de população nomeadamente os imigrantes e outras pessoas que vêm para o Concelho porque a fatura nos meses de novembro ou dezembro já baixa.

Hoje podemos ver, mesmo com o abaixamento das tarifas, que esta área ainda não é autossustentável.

Também é necessário referir que uma coisa é a receita faturada e outra coisa é a receita cobrada. Há sempre cerca de cinco ou seis mil euros que não são pagos.

Gostaria de desafiar qualquer Deputado Municipal a dirigir-se junto do funcionário Paulo Marques para que verificar que a água, o saneamento e a recolha dos resíduos sólidos ainda não são sustentáveis e que a Câmara Municipal ainda investe muito dinheiro para poder praticar estes preços.

Meus caros amigos, não estou a pensar em aumentar os preços mas há um conjunto de investimentos na área do saneamento que ainda agora foram lançados e que os Srs. Presidentes da Junta reivindicam.

A ERSAR diz que os sistemas têm que ser autossustentáveis.

Mesmo que eu quisesse baixar o preço da água a ERSAR iria chumbar a proposta da Câmara Municipal e não me deixaria baixar o preço.

No Município de Oliveira do Hospital o consumidor só paga um índice de trinta por cento sobre o valor do consumo de água e o novo regulamento da ERSAR obriga ao pagamento de um índice de noventa por cento.

Gostaria que fossem junto do Paulo Marques para verificarem se a água dá lucro ou se dá prejuízo.

Alguns andam para aí a apregoar que a água é uma fonte de receita desde que houve os aumentos mas o que dizem é mentira, é calunioso, é falso.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de dar a palavra à Arq^a. Alexandra, quero dizer o seguinte: O Sr. António Lopes apresentou uma proposta.

Como sabe, as propostas têm que ser apresentadas no Período de Antes da Ordem do Dia, e neste momento já estamos no Período da Ordem do Dia. Se quiser, proponho que apresente esta proposta no Período de Antes da Ordem do Dia da próxima sessão da Assembleia Municipal.

Passava agora a palavra à Arq^a. Alexandra e pedia-lhe que efetuasse a apresentação no tempo máximo de quinze minutos.”

De seguida, fez-se a apresentação em simultâneo dos seguintes Pontos:

Ponto XV - Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, da proposta de delimitação da ARU da Cidade de Oliveira do Hospital.

Ponto XVI - Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, da proposta de delimitação da ARU do Centro Histórico da Bobadela.

Ponto XVII - Conhecimento da Proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) para o Concelho de Oliveira do Hospital.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar uma informação Geral sobre o PEDU.

Quero testemunhar aqui o empenho da Arq^a. Alexandra que fez um grande trabalho. Também tivemos uma assessoria Técnica de uma empresa, com uma equipa muito competente.

Este é um grande trabalho feito em equipa e por isso eu quero congratular e registar, aqui, o empenho e a dedicação na elaboração desta candidatura.

A candidatura era para ser apresentada até ao dia dez mas foi prorrogado o prazo.

Esta candidatura vai passar por duas fases: A primeira fase é a apresentação da candidatura e a segunda fase é uma fase negocial.

Esta candidatura tem cerca de vinte e dois milhões de euros. É uma candidatura com muita ambição.

Tal como disse, e bem, o Sr. Presidente da União de Freguesia de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, este projeto não é para ser executado num mandato. É um projeto que se poderá dilatar até dois mil e vinte e dois.

Na elaboração deste projeto tivemos muita ambição.

A fase de negociação vai ser dura. Na Zona Centro somos trinta e uma cidades que estamos nesta corrida. Espero que tudo nos corra bem.”

De seguida a Arquiteta Alexandra procedeu à apresentação da Proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) para o Concelho de Oliveira do Hospital, em *power point*, que fará parte dos anexos desta ata.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Começo por agradecer à Sra. Arquiteta e também aos caros colegas porque desta vez deram mais atenção à explicação. Isso só nos fica bem.

O que tenho que dizer é que em qualquer Câmara ou em qualquer Assembleia Municipal há uma Comissão Municipal de Urbanismo para discutir estes assuntos. Não é agora em cinco minutos que se pode fazer uma apreciação.

Eu só posso dizer que a pessoa que foi encarregue de fazer este estudo é a segunda obra que faz.

Quero dizer ao Carlos Artur que o ajuste direto só se pode fazer se for limitado e desde que se respeitem as regras. Eu conheço as leis e não ando aqui a brincar. A ideia que os Senhores têm que eu sou burro e que ando aqui com mau feitio não é verdade.

Tenho aqui os documentos. O que o Sr. Presidente acabou de dizer está aqui. Nós pagamos sessenta por cento da água consumida.

Os números que eu aqui tenho são os números do Paulo Marques. Eu já pedi duas vezes para reunir para me convencerem do que estão a dizer. Mas não me convencem porque eu sei porque é que a água está a dar lucro e enquanto não me provarem o contrário eu mantenho o que digo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Atendendo a que o meu nome foi referido, da maneira como foi num momento de uma intervenção pública, só para que fique bem claro, e de uma vez por todas, porque parece que as pessoas querem continuar a teimar na mesma coisa, eu quero dizer, e deixar mais uma vez o registo, que o Carlos Maia nesta Assembleia Municipal está eleito como Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira. Fala nessa qualidade como fala também na qualidade que muito bem quisera e entender como cidadão deste Concelho.

Não é ninguém, nem o Sr. Prof. João Dinis, que me vai impedir de falar na qualidade que eu muito bem entendo, tal como ele também fazia, aqui, anteriormente. Mas o que é para ele é bom e o que é para mim é mau. Mas teremos o palco próprio para discutir estas questões na altura própria, e ainda vai ser este mês.

Quanto ao PEDU eu quero felicitar a Câmara Municipal. É óbvio que é um trabalho técnico.

O Sr. António Lopes diz que chega aqui a Sr. Arquitecta, que é uma técnica qualificada, e com certeza que não esteve sozinha a trabalhar neste projeto, mal de nós que estamos aqui nesta Assembleia, eu também não sou técnico nesta área, quando, por ventura, sem percebermos muito do assunto, possamos emitir alguma opinião. Depois desta explicação técnica saímos daqui na mesma. Se calhar alguns de nós saímos!

Só quem não estiver de boa-fé é que não percebe, ou não quer entender, que isto é um Plano Estratégico de Desenvolvimento para Oliveira do Hospital. Isto é entendível para qualquer mortal minimamente inteligente. Percebe-se qual é a ideia de fundo deste PEDU.

Pormenores técnicos? Se calhar não sei alguns, possivelmente não sei. Mas mal de mim, que estou nesta Assembleia, se não confiar numa equipa técnica que com certeza não são uns ignorantes que fizeram este trabalho. Mal feito fora se eu fosse por esse caminho! Eu tenho que confiar.

Senhor António Lopes, eu não o interrompi quando o Senhor esteve a falar. Respeite os outros se quer ser respeitado. Tenha paciência!

O Senhor está habituado a utilizar noutros palcos essas técnicas mas comigo isso não funciona!

O Senhor já me devia conhecer o suficiente para saber isso! Tenha respeito se quer ser respeitado.

Voltando ao assunto do PEDU, quero dizer ao Presidente da Câmara e ao Executivo que faço grandes votos de sucesso para este projeto.

Obviamente que o Sr. Presidente da Câmara está numa grande luta, que não vai ser fácil, para conseguir o dinheiro para este PEDU. O dinheiro é apetecível e vai ser apetecível para muita gente de todas estas cidades.

Ainda bem que Oliveira do Hospital se pode candidatar a estes fundos e é disso que temos de nos orgulhar. Temos que nos orgulhar do trabalho que está a ser feito.

Noutros tempos, e há aqui mais gente nesta sala que assistiu a isso, nós sabíamos que havia muito dinheiro e nós víamos passar as oportunidades para Oliveira do Hospital ao lado. O Dinheiro não chegava a Oliveira do Hospital porque não havia uma visão estratégica, porque não se metiam os projetos a tempo e horas e porque não se trabalhavam. Será que as pessoas têm memória curta? Eu não tenho! Eu não tenho memória curta.

Quero felicitar a Câmara Municipal por ter uma visão estratégica de futuro para este Concelho. Por isso é que eu estou contente e todos nós devemos estar.

Muito obrigado, Sra. Arquiteta, pelo trabalho e pela apresentação que fez. Se eventualmente eu tiver algumas dúvidas de pormenor depois irei ter consigo para me esclarecer.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizer-lhe que contará sempre com a minha solidariedade, com o meu apoio, para enfrentar a ordem, e as regras nesta Assembleia. Mas não a terá numa Assembleia que tem vinte Pontos e que inviabiliza completamente qualquer tipo de discussão democrática e com tempo; Não a terá enquanto não reunir atempadamente, e antes das Assembleias, para preparar essa mesma Assembleia com os Grupos Parlamentares; Não a terá com este Regimento que foi feito a correr, atabalhoadamente, em duas Assembleias de que não orgulham a história da democracia em Oliveira.

Sei que não é o Ponto correspondente mas quero dar uma informação, ao Sr. Raul, com amizade e com estima: É verdade que foi o PS que aprovou dois novos cursos de medicina, mas eu sei que a propaganda Socrática é tão intensa,

às vezes é quase coisa física que se agarra ao corpo, mas não foi o Eng.º Sócrates, ainda foi o Eng.º Guterres que aprovou esses dois cursos: Um no Minho e outro na Universidade da Beira Interior.

Passado isto, quero dar os parabéns à Sra. Arquiteta pelo trabalho que fez. Para quem não percebe nada de arquitetura e para quem não percebe nada de planeamento urbano parece-me bem conseguido, pormenorizado, e bem explicado.

De facto é um trabalho que potencia o desenvolvimento Urbano e também económico e social de Oliveira. Bem-haja por isso. E se não ganha horas extraordinárias para estar aqui gabo-lhe a paciência.

Muito obrigado.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero responder ao Dr. Luís Lagos e dizer-lhe que lamento que o Senhor tenha ido atrás do Sr. António Lopes em relação à questão do Regimento. Noventa por cento do Regimento tem doze anos. Esta coisa de citarem o Regimento quando convém...

Quando corre bem, ninguém agradece, mas quando corre mal...

Eu percebo a sua estratégia!

O Regimento, em noventa por cento, é igual ao que vinha de trás e, portanto, isso que fique claro. Não fui eu que o fiz!

Relativamente à segunda questão, a questão da ordem, isto é curioso pela parte de quem vem, um democrata cristão.

Eu tive um professor de música que me dizia: “*Se nós não fizermos nada tendemos naturalmente para a barbárie.*”

Temos que fazer alguma coisa para não tendermos para a barbárie.

Há pouco estávamos a tender para a barbárie e o Senhor percebeu isso e ajudou. Desculpe que lhe diga, e com toda a consideração, mas o Senhor ajudou a que entrássemos num plano inclinado e houve muito boa gente, aqui, que foi atrás.

Se a Mesa da Assembleia permitisse isto, o que acontecia é que depois vinha a Comunicação Social dizer que a Mesa não tem mão nisto.

Eu estou aqui entre dois fogos.

Portanto, ponho à consideração da Assembleia e pergunto o que é que querem?

Querem que o Sr. Prof. João Dinis, e isto não tem nada a ver com ele, fale o tempo que ele quiser e os Senhores não?

Passemos então à votação do Pontos XV e do Ponto XVI.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Quero esclarecer o Sr. João Cruz que nós fizemos uma sessão de esclarecimento na Bobadela sobre o PEDU. Ele poderia ter assistido a essa sessão de esclarecimento porque a sessão foi anunciada em todo o lado. Ele tem que andar um bocadinho mais atento porque eu teria todo o gosto de o receber na Bobadela.

Também quero dizer que o povo da Bobadela está muito empenhado com este PEDU e espero que toda a equipe da Câmara Municipal continue a fazer um bom trabalho, como têm feito.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XV - Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, da proposta de delimitação da ARU da Cidade de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por maioria e com uma abstenção.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XVI - Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, da proposta de delimitação da ARU do Centro Histórico da Bobadela, que foi aprovado por maioria e com uma abstenção.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Retomamos agora a sequência da Ordem do Dia com o Ponto II.

Também quero agradecer à Arquiteta não só o trabalho exaustivo que teve mas também a paciência de estar aqui até esta hora para fazer a apresentação do PEDU.

De seguida entrou-se no Ponto II - Aprovação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4, do artigo 29, do Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho e na alínea o), nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2015.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Sr. Deputado António Lopes que ele está completamente equivocado sobre os setenta, ou os sessenta, ou os quarenta.

Tenho aqui documentos e podemos provar-lhe que ele não sabe fazer essas contas e que as faz mal.

Numa das reuniões com o Sr. Ministro e com as Águas de Portugal todos os Presidentes de Câmara disseram que só querem pagar oitenta por cento da água que nos venderam mas ainda não foi possível chegar a esse acordo.

O Sr. Presidente das Águas de Portugal, numa Assembleia, propôs-nos que se pagasse só oitenta por cento mas isto nunca se concretizou porque nunca houve despacho ministerial.

Vamos ser verdadeiros. Não há setenta por cento nem sessenta.

O nosso objetivo era pagar só oitenta por cento da água que compramos.

No que diz respeito à alteração ao Mapa de Pessoal para 2015 quero dizer o seguinte: Temos a criação de três lugares de Assistente Operacionais - Auxiliar de Ação Educativa. Estes lugares destinam-se à conversão a tempo inteiro de igual número de lugares a tempo parcial.

Os outros lugares que vão ser criados são lugares novos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Eu posso ser provocado em todos os Pontos mas não posso responder em Ponto nenhum.

Quero dizer ao Sr. Carlos Artur que eu confio nos técnicos e também pergunto o que é que nós vimos aqui fazer?

Então, eu vou-me pronunciar sobre o que não tenho consciência?

Quando venho aqui votar e decidir eu gosto de saber o que é que estou a votar e a decidir. Se é para confiar nos técnicos, e eu confio em todos os técnicos, para que é que fazemos a Assembleia Municipal?

Sr. Presidente, eu nunca disse que há redução na água, eu digo que há redução no preço do saneamento. Vamos lá ver se nos entendemos.

Quanto a este Ponto do Pessoal, eu não sei do que é que estamos a falar. Eu sei como é que isto funciona... Depois até diz que são pessoas que já cá estão. Aí é que começa o meu problema porque não estão lá os nomes e mais não digo porque acho que me perceberam.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Deixava uma sugestão à Mesa, não sei se pode ser aceite: Juntávamos estes Pontos, fazíamos só uma discussão, e votávamos em separado. Adiantaríamos algum tempo.

Não sei se quer colocar esta sugestão à consideração do Plenário?

Sr. Presidente da Câmara, a oposição não tem só que discordar, eu muitas vezes venho aqui concordar. Não é por isso que me diminuo enquanto oposição. Acho que isso até enobrece a oposição.

Acho muito bem que comecemos a seguir este caminho da contratação.

Nos últimos anos a Câmara fez propaganda de que reduziu o número em cerca de quarenta funcionários. Reduziu porque isso foi-lhe imposto pelas regras da Troika e pelos sucessivos Orçamentos de Estado que obrigavam a uma diminuição da contratação. Hoje em dia os Municípios que tenham um peso na sua despesa inferior a trinta e cinco por cento do valor da receita podem começar a contratar. Eu acho que faz bem. Uma Câmara que diminuiu o seu Quadro de Pessoal em quarenta e duas pessoas, entre dois mil e nove e dois mil e quinze, mas tinha cento e dezasseis pessoas em CEI-Contratos de Emprego e Inserção e Estágios Profissionais.

O Caminho a seguir é o caminho da contratação porque quando olhamos para o Quadro de Pessoal da Câmara também percebemos que pessoas com menos de trinta e quatro anos são só seis pessoas. Isto é dramático.

Quando não temos, as entidades Públicas, e eu sou uma pessoa do setor privado e acho que cada posto público de emprego que se cria devem-se criar dois no privado. Só uma economia assim é que é de facto uma economia pujante e com viabilidade. Quando a contratação na Câmara, nos últimos anos, de seis pessoas com idade inferior a trinta e quatro anos, nós não podemos ambicionar ter o índice demográfico da nossa região a crescer. É impossível. As pessoas não se conseguem casar, as pessoas não conseguem ter filhos, não se conseguem estabilizar.

O Caminho tem mesmo que ser a contratação. Agora o País começa a ficar melhor porque saiu de uma encruzilhada em que se meteu, e não vamos iniciar esta discussão porque é uma discussão que não interessa neste quadro político e que interessa noutra, mas começamos a sair e a ver alguma luz ao fundo do túnel e é importante que os Municípios que estão bem financeiramente, que é o caso de Oliveira do Hospital, que contratem.

Independentemente das pessoas que são. Nem quero saber quem são as pessoas desde que as regras da contratação pública com o pessoal sejam respeitadas.

Acho que é o caminho. Acho que é o único caminho que temos, para conseguir criar uma dinâmica económica, é ter pessoas que têm estabilidade no seu emprego e que podem criar uma família, que podem ter filhos e isso não advém de CEI.

O caminho dos CEI foi um caminho que teve que ser seguido numa determinada altura e a Câmara, e muito bem, apostou nisso e até teve uma poupança no Orçamento na ordem dos trezentos e trinta mil euros, mas com este caminho não se criava a tal dinâmica económica que advém duma efetiva contratação das pessoas.

Votarei com gosto, a favor.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer as palavras ao Sr. Deputado Dr. Luís Lagos.

Estes três lugares estão guardados, têm toda a razão, porque são pessoas que estão escolhidas. Estão escolhidas por uma razão: São pessoas que já trabalham há nove, ou dez, anos na Câmara Municipal com meio tempo. Achamos que primeiro devemos resolver os problemas dessas pessoas, passando a ter um horário com dignidade.

O Dr. Luís Lagos também disse, e bem, isto também incomoda aí alguns: A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital pode contratar pessoal porque tem capacidade financeira e porque tem cumprido com as normas muito rígidas dos Orçamentos de Estado. Poucas Câmaras Municipais no País podem contratar.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Aprovação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4, do artigo 29, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2015, que foi aprovado por maioria e com duas abstenções.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“A proposta do Dr. Luís Lagos tem todo o sentido até porque a Mesa já tinha previsto colocar à consideração da Assembleia fazer-se a discussão do Ponto III e IV em conjunto e depois efetuar a votação em separado.

Assim como igual procedimento para os Pontos VI a X.”

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para dois lugares de Assistente Operacional - Auxiliar de Serviços Gerais.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para dois lugares de Assistente Operacional - Auxiliar de Serviços Gerais, que foi aprovado por maioria e com três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a tempo parcial, para três lugares de Assistente Operacional - Auxiliar de Serviços Gerais (quatro horas e meia).

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a tempo parcial, para três lugares de Assistente Operacional - Auxiliar de Serviços Gerais (quatro horas e meia), que foi aprovado por maioria e com três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação da proposta de alteração ao Modelo de Organização Interna / Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais e disposições relativas a cargos de Direção Intermédia de 3º Grau.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A lei diz que os Coordenadores das Equipes Multidisciplinares podem ser considerados, em termos remuneratórios, como Chefes de Divisão ou podem ser considerados como Técnicos Superiores.

Quando lancei a Equipe Multidisciplinar negocieei com o Coordenador da Equipe a sua remuneração, ele ganhava cerca de oitocentos euros e depois encontrámos uma posição intermédia de mil e duzentos euros. Esta remuneração em termos líquidos dava-lhe um aumento de pouco mais de cem euros.

Todos os Coordenadores das Equipes Multidisciplinares que foram criadas ao abrigo da lei, na maior parte das Câmaras Municipais, são remunerados como Chefes de Divisão.

Vamos colocar o nosso Coordenador da Equipe Multidisciplinar no cargo de Direção Intermédia de 3º Grau, correspondente à quinta posição remuneratória de Técnico Superior, porque ele não é Técnico Superior. Assim, o Coordenador da Equipe Multidisciplinar ficará com um vencimento ilíquido de mil oitocentos e dezanove euros e trinta e oito cêntimos. Nos termos da Lei este é o estatuto remuneratório dos Coordenadores das Equipes Multidisciplinares.

Na minha opinião, o Paulo Marques tem feito um bom trabalho e tem Coordenado a sua equipe, contra a visão de alguns que achavam que não se devia fazer nada. Acho que esta remuneração é uma questão de justiça até porque o Coordenador poderia ser remunerado como Chefe de Divisão. Acho muito bem que ele seja remunerado com este vencimento porque ele tem executado o seu trabalho com dedicação. Ele tem trabalhado muitas horas, fora do seu horário normal, para que as coisas corram bem, como correram este verão onde não houve falta de água em lado nenhum. Este trabalho deve-se à sua Coordenação e também a toda a equipa, e também à empresa que nos presta serviço de assessoria, a H2Org. Eu gostava era de contratar esses funcionários da H2Org para serem funcionários da Câmara Municipal e para prestarem serviço na área das análises mas não é possível.

Já defendo há muito tempo que este é o setor nuclear para a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal. Pena é, que outros, no passado, não tivessem tido a visão política como teve a Câmara Municipal de Cantanhede ou a Câmara Municipal de Viseu que organizaram e reestruturaram muito bem os seus serviços municipalizados e nós andamos a correr atrás do prejuízo.

No passado era o Presidente da Câmara que mandava em tudo mas eu não quero mandar em tudo. Na minha visão de gestão quero ter uma estrutura hierárquica onde haja responsáveis intermédios.

Hoje, lancei muitas coisas porque no passado o poder político do PSD definhou completamente, sem visão, mas podiam ter aprendido com alguns colegas, como este de Cantanhede ou de Viseu porque eram colegas do mesmo partido.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Venho falar neste Ponto porque introduziu-se aqui esta história do “alguns”.

Como eu sou um bocadinho pretensioso e sabem que eu não sou de criticar no burgo, e para que não fiquem nenhuma reservas, eu tenho a máxima consideração, quer pessoal quer técnica, pelo técnico que está aqui a ser apreciado, e desde já proponho que no final do trabalho, não só a ele como também à equipe, lhe seja atribuído um louvor pelos que aqui estamos. O mesmo digo relativamente à empresa H2Org. Não tenho nada contra a empresa mas estou relativamente informado que de facto fazem um trabalho interessante e imprescindível

Não tenha nada contra. Eu sou é contra a maneira como as coisas se fazem. Quando eu peço informação para saber, porque eu não vou por aquilo que me dizem, quero pensar por mim, e só se criam os atritos quando não me respondem aquilo que devem, eu quero ser informado porque é um direito que eu tenho.

Para que fique clarinho como a água, eu não tenho nada contra o Sr. Paulo Marques, antes pelo contrário. Não vou votar favoravelmente pelos motivos que os Senhores sabem mas o meu voto seria favorável e com aclamação. Não voto porque sabem que me abstenho em todas as votações.

Para que fique claro, e se não fosse a questão do “alguns”, e para que não se pensasse que o “alguns” era também o António Lopes.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto posso dizer que sinto alguma estranheza. Não vou fazer considerações sobre a pessoa mas parece-me que o aumento é demasiado.

Não posso deixar de fazer notar que esta preocupação foi feita também por alguns funcionários da Câmara que acham que se passou um bocado o limite. Muitos acham que estão a ser desconsiderados e muitos dos que me contactaram acham que não estão a ser reconhecidos no seu trabalho. Como algumas pessoas disseram, estamos a considerar pessoas que independentemente da qualidade que tenham, ou não, estamos a considerá-los em categorias diferentes. Se estivéssemos a falar de empresas privadas era diferente porque a empresa privada paga o que quiser mas quando estamos a falar de algo público as coisas não são vistas dessa maneira.

Esta situação suscita alguma dúvida porque se trata de pessoas que não são licenciadas e que conseguem aceder a carreiras remuneratórias de Técnicos Superiores.

Gostaríamos de ver satisfeita essa dúvida para saber como é que funciona.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava que esta Assembleia Municipal evoluísse um bocado e evoluísse no conjunto de afirmações que alguns de nós fazemos.

Há aqui episódios de negação constante, de dúvida metódica e de dúvida sistemática que deviam ser ultrapassados.

Por outro lado, noto que há pessoas, especialmente num determinado Grupo Parlamentar que têm uma determinada visão de abstenção. Ou seja, nem são carne nem são peixe. Provavelmente nem sabem o que é que andam aqui a fazer.

Acho que a abstenção não é nada. Ou se vota a favor ou se vota contra. A posição mais cómoda é abster-se. Foi na Câmara Municipal, é aqui na Assembleia Municipal. Provavelmente não estão com nada, nem com ninguém.

Não gostei das palavras do Dr. Vilafanha: Falar do miserabilismo da País, do País dos pobres, do salário mínimo, dizer que o privado é que é bom, eu não alinho nisso. Foi o que veio aqui fazer. Peço-lhe desculpa por ser tão direto consigo.

Na questão a legalidade tenho que lhe dizer que já houve aqui quem falou, anteriormente à sua intervenção, sobre a legalidade.

Tenho a certeza absoluta, e dou total confiança a esta Câmara, que é legal o que se está a fazer.

Colocar em dúvida questões de legalidade, questões de forma e questões de conteúdo, eu não posso aceitar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Era importante dizer isto: Toda a gente conhece o Paulo Marques e com certeza que toda a gente conhece as suas simpatias partidárias.

Dr. Nuno Vilafanha o que está a acontecer aqui na Câmara Municipal mostra claramente o que não acontecia no passado com o seu partido. No passado, com o seu partido, aqui as pessoas evoluíam porque pertenciam ao partido do Presidente. Na área das águas só havia uma pessoa que percebia, é uma coisa inacreditável.

Não me importa nada o que os outros funcionários pensam em relação a isso porque eu gostava que o Governo lhes desse também possibilidades, porque têm estado congeladas as carreiras na Função Pública e não é por culpa do Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital. Foi o seu Governo que congelou as carreiras. Esses funcionários não sobem porque têm as carreiras congeladas porque, por mim, eu até lhes pago mais desde que o Governo o permita.

O Sr. Dr. Vilafanha sabe quem é que criou as Equipes Multidisciplinares? Foi o seu Governo.

O Senhor sabe qual é o vencimento que está estipulado? É mais do que este. É equiparado a Chefe de Divisão, é muito mais dinheiro. Por isso, estamos a ser razoáveis.

As Câmaras Municipais pediram pareceres para não pagar como Chefes de Divisão.

Na Câmara de Oliveira do Hospital a única Equipa Multidisciplinar que existe é esta das águas.

As pessoas não têm noção das exigências da ERSAR e o Paulo Marques foi escolhido porque era a única pessoa que percebia daquilo.

Não venha com as habilitações literárias porque podemos perguntar se queremos competência e bom desempenho ou se basta ter uma licenciatura para sermos bons funcionários? Eu conheço muita gente com licenciatura e que não é bom funcionário.

Acho que o vencimento tem que ser proporcional com as responsabilidades. Ele hoje tem mais de vinte pessoas ao seu dispor. Uma

pessoa que trabalha dezasseis horas e vinte horas, porque tem o sentido da responsabilidade, acho que este vencimento é justo.

Os Portugueses deviam ganhar mais do que aquilo que ganham.

Também quero dizer que alguns a coberto do anonimato fazem ataques cobardes, e não deixam de ser uns cobardes até em relação à Equipa Multidisciplinar das águas e saneamento.

Alguns, não é para o Deputado António Lopes.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto V - Apreciação e votação da proposta de alteração ao Modelo de Organização Interna / Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais e disposições relativas a cargos de Direção Intermédia de 3º Grau, que foi aprovado por maioria, com três abstenções.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Pedi a palavra apenas para dizer uma coisa muito simples que não podia ficar sem ser dita:

Uns dizem que é inadmissível observar pessoas sem curso superior a receberem o mesmo que um licenciado.

Sabem o que é que é inadmissível?

É haver técnicos que fazem mais que alguns licenciados e que executam as funções de técnicos superiores com excelência e dedicação.

No público, ou no privado, saber dar valor ao fator trabalho é sinónimo de valorizar a competência e a dignidade humana.”

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Nesta questão das Festas eu tenho alguma dificuldade, não é que eu seja contra as Festas, também sei que as Festas representam a tradição, que eu acho que é de preservar, o que eu digo é que tem de haver alguma coerência nestas coisas.

Nós vamos aprovar hoje dezoito mil e quinhentos euros para as quatro Festas e, há dias, o Sr. Presidente da Câmara, e bem, quero dar-lhe os parabéns por isso, aprovou ajudar a comprar os livros. No meu tempo tive alguma dificuldade, lembro-me de ter estado uma noite inteira a chorar porque a minha mãe não me comprou uma pedra e um lápis. Portanto, sei dar valor a essas coisas.

Como agora dei nesta de andar aqui a verificar, encontrei em dois anos anteriores treze mil e duzentos euros para os livros, agora encontro aqui dezoito mil e quinhentos euros para as Festas.

Não são as Festas que estão a levar muito, são as crianças que estão a levar pouco.

Queria pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que me dissesse qual é o artigo em que é que se baseia para dizer que eu não posso apresentar propostas em todos os Pontos?

Daqui a pouco eu vou apresentar no Ponto uma proposta contra o IMI e contra o IRS.

Eu apresentei uma proposta no Ponto I que é o Ponto da atividade financeira e era uma decisão que ia jogar com a gestão financeira da Câmara e o senhor diz-me que é no Ponto II.

Sr. Doutor, vou-lhe dizer que se eu tivesse recebido o parecer da CADA que o senhor recebeu eu tirava as devidas ilações”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho ouvido críticas sobre os eventos que se realizam no Concelho de Oliveira do Hospital.

Que eu saiba, todos os eventos contribuem para promover o nome das nossas localidades, a nossa identidade, os nossos produtos endógenos, atrair visitantes e gerar receitas para os nossos produtores. Ou seja, estamos a produzir economia e a gerar mais-valias para todos.

O Concelho de Oliveira do Hospital, no seu todo, fica mais conhecido e valorizado.

Na minha Freguesia, Aldeia das Dez, há catorze anos que realizamos a Festa da Castanha. Um evento único na região que faz parte do calendário da Rede das Aldeias de Xisto.

Da parte da Junta de Freguesia estamos disponíveis para valorizar este evento.

Queremos contar com o apoio do Município da Rede das Aldeias de Xisto e de todas as pessoas que nos possam visitar nesta data, pois sem estes apoios não será possível dar continuidade a este evento o que seria um dano irreparável para todos que ao longo destes anos deram o seu melhor em prol do Município e da Freguesia de Aldeia das Dez.

Termino enviando a todos o convite para estarem presentes no dia vinte e quatro de outubro em Aldeia das Dez, a partir das vinte e uma horas, e dia vinte e cinco de outubro em Vale de Maceira a partir das nove horas. Aqui vocês poderão avaliar se o subsídio é justo ou não é justo.

Injusto será alguém pôr em causa aquilo que nos é facultado para podermos valorizar aquilo que é de valorizar no nosso Concelho.

Este evento dá muito trabalho, não fui eu que o criei mas homenageio quem o fez.

Neste momento a Junta de Aldeia das Dez é uma Junta tecnicamente falida. O dinheiro que vem do FEF é inferior às despesas correntes e se não fosse o Executivo que temos neste momento que dum forma honesta faz a divisão no início de cada ano, e todos nós sabemos o que podemos gastar em despesas correntes e em despesas de investimento, não sei como é que a nossa Junta poderia sobreviver.

A nossa Junta não tem receitas e a nossa sobrevivência passa pelo apoio que o Executivo de uma forma honesta distribui por todas as Juntas de Freguesia. Julgo eu que esta não era uma prática corrente em anos anteriores. Se assim não fosse já teria entregado ao Município as chaves da Junta.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez., que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Avô.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar um louvor ao Sr. Presidente da Câmara: Ele diz que há uns indivíduos que andam aqui a arranjar motivos para irem para os *on line*.

Quero dizer-lhe que desta vez o Senhor tem razão. Pode ter a certeza que quando eu chegar a casa vou escrever no *on line* sobre a não aceitação da proposta para o desconto da água que eu propus no Ponto que eu entendo que era o Ponto correto para ser entregue.

Os Senhores, aqui, fazem o que querem mas, lá fora, eu faço o que me apetece.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Avô, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Meruge.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não sabia que um evento com a dimensão como a Feira do Porco e do Enchido que era uma Festa!

Festa, na minha terra, costumava-se fazer normalmente no primeiro fim de semana de setembro, este ano nem houve, as festas têm tendência a acabar.

Acho que a Feira do Porco e do Enchido é um grande evento. Só quem lá vai é que sabe que a Feira do Porco e do Enchido é um evento com uma dimensão que só honra a Freguesia e o Concelho.

Na realização deste evento além do apoio da Câmara também tínhamos o apoio da ADIBER, e de outras fontes de financiamento, mas nos últimos anos já não tivemos estes apoios o que torna a realização da feira bastante complicada. A Câmara também reduziu o financiamento em dois mil euros, como é do conhecimento de todos, e é evidente que não se pode reduzir muito mais porque se põe em causa a realização do evento.

Quero dizer que este é um dinheiro bem empregue e só quem lá vai e vê é que tem essa perceção.

A seguir á Feira do Queijo, e sem querer menosprezar os outros eventos, a Feira do Porco e do Enchido é um evento muito importante no Concelho. Este é um investimento com retorno porque mexe com a economia do Concelho e valoriza o trabalho das pessoas.

Acho que a Câmara deve continuar a empenhar-se em apoiar estes eventos.

Tenho que agradecer à Câmara Municipal todo o empenho que tem dispensado para a realização deste evento. Em anos anteriores já fiz o desafio para que a Câmara Municipal divulgasse este evento até porque tem outros meios de divulgação que a Junta de freguesia não tem.

Faço o seguinte apelo: Vamos na décima terceira feira, para quando a ida da televisão para podermos mostrar ao país e ao mundo que no interior também se fazem coisas com alguma qualidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Já tinha pedido a palavra em Pontos anteriores e nesta intervenção, não me vou referir especificamente a este subsídio para a Junta de Freguesia de Meruge e, vou referir-me á atribuição dos subsídios a todas as Juntas de Freguesia.

Sei que custa a algumas pessoas o sucesso destes eventos nomeadamente àquelas que fazem a crítica pela crítica e que vêm para a Comunicação Social dizerem que a Câmara faz festas, que as Juntas fazem festas. Essas pessoas devem ter andado distraídas ao longo destes anos porque só agora, e por força da lei, é que os subsídios às Juntas de Freguesia passaram a vir aqui á Assembleia Municipal.

Sempre foram atribuídos subsídios por este Executivo e pelos Executivos anteriores, particularmente do PSD em que eram atribuídos subsídios de uma forma discriminatória, e agora os subsídios são atribuídos de forma diferente a partir do momento que este Executivo entrou em funções.

Quem não quiser reconhecer ou tiver a tendência para fazer alguma crítica, seja lá onde for, acerca desta matéria, digo-lhes para terem a coragem, no momento certo em que tiverem que ir pedir votos a estas Juntas de Freguesia, de assumir que criticaram a atribuição destes subsídios seja lá para que evento for. É bom que as pessoas assumam aquilo que dizem e que assumam os comentários que por vezes aí andam fora.

Sr. Presidente da Câmara, estou de acordo com estes subsídios e vou votar, obviamente, favoravelmente a atribuição destes subsídios todos, até porque eu também já recebi um para a festa da minha Freguesia que foi um grande evento que já faço á vários anos e que tem bastante aderência de pessoas. Isto é dinheiro bem entregue e bem aplicado.

Quem tiver críticas a apontar nesta matéria que também tenha a coragem de no local certo e na frente das pessoas de o assumir. Não andem cobardemente a atacar nos *on line* este género de coisas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero deixar uma palavra aos Srs. Presidentes de Junta: Os Senhores não se preocupem porque nas últimas eleições aquilo com que a oposição mais nos atacou foi com as festas e nós percebemos qual foi o resultado. Alguns até fugiram antes das eleições para não estar associados à sua derrota. Por isso deixem-se estar à vontade e não tenham problemas em relação a isso.

Mas é preciso falarmos aqui uma coisa importante: Algumas pessoas do PSD deveriam era perguntar o seguinte: Estão preocupados com algumas verbas pequenas que damos para a promoção das vossas Freguesias mas não estão preocupados com as refeições escolares que estavam isentas de IVA e agora vão pagar vinte e três por cento de IVA. Contra isto não há problemas? São cerca de mais sessenta mil euros por ano que vamos ter que pagar.

Mas há mais:

Os transportes escolares que importam em cerca de quinhentos mil euros por ano também vão passar a pagar vinte e três por cento de IVA.

Este valor que vamos ter que pagar a mais com o IVA dava para fazer todas as festas no Concelho de Oliveira do Hospital e ainda sobrava dinheiro. Contra isso ninguém se insurgiu!

Estávamos isentos do IVA e vão tirar dinheiro à Câmara Municipal com a aplicação do IVA nas refeições escolares e nos transportes escolares e é uma verba bastante significativa.

A Câmara Municipal dá refeições para setecentos e quatro alunos em colaboração com as IPSS e algumas Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal tem continuado a investir na educação, na compra dos manuais escolares, nas bolsas de estudo, nos prémios de reconhecimento de mérito, no apoio às escolas. Por isso, meus caros amigos, deixem-nos falar porque eles não sabem o que dizem.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Meruge, que foi aprovado por maioria, com um voto contra.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Às vezes esforço-me por controlar o mau feitio mas estão sempre a mexer com ele.

Voto contra porque, aliás já devia ter votado nos outros, é o mesmo motivo que disse no ano passado, isto implica responsabilidades financeiras, continuo a considerar que esta Assembleia é ilegal, e, como tal, não quero ser responsabilizado por isso.

Por outro lado, vou acompanhado a vida do Concelho, como os Senhores sabem, sei que estiveram dois artistas de renome no Seixo da Beira e tive a informação que receberam dois mil e quinhentos euros.

Nos documentos que ando a pesquisar encontro o Quim Barreiros com um *cachet* de dez mil euros.

Como no Seixo ganhou mil e quinhentos... mais não digo.”

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Seixo da Beira.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Seixo da Beira, Sr. Carlos Alberto Batista Costa Borges, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui defender o meu subsídio mas também responder ao Sr. António Lopes: O Quim Barreiros foi mil e quinhentos euros, como pode ver nas contas da Junta que são transparentes, e a Adelaide Ferreira foram mil setecentos e cinquenta euros. Tudo com recibo. Tudo certo. Tudo transparente como a água.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara o subsídio mas também agradecer o trabalho que a Câmara executou na montagem das barracas, na

montagem de toda a parte elétrica e no apoio que deu em grande parte da logística para a realização da Feira do Pão, Bolos e Bôlas.

A Feira do Pão, Bolos e Bôlas foi um grande sucesso como o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores tiveram a oportunidade de assistir.

A Feira do Pão, Bolos e Bôlas está a ser uma realidade e está a ser uma enorme feira.

Fizemos também o lançamento do primeiro livro sobre a Freguesia do Seixo da Beira que teve o apoio da Câmara Municipal.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge solicitou a vinda da televisão como forma de divulgar a Feira do Porco e do Enchido.

Acho que a sua reivindicação é legítima e por isso estamos muito empenhados para que a próxima feira tenha um programa em direto. Estamos a trabalhar esse assunto e tem havido contactos.

Se estes programas de televisão continuarem é nosso objetivo deslocalizá-los para as diversas Freguesias: Já tivemos a televisão em Alvôco das Várzeas, agora, se calhar, Meruge, depois noutro ano na Festa das Sopas, e noutro ano na Feira do Pão, Bolos e Bôlas. Desta forma tentaremos promover o nosso território.

Também quero dizer que não tenho nada a ver com os mil e quinhentos euros que o Quim Barreiros cobrou para atuar no Seixo mas até fico bastante contente. Eu, é que não o consigo contratar para atuar na EXPOH por esse preço.

Brevemente virá o José Cid fazer um espetáculo a favor dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, de forma gratuita.

O Quim Barreiros também veio fazer um espetáculo gratuito aos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira.

Eu não tenho nada contra estes espetáculos. Acho é que houve bons negócios. Se houve bons negócios com certeza que se devem á relação de proximidade do Presidente da Câmara com algumas pessoas.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, para incomodar mais alguns, eu espero que tenhamos um programa televisivo de seis horas para promover Meruge e a sua feira porque ela bem merece mas como sabe essa decisão já não está na minha mão. Os técnicos da Televisão já cá vieram ver as condições e neste momento aguardamos uma resposta.

Ficaria muito contente se a televisão viesse promover a Feira do Porco e do Enchido e o meu objetivo era levar a televisão a outras Freguesias onde há eventos que marcam e diferenciam o nosso território.

Tenho o sonho de ter um programa televisivo na Bobadela devido ao seu património para podermos promover a Bobadela e também em Lourosa para promovermos a Feira Moçárabe.

Como sabem as televisões não vão onde nós queremos mas estas iniciativas fazem parte da nossa estratégia de promoção do território. E não tenho dúvidas que esta estratégia tem sido muito bem conseguida e mesmo aqueles que a tentam derrotar não conseguem porque as pessoas gostam dela.”

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Seixo da Beira, que foi aprovado por maioria, com um voto contra.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Esta declaração de voto é nos termos da anterior.

Continuo a dizer, as pessoas provocam!

Na Covilhã há lá um Presidente da Câmara que no verão faz lá umas festas, contrata os artistas, e depois vão lá no Natal de borla ao Natal dos velhotes.”

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Licínio Manuel Silveira das Neves, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por agradecer todo o apoio que a Câmara Municipal deu para a realização deste evento. Mas quero dizer que estou triste porque é um evento a que me tenho dedicado tanto, e que quero elevá-lo tanto, e hoje, aqui, perante os outros subsídios acho que o evento foi diminuído.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui para dizer que este tipo de eventos deve merecer a atenção da Câmara Municipal e quero dizer porquê: Tal como a EXPOH e a Feira do Queijo, e vou contar-vos um episódio que se passou há bem pouco tempo e a minha Presidente da Junta de Freguesia também assistiu: Estávamos em Mirandela num passeio organizado pela Junta de Freguesia e fomos transportados nos autocarros da Câmara Municipal.

Sáímos do Hotel, onde estávamos alojados, e ali perto estão os autocarros parados. Começámos a ver pessoas a olharem para os autocarros e a dizerem: Isto é de Oliveira do Hospital.

Devido a toda a simbologia que está no autocarro começaram a perguntar o que é que queria dizer porque ouviam falar muito em Oliveira do Hospital. Falaram na Feira do Queijo. Tudo isto se passou em Mirandela.

Tenho a certeza que isto se passa por todo o lado onde vão os autocarros da Câmara Municipal.

Por tudo isto quero dizer que a Câmara deve apoiar estes eventos que são importantes porque são tradições de cada uma das Freguesias.

Espero também que a Câmara auxilie a realização da Festa das Vindimas em Lagares da Beira e que a televisão também venha transmitir porque Lagares da Beira também merece.

Escolhi este Ponto para fazer a minha intervenção e para dizer que os eventos levam o nome de Oliveira do Hospital muito longe e por isso é muito importante continuar a haver este tipo de apoio pela Câmara Municipal.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Depois de já aprovados alguns subsídios para as Juntas de Freguesia houve tanto um ruído como um silêncio que me chamaram à atenção.

Quanto ao ruído de algumas intervenções tingidas pela maledicência, pelo caos, pelo desconstrutivismo, que é apanágio de alguns elementos desta Assembleia, quero dizer o seguinte relativamente ao silêncio: Sabendo nós que estes subsídios se destinam em boa parte, ou na totalidade, à realização de festas, perturba-me a ausência de intervenções contra estes subsídios.

Terá porventura mudado a crítica de haver festas a mais?

Se não mudou e se vamos continuar a ler nos jornais que há festas a mais, então eu desafio essas pessoas, à luz da coerência, a virem a este púlpito dizer que são contra a atribuição destes subsídios, que são contra a Festa da Castanha, a Feira do Porco e do Enchido, a Feira Moçárabe, o festival das Sopas, a Feira do Pão, Bolos e Bôlas, que venham aqui dizer publicamente ao Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e aos comerciantes que são contra a Festa na Zona Histórica.

Também sabemos que é mais fácil relativizar e vir aqui dizer que o problema não é esse, o problema é gastar mais nas Juntas do que noutras coisas.

Evidentemente, todos nós sabemos que o bom é inimigo do ótimo. A política é feita de opções.

Este Executivo opta por investir na promoção do Concelho e no apoio direto e sem rodeios às Juntas de Freguesia.

O meu desafio é simples: Manifeste-se aqui, em local próprio, olhos nos olhos, aos Presidentes de Junta, contra os subsídios que estamos aqui a aprovar e que permitem a realização destes eventos.

Ou será que a crítica e o louvor dependem do interesse e da circunstância?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira que o subsídio do Festival das Sopas é igual ao do ano passado. A atribuição dos subsídios deve ser feita com base na proporcionalidade do impacto que têm e é isso que se tem feito.

Alguns fazem comunicados a dizer que as Juntas, agora, têm mais dez mil euros e por isso já podem fazer mais obras.

O que quero reafirmar aqui é que vai acabar esta subsidiação. No próximo orçamento vai haver dez mil euros para cada Junta de Freguesia. A Câmara Municipal deixará de fazer esta subsidiação.

As Juntas de Freguesia vão ter autonomia e poderão fazer opções. Por exemplo se o Lícínio quiser fazer o Festival das Sopas com os dez mil euros pode fazer e pode contratar quem quiser mas não haverá subsídios avulsos. A Câmara Municipal não cederá nem transportes para passeios.

Todas as Juntas vão ficar em igualdade de circunstâncias. Terão dez mil euros para gerir como bem entenderem mas não haverá mais subsídios.

Serão cento e sessenta mil euros para distribuir por todas as Juntas de Freguesia.

Esta é a maior descentralização efetuada e vão deixar de andar com o chapéu na mão a pedir ao Presidente como andavam outros no passado. Volto a afirmar, no passado havia Presidentes de primeira, de segunda e de terceira.

Na reunião com a Comissão de atribuição de verbas para as freguesias espero arranjar alguns reajustamentos devido à extinção de algumas Freguesias.

Para o próximo ano os Srs. Presidentes de Junta com os seus Executivos é que decidirão o que é que vão fazer com os dez mil euros.

Nunca nenhum Presidente de Câmara Municipal foi tão longe, no passado nada disto existia e acho que foi uma grande lufada de ar democrático no nosso Concelho mesmo que alguns digam que há ditadura. Hoje são todos mais livres para gerir as suas Freguesias e dependem muito menos da vontade do Presidente da Câmara e, como todos sabem, também não recebo os Presidentes de Junta nas escadas e recebo-os a qualquer hora porque têm o meu gabinete aberto.

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Junta da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, que foi aprovado por maioria, com um voto contra.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Voto contra pelos motivos que já são conhecidos. Considero que posso vir a ser responsabilizado pela votação favorável.

Estou solidário com o Sr. Lícínio. Acho que com mil e quinhentos euros de subsídio, comparativamente com as outras Freguesias, ele está prejudicado.

Mas agora ainda fiquei mais preocupado e tenho que ficar solidário com todos. Por exemplo, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge se vai receber dez mil euros, e perde os nove mil euros de subsídio para a Festa, isto acaba por não dar nada. Por isso fiquei preocupado.”

De seguida entrou-se no Ponto XI - Aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de

alteração ao artigo 23º do Regulamento do Mercado Municipal de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O que aqui é proposto é uma alteração no artigo 23º do Regulamento do Mercado Municipal de Oliveira do Hospital que está relacionado com o horário de funcionamento das lojas exteriores do mercado.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XI - Aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao artigo 23º do Regulamento do Mercado Municipal de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto XII - Aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do projeto de Regulamento do Programa “Casa Digna” - Programa Municipal de Apoio à Recuperação ou Criação de Habitabilidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Programa “Casa Digna”, como sabem, foi contemplado no orçamento de dois mil e quinze.

Neste momento os nossos Serviços Sociais já sinalizaram cerca de vinte casas.

Este projeto permite recuperar e dar mais dignidade às habitações que dela necessitem.

Os projetos para recuperação destas vinte casas já estão devidamente orçamentados e só estávamos à espera de aprovar este Regulamento para começarmos com os trabalhos.

No passado estes apoios eram feitos tendo em conta o critério do Presidente da Câmara ou da sua Equipa e hoje este Regulamento vem impor regras para podermos atender a situações de carência.

Como já disse os projetos estão prontos para podermos começar os trabalhos e colocar vinte famílias a viverem em condições de maior dignidade.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Para variar desta vez estou de acordo. De vez em quando também tem que se dar um bocadinho para rebuçar um bocado a imagem.

O problema que a mim se me põe é: Se isto só se aplica a pessoas que têm um património de vinte e cinco mil cento e trinta e dois euros;

Se o agregado familiar só pode ter menos de cinquenta por cento do salário mínimo *per capita*.

Diz que já há vinte pessoas. Eu pensava que não havia vinte pessoas mas isto está mais complicado do que eu pensava, porque um património, ou uma casa, com um valor de vinte e cinco mil euros não é uma casa é um barraco e não há de ser grande coisa. Porque o terreno e o barraco por vinte cinco mil euros, tem que ser um terreno muito pequeno. Mas infelizmente há situações destas e naturalmente estarei de acordo.

Aproveitava para responder ao desafio do Dr. André quando disse para as pessoas virem aqui dizer olhos nos olhos se estão de acordo com os subsídios.

Eu já tinha respondido. Eu se tivesse dinheiro até dava dez vezes mais para as festas. Agora, definitivamente, entre o que se gasta em festas neste Concelho e o apoio, que eu gostava que me fosse respondido, para vir gastar nisso eu pensava duas vezes e a festa caía. Não é estar contra ou a favor. É fazer opções e saber se de facto vamos ajudar as famílias carenciadas ou se vamos meia dúzia fazer uma festinha com mais uns convidados que vêm de fora, porque estamos numa altura eleitoral. Sabe, nós não somos todos burros!

O Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves ensinou-me em tempos que Deus manda-nos ser justos mas não nos manda ser ingénuos. Eu também estou de acordo. Mas os Senhores também não podem ter a pretensão de que a rapaziada anda por aí toda descuidada.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente disse, e bem, que este Regulamento é feito para evitar que exista algum poder discricionário por parte do Executivo. É um bom caminho. Sendo que, ainda fica muito poder discricionário no Regulamento. Não é um poder discricionário muito grande, muitas vezes para atender, se calhar, a situações de maior emergência, situações com alguma especificidade,

mas era bom que no futuro caminhássemos para um caminho de menos discricionariedade.

Depois dizer que não percebo porque é que as Juntas não estão envolvidas no Regulamento. Envolvidas num pequeno apontamento mas não de carácter decisório.

Acho que as Juntas têm uma situação de proximidade em relação a este tipo de situações e que deviam ser elas, se calhar o artigo 2º seria mais justo se atribuísse a competência de decisão não à Câmara mas à própria Junta de Freguesia. É uma sugestão que deixo.

No fundo e na essência este Regulamento vai no bom caminho e por isso merece o voto a favor.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Peço ao Sr. Presidente da Câmara que me informasse do seguinte: Na alínea d) do Regulamento diz que tem de haver menos de cinquenta por cento do rendimento mínimo.

Tenho uma situação na minha aldeia onde há problemas graves para resolver. Era necessário apreciar caso a caso e verificar esse artigo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu até acredito que o Sr. Deputado António Lopes não tenha feito isto por mal, dá a impressão que não estudou o Regulamento, e depois dizem-se coisas que não são verdade.

O artigo 3º, alínea f), diz o seguinte: “*Não possuir valor de património mobiliário...*”. Não é a casa. Não tem nada a ver com isso!

Depois está referido o que se entende por património mobiliário: Depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros, superiores a vinte e cinco mil, cento e cinquenta e três euros e vinte cêntimos.

O valor de vinte e cinco mil cento e cinquenta e três euros e vinte cêntimos não tem a ver com o valor da casa. Não é nenhum barracão nem o valor do terreno!

Está cá claramente o que é o património mobiliário e o seu valor.

O que nós entendemos é que uma pessoa que tem trinta mil euros num banco ou em ações não precisa de estar a recorrer a este fundo para compor a sua casa.

Também não é verdade que este rendimento *per capita* seja só cinquenta por cento do salário mínimo porque na alínea g) é referido o critério. Depois aparecem algumas exceções e é referido o seguinte: “*Em casos excepcionais, pode a Câmara Municipal,...*”, não é o Presidente da Câmara, é o Executivo, “... *mediante análise devidamente fundamentada e comprovada, apoiar agregados familiares cujo rendimento ultrapasse os limites definidos, ou se a cargo dos agregados se encontrarem indivíduos portadores de deficiência e/ou dependência e/ou condição clínica que implique para os mesmos um acentuado esforço financeiro*”.

Isto quer dizer que uma família com rendimento *per capita* superior a cinquenta por cento do salário mínimo mas que tem à sua guarda uma pessoa com uma doença oncológica que gasta muito dinheiro, devemos, ou não, apoiar aquela obra? Logicamente que deveremos apoiar.

Não podemos fazer Regulamentos para ficarmos escravos deles e por isso é preciso alguma amplitude para resolver casos excepcionais que são devidamente fundamentados.

Relativamente às Juntas de Freguesia: As Juntas de Freguesia são sempre ouvidas. Os processos não são instruídos por mim, são instruídos pelos Técnicos do Gabinete de Ação Social e os Presidentes de Junta são ouvidos.

Estas vinte intervenções que temos para fazer não são grandes intervenções. São projetos que custarão na ordem dos cem mil euros.

Este Programa “Casa Digna”, lançado por este Executivo, é importante para resolver algumas situações a famílias com poucos recursos.

Acho que é um bom programa que irá melhorar as condições de vida e dar mais dignidade aqueles que mais precisam.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XII - Aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do projeto de Regulamento do Programa “Casa Digna” - Programa Municipal de Apoio à Recuperação ou Criação de Habitabilidade, que foi aprovado por maioria, com um voto contra.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Os motivos já sabem quais são. Voto contra porque não quero ser responsabilizado por eventuais custos.

Dou a mão à palmatória. Não me custa nada reconhecer quando falho. De facto confundi mobiliário com imobiliário. Eu tenho obrigação de saber isso porque sei o que o imobiliário me tem custado.

Nesse caso subscrevo o que disse o Sr. Dr. Luís Lagos porque se têm no banco vinte e cinco mil euros e tem uma casa que está em mau estado e é um palacete. De facto isto merece muita discussão.”

De seguida entrou-se no Ponto XIII - Aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“No anterior Regulamento há algumas lacunas e tivemos de fazer algumas modificações para agilizar o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais.

Pela primeira vez temos um Regulamento que nos ajuda a proporcionar condições para os empresários criarem postos de trabalho porque isso é que é fundamental.

Muitos também acham que se estivermos a investir em alguns empresários é dinheiro mal gasto mas eu acho que é dinheiro bem gasto e até digo mais: Acho que devemos fazer um grande esforço para aplicar este Regulamento. Este Regulamento está limitado. As ajudas são de trinta mil euros ou de cinquenta por cento do investimento.

Devemos perceber que hoje é fundamental a criação de postos de trabalho porque é assim que fixamos os nossos jovens e damos emprego às nossas gentes.

Podemos fazer menos calçadas, podemos alcatroar menos caminhos mas temos que apoiar as empresas para que os nossos jovens tenham trabalho e para que Oliveira do Hospital tenha outra dinâmica porque isso é mais importante.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente a proposta de alteração ao Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais.

Nos outros Concelhos há já vinte e cinco anos que são criadas infraestruturas para as empresas. Aqui no nosso Concelho acho que vai ser agora a primeira vez que vão dar esses apoios com a aplicação deste Regulamento.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“É a tal questão...Perguntamos e depois não nos respondem: Quanto é que vai custar o apoio à “Casa Digna”? Fiquei na mesma. Não sei se vão gastar dez mil, se vão gastar quinze. Assim é difícil!

O mesmo pergunto para as empresas?

O que eu vou sabendo é que algumas recebem uns prémios, passados uns tempos ainda lá estão as tabuletas mas já estão fechadas à não sei quanto tempo. Isto é tudo muito bonito. Mas eu quero mais qualquer coisa.

Eu já disse como é que estas coisas se podem resolver.

Eu sou um defensor da BLC3 e acredito que o futuro deste Concelho passa por ali mas com aquilo que vou sabendo tenho ficado muito triste e muito preocupado.

Quando eu peço para ser informado porque tenho alguma experiência empresarial, há por aí quem diga que eu estou falido, mas eu cá vou andando, um dia destes depois a gente conversa, o que eu sei e aquilo que vejo é que isto não vai a lado nenhum porque o problema tem que ser resolvido de outra maneira. Um empresário com cinco ou dez mil euros faz o quê? Nem chega a fazer a legalização.

Eu penso que o problema é de outro tipo. Não estou contra os apoios, como é evidente.

Peço os documentos não mos entregam eu não percebo porquê! Mas agora até começo a perceber! Assim vai ser muito difícil, mas deixem-se andar porque havemos de chegar a algum sítio.

Eu sou um revolucionário, não sou um revoltado. Eu tenho um objetivo tenho um caminho e estou convencido de que vou lá chegar.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XIII - Aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais, que foi aprovado por maioria, com um voto contra.

De seguida entrou-se no Ponto XIV - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Chamei os representantes das forças políticas para os ouvir, e consensualizaram-se posições na atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal. Na altura o Dr. Nuno Vilafanha não pode estar presente.

Estas são as medalhas a atribuir que foram decididas em consenso pelas diferentes forças políticas e que foram votadas por Unanimidade pelo Executivo Municipal:

Medalha de Ouro Municipal - Santa Casa da Misericórdia de Galizes;

Medalhas de Mérito Municipal:

- Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central de Oliveira do Hospital;

- Exmo. Sr. Prof. Francisco Borges Garcia;

- Exmo. Sr. Higinio da Costa Borges;

- Exmo. Sr. Manuel Oliveira Cruz;

- Exmo. Sr. Dr. Vicente da Costa Pinto.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Queria só dizer que uma vez houve uma discussão muito grande entre o Sr. Prf. Mário Alves e o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino quanto a isto.

Quando eu aí estive fui dos que propus essa ideia de consultar as forças políticas no sentido de se cumprir a lei, que é o Regulamento, que diz que as medalhas são uma proposta conjunta da Câmara e da Assembleia. Acho que quem fez a lei a fez muito bem.

Entendo que estas medalhas devem ser dadas por unanimidade. Sempre disse isto.

Se de facto queremos distinguir uma pessoa acho que os responsáveis políticos devem manifestar essa concordância.

As medalhas também devem ser dadas a quem de facto faz alguma coisa de excecional. A este respeito quero dizer aqui ao Sr. Presidente da Câmara que

decidiu atribuir o nome da minha mãe a uma praceta, não esteja à espera que lhe agradeça, porque não lhe agradeço, porque a minha mãe com o muito que sofreu criou oito filhos mas não me lembra que ela tenha feito nada de excepcional. A minha mãe foi uma mãe como a de vocês todos que fez o melhor que podia e sabia e isso é o normal.

A atribuição de medalhas são para atos efetivamente excepcionais e por isso é que eu acho que deve ser de reconhecimento unânime.

Nunca me manifestei contra nenhuma das escolhas e também não vai ser hoje que o vou fazer.

Quero realçar, sem prejuízo para nenhum dos demais, que não conheço tão bem e por isso não tenho autoridade moral para me pronunciar, a Santa Casa da Misericórdia de Galizes, porque acho que esta medalha só perde por vir tarde, e há outra pessoa que está aqui à minha frente, o Sr. Prof. Francisco Garcia.

Tenho muita pena, Sr. Prof. Francisco Garcia, de não poder votar favoravelmente. E tenho muita pena do Senhor receber a medalha sob a nódoa que paira sobre esta Assembleia.

Eu, por uma questão de coerência, porque as pessoas correm o risco de depois terem de devolver a medalha, e eu acho que o Senhor não merecia isso. O Senhor sabe que eu já proponho o seu nome há muitos anos.

O Senhor continua a ser um exemplo do que deve ser um político. Infelizmente como o Senhor, aqui dentro e lá fora, este Concelho tem muito pouco.

Fico particularmente satisfeito de que lhe seja atribuído este galardão porque de facto o Senhor já o merecia há muito mais tempo e tenho mesmo muita pena por haver esta pequena mancha que o Senhor não merecia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero enaltecer as pessoas que foram propostas para serem homenageadas. É justíssimo. Nalguns casos peca por tardia.

Vou votar favoravelmente. Está aqui uma pessoa que este ano vai ser homenageada e que foi uma proposta da Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia de Meruge, do ano passado, que é o Dr. Vicente da Costa Pinto. Pelo seu *curriculum* podem ver que sempre foi uma pessoa muito empenhada e apesar de não residir em Meruge sempre esteve muito ligada a Meruge. Não passa um mês sem que o Dr. Vicente da Costa Pinto venha a Meruge “recarregar

as baterias”. O Dr. Vicente da Costa Pinto nunca se esqueceu de Meruge. Ele foi Diretor Regional da Agricultura da Beira Litoral e mesmo nessa época em que era difícil angariar qualquer tipo de apoios e ele nessa altura conseguiu arranjar um subsídio e foi graças a ele que se conseguiu terminar a obra da Associação dos Amigos de Meruge. Penso que esta homenagem é justíssima porque é um homem digno de a merecer.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Por uma questão meramente formal, em nome do CDS, dizer que é com agrado e com honra que votamos todos estes nomes, quer para a atribuição da Medalha de Ouro quer para a atribuição das Medalhas de Mérito Municipal.

Depois dizer em meu nome pessoal, que é para mim uma honra, um prazer, e até por uma questão de amizade e consideração, ajudar a atribuir esta Medalha, e poder votar favoravelmente, ao Prof. Francisco Garcia.

Tenho pelo Prof. Francisco Garcia uma estima e consideração pessoal e acho que quando se faz um elogio às pessoas não é preciso dizer muito: Ele é um homem bom.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Naturalmente que a atribuição destas medalhas parece-me mais do que justa: Temos a Santa Casa da Misericórdia de Galizes que não deixa dúvidas; A Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central de Oliveira do Hospital que pela sua regularidade ao longo dos tempos em termos de comércio e de tudo o que têm feito e todas as pessoas que estão aqui merecem esta homenagem.

Quero deixar aqui uma palavra muito particular ao Francisco Borges Garcia: Todos sabemos, ao longo destes anos habituámo-nos a ver o Francisco Garcia sempre nas lutas, a andar pelas Freguesias a fazer as listas do Partido Socialista e até ajudava a fazer as listas dos outros Partidos. Isto é uma coisa interessante. Ele contribuiu para a instalação da democracia neste Concelho e por isso acho que lhe devemos estar todos gratos. Ele é um exemplo como político.

Começou a sua carreira profissional como Professor do Ensino Básico longe da sua terra, na longínqua Pampilhosa, e depois ingressou na política. Foi um homem que nunca se aproveitou da política para tirar dividendos pessoais.

Ele devia ser um exemplo para muitas pessoas que hoje andam na política e que não têm esses princípios.

Ao meu particular amigo Francisco Garcia, que me ensinou muito na política e acho que muitos de nós que estamos aqui aprendemos muito com ele. Ele é um homem determinado. Ainda hoje vemos que o Xico não falha. Ele se não puder vir de carro telefona para que alguém o traga. Ele está presente. Esta força e esta vontade de participar na vida pública, ele é o exemplo e acho que deve ser realçado.

Xico, um grande abraço. Eu estou muito orgulhoso por seres de Lagares e por receberes este Título Honorífico.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Não vou poder votar porque o nome do meu pai consta desta votação e por esse motivo vou abster-me nesta votação.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que todos os nomes propostos para receber estes títulos honoríficos têm um grande motivo para aqui estar. Poderá haver pessoas ou instituições que não conhecemos tão bem mas também venho aqui fazer esta intervenção para falar sobre o Prof. Francisco Garcia.

O Prof. Francisco Garcia tem uma postura muito diferente de muitas pessoas que estão aqui dentro. Mesmo os mais novos deviam olhar para a postura que o Prof. Francisco Garcia tem tido. Toda a gente tem os seus defeitos e as suas virtudes.

Quanto à atribuição desta distinção ao Prof. Francisco Garcia também acho que já devia ter sido feita há mais tempo e por isso vou votar favoravelmente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta minha intervenção é para falar sobre o Sr. Manuel Oliveira Cruz que provavelmente será a pessoa menos conhecida.

Há quem tenha a ideia que estes Títulos Honoríficos são para as pessoas que se distinguiram e que têm que ter muitos bens materiais e que não possam

ser atribuídas a uma pessoa que na sua comunidade, e dentro da sua própria pobreza, se tenha distinguido.

O Sr. Manuel Oliveira Cruz é de São Gião, tem oitenta e cinco anos, e toca há setenta anos na Banda Filarmónica de São Gião.

Estes Títulos Honoríficos, estas medalhas, não são para as pessoas do PS, do PSD, do CDS, da CDU, para ricos, ou para pobres. Estas medalhas são para aqueles que se distinguiram na sua ação.

Há outras pessoas no Concelho, de diferentes quadrantes políticos e com um grande trabalho, que numa próxima oportunidade devem ser agraciadas.

Há aqui uma pessoa que fui eu que a propus: Foi o Sr. Higinio da Costa Borges que foi Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira.

O Sr. Higinio foi um dos homens que serviu o seu povo melhor do que ninguém. Durante a sua vida política ele nunca tirou nenhum benefício pessoal, muito pelo contrário. Dava tudo o que podia às pessoas mais necessitadas. Esta homenagem é a título póstumo e já vem demasiado tarde.

Quanto ao Prof. Francisco Garcia quero contar-vos o seguinte: A designação do Prof. Francisco Borges Garcia foi feita à traição. Quando reuni com os representantes das forças políticas eu disse que ainda não tinha falado com ele e houve alguém que me disse: “*Se fores falar com o Francisco Garcia ele não vai aceitar.*”

Resolvi o seguinte: Sem lhe dizer nada, levei a proposta para atribuição dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital à reunião de Câmara, e depois de deliberado pela Câmara Municipal fui-lhe comunicar e disse-lhe que ele já não podia recusar.

Foi esta pequena traição que eu fiz ao Francisco Garcia e por isso quero pedir-lhe desculpa. Mas se não fosse assim eu acredito que ele não teria aceite esta Medalha de Mérito Municipal.

Também quero referir que a Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central de Oliveira do Hospital já fez cinquenta anos.

Também descobri que a Santa Casa da Misericórdia de Galizes que é uma casa com mais de trezentos e quarenta anos nunca tinha sido homenageada.

As instituições e as pessoas que vamos homenagear serviram muito bem e desinteressadamente o Concelho de Oliveira do Hospital.

A propósito da possibilidade de devolução da medalha quero dizer que é uma possibilidade muito remota. Ainda cai primeiro a lua na terra do que a devolução das medalhas por parte de quem as recebe.

O Deputado António Lopes mandou uma carta, no ano passado, ao Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo, para criar um incidente, a alertá-lo que depois teria que devolver a medalha.

O Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo leu a carta do Sr. António Lopes, até me deu uma cópia que eu tenho em meu poder, e disse-me: Sr. Presidente, eu já falei com os meus advogados, isto não dá nada. Eu nunca vou devolver a medalha de Oliveira do Hospital.”

Também quero dizer o seguinte: Sempre vivi na província e por isso não há problema nenhum em ser rústico e ter algum provincianismo. Não me levem a mal, mas não me sinto inferiorizado por não ser um cidadão urbano e não me importo de ser um cidadão da província.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, e depois de efetuada a votação nominal por escrutínio secreto relativamente ao Ponto XIV - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal, foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com uma abstenção, atribuir a Medalha de Ouro Municipal à Santa Casa da Misericórdia de Galizes;

De igual modo foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por unanimidade, atribuir a Medalha de Mérito Municipal à Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central de Oliveira do Hospital;

Foi igualmente deliberado por esta Assembleia Municipal, por unanimidade, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Prof. Francisco Borges Garcia;

Também foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com uma abstenção, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Higinio da Costa Borges;

De igual modo foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com uma abstenção, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Manuel Oliveira Cruz;

Foi igualmente deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com uma abstenção, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Dr. Vicente da Costa Pinto.

De seguida entrou-se no Ponto XVIII - Apreciação e votação da proposta de fixação de taxas do IMI para o ano de 2016, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta proposta defendo que o nosso IMI não seja mexido. Como sabem o nosso IMI poderia ir de 0,3% a 0,5%. O que aplicamos é a taxa de 0,35%.

A receita do IMI ainda não está completamente apurada, de acordo com as previsões, e de acordo com os dados que as finanças nos deram, pensamos que se vai registar um acréscimo de vinte mil euros, em relação a dois mil e catorze. Este aumento de receita vai servir para amortizar empréstimos, tal como aconteceu no ano passado.

Se aplicássemos a taxa máxima de 0,5% teríamos uma receita de cerca de oitocentos mil euros.

Cabe aqui também fazer um parêntese e posso dar alguns exemplos da taxa de IMI aplicada em grandes cidades e em pequenas cidades: O Porto tem uma taxa de IMI de 0,36%; Lisboa tem uma taxa de IMI de 0,3%; Setúbal tem uma taxa de IMI de 0,5%; Santarém tem uma taxa de IMI de 0,5%; Faro tem uma taxa de IMI de 0,5%; Vila Nova de Famalicão tem uma taxa de IMI de 0,35%, igual a Oliveira do Hospital; Águeda tem uma taxa de IMI de 0,3%; Estarreja tem uma taxa de IMI de 0,35%; Ovar tem uma taxa de IMI de 0,38%; Penafiel tem uma taxa de IMI de 0,3%; Braga tem uma taxa de IMI de 0,35%; Viana do castelo tem uma taxa de IMI de 0,37% e Viseu tem uma taxa de IMI de 0,3%.

Iremos ver também algumas situações onde é possível baixar o IMI porque a Câmara Municipal tem sustentabilidade financeira porque as Câmaras que recorreram ao Fundo de Apoio Municipal são obrigadas pelo Governo a aplicar uma taxa de IMI de 0,5%, que é a taxa máxima.

Como já disse a minha proposta é para mantermos a taxa de IMI em 0,35%.

De seguida falaremos da proposta de redução do IMI tendo em conta o número de dependentes. Esta proposta irá ser aplicada a mil seiscentas e setenta e quatro famílias.

Também vos digo que gostaria muito de baixar a taxa de IMI para 0,3% mas neste momento e tendo em conta a nossa situação financeira julgo que a taxa de 0,35% é um valor bastante razoável.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente explicou e explicou bem.

De facto, há Municípios que têm uma taxa superior. Eu também tinha feito uma resenha sobre isso: Temos alguns concelhos vizinhos que têm uma taxa de IMI mais baixa como Tábua, Condeixa, Pampilhosa, Pena Cova, Miranda do Corvo, Mira, que tem 0,3%, mas depois também temos outros concelhos aqui ao lado como Arganil que tem 0,38%, Soure, Montemor, que chega mesmo a ter 0,4%, Seia, que tem 0,5%.

A receita de IMI, desde dois mil e nove até dois mil e treze, durante o seu mandato, teve um aumento, sensivelmente, de trezentos e trinta mil euros.

Se baixa-se para 0,3%, eu também concordo que poderemos fazer isso noutro tempo, até pela proposta que faz a seguir, e percebo que não faça tudo de uma vez, mas perdia duzentos e cinquenta mil euros.

Acho que a perda seria facilmente encaixada no orçamento municipal, mas eu tenho por princípio político, e por formação política, entendimento de que o dinheiro fica sempre melhor na mão das pessoas do que na mão da atividade pública. O dinheiro acaba por ter um rendimento maior na mão das pessoas e na poupança que gerem do que estarmos quase a extorquir para o exercício da função pública.

Acho que Oliveira não é um mau exemplo. É um bom exemplo no que diz respeito a tributação de IMI.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de falar sobre este ponto quero fazer só uma pequena nota: Quando votamos algo, seja a favor, contra ou com abstenção, é algo que é do nosso direito, e não é algo que possa ser criticado. O que pode ser criticado é votar e não estar em consciência com o que se está a votar. Eu já estive com algumas pessoas que votam aqui uma coisa e lá fora dizem outra. Isso é que pode ser criticável, mas cada um faz o que está na sua consciência.

Relativamente à questão do IMI, posso dizer-vos que é um imposto que eu não gosto, até porque quem tem propriedades, e infelizmente também me calharam algumas, vê-se obrigado a pagar impostos em vários sítios.

Sou de opinião de que este imposto deve ser o mais baixo possível, havendo, como é óbvio, o controlo de custos para que isso não leve ao declínio das instituições.

Também tenho que vos recordar o fim da cláusula de salvaguarda que fez com que as pessoas pagassem um pouco mais pelas propriedades que têm devido às reavaliações, o que veio aumentar a carga fiscal sobre as pessoas. Por isso é que eu costumo dizer que se devia baixar o imposto para a taxa mínima. Contudo, concordo e entendo, as razões que o Sr. Presidente referiu.

Este Ponto está muito ligado ao Ponto que iremos discutir em seguida: Quando se fala na questão do IMI estamos também a falar da questão que foi apresentada pelo PSD/CDS, na questão do IMI familiar, que permite a possibilidade de uma redução na taxa de IMI.

Na minha opinião, em alguns casos, acho que compensava mais que se baixasse o IMI para todas as pessoas e não só para aquelas que têm filhos. Se bem que, como se sabe, as pessoas quantos mais filhos têm mais despesas têm também.

Fazemos uma proposta à autarquia: Estamos dispostos a aceitar a proposta que o Executivo está a fazer desde que aceitassem a nossa recomendação ou propostas de aplicar a taxa máxima na redução do IMI familiar porque a taxa que o Executivo está a apresentar não é a taxa máxima.

Dado que a intenção é favorecer algumas famílias sugeria que se aplicasse a taxa máxima de redução no IMI familiar. A minha opinião varia relativamente a esse ponto fundamental. Aceito uma caso se concretize a outra.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Concordo com a proposta da autarquia, e naturalmente que vai ser nesse sentido o nosso voto.

Relativamente ao que foi referido sobre as contradições quero dizer o seguinte: Primeiro faz-se uma aposta no privado: O privado é que é bom. O dinheiro está melhor no privado, é melhor gerido pelo privado e o público não interessa. Quanto menos impostos cobramos melhor.

Depois, vem-se aqui dizer à Câmara que deve apoiar esta e aquela instituição.

Há aqui uma contradição no que é dito.

Também dizer que algumas Câmaras já decidiram que não vão aplicar a redução de taxas com o IMI familiar porque não é obrigatório.

É engraçado, virem aqui falar na redução do IMI, quando a Câmara tem os seus compromissos e todos nós sabemos quais são, depois de termos passado por uma época em que o Governo aumentou os impostos. O IMI deve baixar mas dos outros impostos não se fala e ignoram-se.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto, acho que a proposta é razoável, até pelos exemplos que já foram referidos e pelas diferentes taxas que são aplicadas no País nos diversos Municípios.

A situação financeira da Câmara já vinha equilibrada do anterior Executivo do PSD, com dívidas, logicamente que havia dívidas que têm sido reduzidas ao longo destes últimos anos pelo atual Executivo Municipal. Isso permite-nos que hoje possamos estar aqui a analisar esta proposta e dizer que sim. Se as coisas fossem diferentes hoje estaríamos obrigados a aplicar a taxa máxima de IMI.

Nós sabemos que é simpático, e aqui há tempos o Dr., Luís Lagos trouxe aqui uma proposta que foi chumbada, chegar aqui e propor uma diminuição no IMI e no IRS. Nós sabemos que é simpático e que isso cai bem. Todos nós gostamos de ouvir isso.

Agora, a questão é outra: A questão é saber se há condições para isso? Todos nós sabemos os problemas que existem na Câmara Municipal para manter o equilíbrio financeiro. Sabemos bem que temos um ou dois “calcanhares de Aquiles” nas contas do Município. Obviamente que o Município e particularmente o Executivo Municipal têm que analisar bem essas questões.

Penso que esta proposta é razoável e, sabendo nós da boa vontade do Presidente da Câmara e do Executivo, esperemos que com o desenrolar do tempo a situação venha a evoluir favoravelmente no que diz respeito à dívida global da Câmara, e que daqui a algum tempo possamos estar a discutir uma diminuição deste IMI.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à proposta do PSD e relativamente ao que disse o Dr. Nuno Vilafanha quero dizer o seguinte: É preciso termos um discurso coerente.

O Dr. Nuno Vilafanha, não pode esquecer-se do que aconteceu no País em termos de impostos.

Não podemos deixar de falar nas taxas da ADSE que se aplicaram aos trabalhadores da Função Pública, onde hoje têm que descontar muito mais dinheiro.

Admitia uma redução na taxa de IMI se a nossa taxa fosse de 0,4%.

Eu podia fazer um número: Era não aplicar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes e assim já podia reduzir a taxa de IMI para 0,34%.

Mas temos que ver que esta redução da taxa de IMI em função do número de dependentes é também um incentivo à natalidade.

Eu não apliquei a taxa máxima na redução do IMI em função do número de dependentes para que esta taxa possa ter alguma coerência. Esta redução vai ter impacto sobre cerca de mil e seiscentas e setenta e quatro famílias.

Há aqui um pormenor que é importante referir: A Câmara Municipal prescinde do valor da derrama a favor das empresas no valor de cerca de duzentos e dezassete mil euros. E eu acho que devemos continuar a prescindir nesta fase em que tanto precisamos de empregos.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XVIII - Apreciação e votação da proposta de fixação de taxas do IMI para o ano de 2016, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que foi aprovado por maioria, com três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto XIX - Apreciação e votação, nos termos do nº 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho pena do adiantado da hora porque eu acho que é esta a questão mais importante nessa Assembleia Municipal.

Tenho pena porque já não me acho capaz de lhe fazer o elogio que merece.

Ao levar esta recomendação à Câmara Municipal, depois de a mesma ter sido rejeitada na Assembleia, acho que revela, e não lhe faço isto por amizade,

faço isto de político para político, que não é faccioso, que não está com a camisola partidária, que está atento a todas as propostas que aqui chegam e está atento àquilo que pode beneficiar o Concelho.

Esta proposta beneficia e muito o nosso Concelho.

Primeiro consegue diferenciá-lo de todos os outros relativamente à degradação demográfica a que assistimos nesta região do interior.

Não há economia nenhuma no mundo que tenha crescido com uma densidade demográfica a baixar. Por isso é mais uma das razões porque eu sou a favor dos refugiados virem para as nossas terras.

Não há economia no mundo que cresça se não tiver gente.

Gente é que gera riqueza, é que tem necessidades económicas, é que tem de ter empresas a produzir para essas mesmas necessidades económicas, é que consegue pôr um País a crescer.

Não é por causa destas pequenas medidas que as pessoas passarão a ter filhos ou que a nossa região passará a ser um oásis da natalidade. Não é! Mas se não protegemos as pessoas, se não as dignificarmos, então não estamos a fazer nada e não estamos a inverter este inverno demográfico a que assistimos.

É de louvar que Oliveira do Hospital e, muito pela minha mão, pela mão do CDS, consiga e, tenha sensibilizado o Sr. Presidente, tenha mostrado que era possível fazer diferente, hoje tenhamos aqui uma proposta aprovada de IMI reduzido para as famílias, beneficiando os casais jovens, beneficiando quem quer começar uma vida.

Começámos bem esta Assembleia porque no primeiro Ponto começámos a dar emprego efetivo, e não precário, e se no futuro tivermos possibilidade de fazer contratação pública que seja a gente jovem, e terminamos a Assembleia também bem e a beneficiar os casais jovens que têm filhos e que podem construir uma vida na nossa terra e assim potenciar o crescimento económico.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“É a última vez que vou intervir, se o demónio não me chamar mais cedo. Vou falar três minutos porque quero corrigir o Ponto XIV: Eu disse que ia votar contra mas eu fiz questão de mostrar o voto, apesar de ser secreto, e votei favoravelmente em relação a todas as propostas. Também estava convencido de que íamos aprovar as propostas por unanimidade que é uma ambição que eu tenho de ver as medalhas todas aprovadas por unanimidade. Eu votei e fiz questão de mostrar o voto para não haver dúvidas.

Quanto a esta questão, eu tenho aqui uma proposta para apresentar à Mesa.

Estou de acordo com o Sr. Presidente da Câmara porque este Ponto são *peanuts* e nem dá para discutir.

O eleito António Lopes não é irresponsável nem é demagogo. Sempre tenho dito nesta Assembleia que não sou pela redução de impostos desde que bem utilizados.

Tenho informação bastante para saber que o IRS e o IMI não afetam, especialmente, os mais pobres. Pois, se são pobres, se são desempregados, ou têm baixos rendimentos, não podem ser muito afetados.

Infelizmente este raciocínio básico é cada vez menos assim.

O anterior Governo aplicou a política dos famigerados PEC's, atirou-se à classe média e tornou-a classe pobre. Política que foi seguida pelo atual Governo.

Hoje há muita gente que antes podia pagar e agora não pode.

Por outro lado, que moral tem o Município em que a sua principal rubrica no Orçamento com mais e doze por cento do mesmo, no montante de um milhão, duzentos e dezassete mil, setecentos e cinquenta euros, se destina à cultura pouca, desporto muito, juventude e tempos livres, leia-se Festas, para dizer que não pode reduzir os impostos e os preços exorbitantes da água e saneamento.

A redução do IRS representa o máximo de quatrocentos e seis mil, duzentos e noventa e quatro euros. Os 5% de desconto que propomos a mais no IMI são insignificantes.

Um Executivo que enche a boca a proclamar o meu povo que orçamenta um milhão e duzentos mil euros em Festas e Bola não tem moral para cobrar estas taxas e praticar estes preços.

Por outro lado, a redução nos caudais pagos da água e saneamento poupam uma verba semelhante à que estamos a propor, apesar do que aqui foi dito, por isso, propomos a sua redução.

O PS que mostra tanta preocupação com a supressão dos serviços da responsabilidade do Estado, não pode praticar esta extorsão dentro do Município que é de sua responsabilidade. Aliás, a grande maioria dos Municípios, incluindo os nossos vizinhos, como já aqui foi dito, já aboliram a taxa de IRS, e praticam os descontos que eu estou a propor.

Os Senhores são os maiores em tudo, querem cá a televisão, isto era um bom motivo para ter cá a televisão.

Na tal rubrica do Ponto I da Solidariedade e Segurança Social, no final de agosto estavam gastos cento e quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e seis euros.

Eu ouço aqui toda a gente. Falam muito bem. Mas o meu negócio, são números.

O maior item do orçamento neste Concelho é a Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres.

Os Senhores podem ficar aqui a noite toda. Chamem-me lá o que os Senhores quiserem porque contra factos não há argumentos. Os números estão aqui.

Eu defendo esta proposta e defendo-a com toda a propriedade.

Volto a dizer, eu não sou pela redução de impostos, sou pela solidariedade, sou pelas obras, mas quando eu vejo o que vejo. Tenho que ser coerente.

Queria dizer mais uma coisa: Sr. Presidente, como eu estou falido, eu pago e pago bem, o Senhor desta vez podia-me isentar.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Temos aqui uma proposta que se insere neste Ponto. Sendo votada uma fica prejudicada a outra. No entanto não me importo nada de colocar as duas à votação.

A primeira proposta, que é a da Câmara Municipal, propõe o seguinte:

- Para um dependente uma redução de 5%.
- Para dois dependentes uma redução de 10%.
- Para três ou mais dependentes uma redução de 15%.

A segunda proposta, que é do Sr. António Lopes, propõe o seguinte:

- Para um dependente uma redução de 10%.
- Para dois ou mais dependentes uma redução de 15%.

A proposta da Câmara propõe um valor de dedução inferior ao que o Sr. António Lopes propõe.

Eu sugeria que votássemos primeiro a proposta da Câmara e depois votávamos a proposta do Sr. António Lopes.

De seguida, fica aberta a discussão para esta nova proposta.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Eu percebo esta proposta e sei porque é que ela é feita! Todos nós sabemos!

Não sei se faz sentido a apresentação desta proposta uma vez que o Sr. António Lopes vota contra todas as propostas porque esta Assembleia não está a funcionar, segundo diz ele, dentro da legalidade. Eu não sei se será, realmente, de aceitar esta proposta?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Raúl Dinis veio referir os aspetos que eu vinha referir.

O Sr. António Lopes que diz que é uma pessoa coerente, mas que vota contra todas as proposta quando está em causa dinheiro e abstém-se quando não se referem a dinheiro. Vem agora propor redução de dinheiros.

Penso tal e qual como o Sr. Raúl Dinis. Essa proposta não deve ser votada, ou então, o Sr. António Lopes que assuma de uma vez por todas a legalidade desta Assembleia e, então, aí sim, votaremos também a proposta dele.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, nem nos meus melhores sonhos poderia prever que isto viesse a acontecer!

Há duas Assembleias atrás estava eu aqui, neste mesmo púlpito, nesta mesma sala, com uma proposta de redução do IMI para casais jovens com filhos... não houve propostas, nem do Executivo, nem da oposição. Fui chamado de burro porque não sabia fazer as contas. Fui quase ostracizado, para não dizer pior, e hoje há a proposta A e a proposta B!

De facto, o CDS vai fazendo história, vai fazendo caminho, e é com satisfação que vejo o Executivo, e bem, a vir atrás do CDS, e que vejo, agora, também aquele que foi o primeiro eleito para a Assembleia Municipal a vir na senda daquilo que são as propostas do CDS. É um reconhecimento que nós agradecemos, que eu agradeço, e com o qual só me posso congratular.

Agora, por uma questão de coerência com a proposta que eu fiz tenho que votar na proposta da Câmara.

Tenho que votar a proposta da Câmara por duas razões: Primeiro, por uma questão de coerência do Sr. Presidente da Câmara que logo naquele dia foi o único, e mais uma vez, Sr. Presidente, isto não é por amizade, é de facto

porque merece essa credibilidade política, foi o único nesta sala, depois do PS vilipendiar a minha proposta, os Senhores jornalistas não se esqueçam porque têm essa obrigação, mas foi o único que disse: “*Sr. Dr. Luís Lagos, a tempo veremos, e estarei cá para analisar o seu contributo*”. Por isso mesmo, o meu voto será a favor, com gosto, com prazer.

Agora, mais uma vez, é com muito agrado que registo que toda a gente, e até a oposição mais feroz, já vem atrás de mim. Muito obrigado!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Assistimos, aqui, mais uma vez, a um número político do Dr. Luís Lagos. Já estamos habituados!

Aliás, assistimos aqui a dois números políticos!

Mas já estamos habituados, nós do PS já estamos aqui há algum tempo e estamos habituados a estas coisas e já não estranhámos muito isto.

Quero dizer ao Dr. Luís Lagos para ser sério porque eu gosto de ser sério nas afirmações que faço e também não me esqueço!

Também quero dizer à Comunicação Social que eu não tenho memória curta e quando chego aqui a este púlpito para falar eu não me esqueço do que digo. O Senhor não venha agora dizer, e não venha agora querer anunciar uma grande vitória do CDS porque o Sr. Presidente da Câmara devido à sua proposta, ou recomendação, que foi por sua causa que o Sr. Presidente da Câmara vem agora apresentar esta proposta e que o CDS prestou um serviço a este Concelho, e às pessoas mais desfavorecidas deste Concelho, que nunca foi prestado neste Concelho.

Dr. Luís Lagos, vamos ser sérios! Eu lembro-me muito bem do que aqui se passou como se fosse ontem. Perante a proposta, ou recomendação, que o Sr. aqui apresentou, aquilo que o Partido Socialista fez foi chumbar a sua proposta ou recomendação. É verdade! Nós assumimos aquilo que fazemos.

Agora, eu também assumi e eu vim aqui fazê-lo, e dei indicação de voto ao Grupo do Partido Socialista nesta Assembleia, dizendo que não era propriamente muito sério, de uma forma simplista como o Senhor o fez, chegar aqui a esta tribuna e dizer: “*Sr. Presidente da Câmara, baixe o IMF*”. Foi esta a recomendação que o Senhor fez.

Nós dissemos, e eu disse-lhe aqui, cara a cara, olhos nos olhos. Eu até disse que a sua proposta era uma proposta simpática. É populista? É, sim Senhor! Era populista na altura como qualquer outra que chegue aqui.

Eu, de hoje para amanhã, chego aqui a uma Assembleia Municipal e apresento aqui uma proposta para baixar um imposto qualquer e fico bem visto como o senhor ficou. Mas, é preciso termos noção, porque o Senhor não contabilizou, e é preciso verificar o que é que implica para as contas da Câmara a redução de uma verba de determinado valor, porque o Senhor não o disse a esta Assembleia. Só se limitou a chegar aqui e disse, baixe-se.

Eu disse que isso não é correto e não é propriamente muito sério.

É simpático? É sim, Senhor!

Agora, não entenda isto como se fosse uma vitória sua porque, obviamente, e como o Senhor diz, e muito bem, o Sr. Presidente da Câmara ouviu-o e registou, e aqui está o resultado.

Ele entendeu, como aliás tem de ser a sua obrigação, fazer um estudo e análise do impacto que a sua proposta teria nas finanças da Câmara e terá chegado à conclusão que, se calhar, o impacto não seria tão gravoso para o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal e que seria de admitir a sua proposta dando-lhe viabilidade.

Dr. Luís Lagos, vamos ser sérios e não vamos brincar com as palavras, nem fazer brincadeiras à volta destas coisas.

Eu disse, e continuo a dizer, que não basta chegarmos aqui e dizer, baixe-se o imposto, sem demonstrar a mínima preocupação em saber qual o impacto financeiro que poderá ter.

Porque é que o Senhor e o PSD não tomam atitudes parecidas com as que estão aqui a tomar junto do vosso Governo? Eu gostaria de ver essa coragem da vossa parte, mas não vejo! Não noto a vossa preocupação, neste púlpito, relativamente aos aumentos e à forma como o vosso Governo ataca os bolsos dos Portugueses. Não vos vejo fazer referências a isso! Essa coragem é que eu gostava de ver!”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer-lhe só uma pergunta. E por coragem política vai-me responder. E pode responder-me mesmo daí, se o Sr. Presidente da Assembleia autorizar. Uma só pergunta, sem ninguém lhe segredar nada ao ouvido: Qual é o impacto financeiro nesta medida que o Sr. Presidente está aqui a propor?”

Responda-me!

Há! É um ato de profissão de fé no Sr. Presidente.

Sr. Presidente do PS, está tudo respondido.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“O Senhor quer brincadeira! O Senhor quer brincar com estas coisas sérias.

Dr. Luís Lagos, com certeza que o Senhor não tem dúvida nenhuma, nem a tenha! Porque se o Senhor não tem confiança num homem que está ali, que é o Presidente da Câmara, eu tenho. Quando ele apresenta esta proposta eu sei que ele já fez as contas. Eu confio nele. O Senhor pode não confiar, nem o PSD, nem o Sr. António Lopes, mas eu confio.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dr. Luís Lagos, eu estive de acordo com o Partido Socialista quando chumbou a sua proposta e entretanto fui recuperá-la por uma razão: A sua proposta não foi colocada na altura própria.

O Senhor tinha participado com as suas sugestões no Plano e Orçamento da Câmara, provavelmente na altura ainda não existisse a lei que nos dá a possibilidade desta redução do IMI para as famílias numerosas, também admito isso, mas, não vale a pena estarmos a discutir “quem é o pai da criança”.

O Partido Socialista, na altura, fez o que devia ter feito.

Eu, também acho que, agora, fiz o que devia ter feito.

A propósito de algumas coisas que foram ditas também quero referir o seguinte: O primeiro eleito desta Assembleia quando vem aqui trás sempre uns trocadilhos e uns recados e depois diz que são os outros que provocam.

Eu não quero provocar ninguém, mas quero dizer que há uma série de comentários, numa manipulação constante de números e estas coisas têm nome de mentira.

Os valores que interessam não são os valores orçamentados, o que interessa são os valores que se concretizam no orçamento.

Se repararmos no Ponto I, na Informação Financeira, vimos que o setor que tem mais dinheiro gasto nesta Câmara Municipal é o objetivo um,

Educação e Formação Profissional, que tem realizado seiscentos e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros.

Na Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres nós gastámos quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e seis euros.

Por isso, não é verdade que o objetivo da Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres seja aquele que gasta mais dinheiro. Esta é que é a verdade.

Eu não gosto de estar constantemente a repetir isto porque acho que há coisas mais importantes para fazer no Concelho mas não me posso calar quando há números manipulados e com mentiras.

As mentiras sobre o preço da água estão aqui mais uma vez clarificadas e já disse que desafio os Deputados, o Dr. Luís Lagos, o Dr. Nuno Vilafanha, o Eng.º Carlos Artur e o Sr. António Lopes, para reunirem com a Equipe Multidisciplinar das águas para verem a verdade e para depois dizerem na próxima Assembleia quem é que tem razão e quem é que manipula os números.

Também foi dito aqui que nos incentivos à natalidade se gastam quarenta mil euros.

Sabem quanto é que pagamos mensalmente com o apoio à natalidade?

Eu tenho aqui todos os pagamentos que fazemos porque tenho que ter dinheiro para os pagar e este valor vai aumentando de acordo com o número de crianças que nascem. No mês de agosto tenho para pagar nove mil, e oitenta e quatro euros.

Isso quer dizer que não são os quarenta mil euros, como disse. Estão aqui as provas do pagamento e gastaremos este ano nos incentivos á natalidade cerca de cem mil euros.

O valor de quarenta mil euros que disse é mentira. É useiro e vezeiro nessas mentiras e calunias.

Também quero dizer que nunca ninguém me ouviu dizer que o Sr. Deputado António Lopes era falido. Eu sei que há empresas que passam dificuldades e ouvi-lhe muitas vezes dizer que estava em dificuldades financeiras, mas não ponham na minha boca palavras que eu não disse e, por isso, deve ter maus informadores.

Na Câmara Municipal há uma gestão transparente e séria.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XIX - Apreciação e votação, nos termos do nº 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução

de taxa de IMI em função do número de dependentes, que foi aprovado por maioria, com três abstenções.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“No âmbito das competências da Assembleia Municipal a lei diz, no seu artigo 25º, o seguinte:

Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as taxas do Município e fixar o respetivo valor; Deliberar sobre o exercício dos poderes tributários; Fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.

O que quer dizer que, esta proposta do Sr. António Lopes, se em termos formais podia ser admitida, porque estava dentro do Ponto, em termos substanciais não pode ser admitida porque o Senhor não pode propor alteração de matéria fiscal que é da competência da Câmara.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Se a proposta da Câmara fosse chumbada, a proposta apresentada pelo Sr. António Lopes poderia vir como recomendação e descia à Câmara Municipal, para apreciação e votação, e só depois é que seria votada nesta Assembleia Municipal.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Eu já tinha prometido que não falava mais mas depois deste apoio que o Sr. Eng.º Carlos Artur deu ao Sr. Presidente da Câmara, eu até estava com pena dele desta vez. Isto estava tão calmo e sereno! Eu disse várias vezes como é que isto era.

Sr. Eng.º Carlos Artur, se o Senhor tem muita memória como diz, não se nota: Eu já lhe disse que em dois mil e sete houve um buzirão e uma vigília por causa da saúde. Só agora é que descobriu? Já lá vão sete anos.

O Guterres fez o IC6 e esteve lá mais cinco anos e não fez mais nada. Agora os Senhores é que querem que seja feito?

Quero dizer ao Sr. Presidente da Câmara que o senhor insiste nisso. Eu já desisti. Eu faço assim: O Senhor tem aqui uma proposta, é a segunda que eu aqui deixo, é o segundo mapa que eu deixo com os meus números da água.

Já fiz requerimentos e, até agora, os Senhores não me respondem e nunca criticaram esse mapa.

Eu se chegar à conclusão que estou enganado... Eu não adivinho tudo! Eu não sei quanto é que as IPSS gastam de água de borla, eu não sei quais são os descontos, eu não sei uma série de coisas. Os Senhores não me dizem!

Eu faço as contas com a informação que os Senhores me derem. Se assim não é, eu já propus, porque o assunto é sério, para virmos aqui discutir.

Agora, o que é que eu vejo?

Aumentaram a água sessenta e sete por cento às pessoas, nesta altura, e o que é que eu vejo agora? Vejo que nos impostos não se tira nada.

O Sr. Presidente, agora, vem dizer que o Sr. António Lopes é o malabarista dos números.

Eu quero pensar que quando a Câmara Municipal nos apresenta aqui o orçamento que é um documento razoavelmente elaborado e com as previsões mais ou menos certas.

Agora, o Sr. Presidente vir aqui dizer que o valor que coloca no orçamento até podia ser de dois milhões. Mas estamos a brincar com coisas sérias? Isto é para brincar?"

De seguida entrou-se no Ponto XX - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O que proponho é uma taxa de IRS de 5%.

Também temos que reconhecer que quem tem o rendimento mínimo não paga IRS.

Relativamente a este imposto o que me preocupa é o seguinte: A receita do IRS de dois mil e catorze foi de trezentos e dezasseis mil euros e em dois mil e onze a receita foi de trezentos e vinte e seis mil seiscentos e oitenta euros. Isto quer dizer que o Governo aumentou o IRS na classe média mas diminuiu as participações nas áreas da Educação, Saúde, e também noutras áreas.

Esta diminuição no valor do IRS é preocupante porque demonstra que há menos rendimentos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Isto de facto está muito mais complicado!

O Sr. Deputado Dr. André Pereira veio aqui duas vezes defender as Bolsas de Estudo. Está aqui a ata do dia vinte e nove de abril e tem aqui cinquenta mil e nove euros para o Ensino Superior. No ano passado foram gastos cinquenta e três e gastaram mais três e meio aí nuns apoios.

O que foi gasto no ano passado no apoio à natalidade foram trinta e quatro mil e quinhentos euros. Eu sei que estão orçamentados cento e vinte cinco mas como o Sr. Presidente disse que isto do orçamentar não tem interesse... Eu acredito no que ouvi. Então, vimos aqui perder uma noite no fim do ano para aprovarmos o orçamento, eu sei que há sempre uma folga, e sei que há uma taxa de execução mas, então, o Sr. Presidente quer-me ensinar a mim como é que isto funciona? O Senhor se souber tanto como eu, já está bem. Mas presunção e água ..., não vamos por aí.

Os números são estes e tenho-os aqui. O Senhor não me provoque e não ponha em causa aquilo que eu lhe digo. Eu mostro-lhe os seus papéis porque foi o Senhor que mos deu. Eu não invento os números. Se eu estou a mentir é porque alguém andou a mentir.

O António Lopes é que é o aldrabão, mas eu tenho aqui os documentos! Afinal, quem é que mente? Sou eu?”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao IRS eu continuo a achar o que sempre achei: Se tivermos possibilidades os impostos devem ser sempre aliviados.

Há pouco estavam a criticar o Governo por causa dos impostos, eu acho que não é muito correto trazer para este debate as questões políticas nacionais, mas esqueceram-se de dizer que esses impostos tiveram algo que os proporcionou. Que eu saiba, foi alguém que esteve lá anteriormente e que levou o País à banca rota mas, se calhar, isso também não convém dizer. Pois é, são uns fofos!

Como referimos no passado, é nosso entendimento que a Câmara Municipal, num cenário favorável, prescindia da sua participação variável no IRS à semelhança do que fazem outros Municípios.

Esta decisão seria uma forma de aumentar a atratividade do Concelho para as famílias e empresas que em conjunto com outras medidas que defendemos contribuiriam para a fixação das pessoas na nossa terra.

Aliviaria um pouco as dificuldades sentidas por muitos Oliveirenses, diminuindo a carga fiscal das famílias, resultando num aumento do seu rendimento disponível e estimulando a economia local.

Contudo, também devemos ser realistas e, por isso, temos de salientar que apesar das evidentes e inegáveis melhorias das condições de vida dos Portugueses, muitos ainda precisam de ajuda e de apoios de Instituições como a Câmara Municipal.

Obviamente que também esta precisa de dinheiro para fazer face a essas dificuldades e dar um apoio mais efetivo às famílias Oliveirenses. Responsavelmente, por estes motivos sociais e sobretudo de solidariedade, recomendamos para este ano a fixação da participação variável do IRS de 2,5%. Sendo que o valor daí resultar seja canalizado de forma direta e comprovada para o apoio de famílias Oliveirenses carenciadas e aos mais idosos como forma de mitigar as suas dificuldades e possibilitar-lhes melhores condições de vida. Como, por exemplo, no campo da saúde.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Não saímos daqui! Continuamos com o discurso das propostas da simpatia, do cai bem, da demagogia.

Claro que se reduzirmos de 5% para 2,5%, as contas são fáceis de fazer. Mas depois é a tal coisa: A Câmara precisa de fazer obras. Depois querem mais dinheiro para a natalidade, mais dinheiro para o ensino, mais dinheiro para isto e para aquilo, e eu pergunto: Onde é que a Câmara vai buscar esse dinheiro?

Ou será que os Senhores vão ter uma ação, que seria bonita da vossa parte, de convencer os dirigentes dos vossos Partidos para aumentar as verbas aos Municípios para repor as verbas que lhes tiraram. Isso era bom. Era bom que os Senhores fizessem isso.

Vamos ser sérios. Só pelo simples facto do Município de Oliveira do Hospital ter tido uma preocupação no seu equilíbrio financeiro, e isto é mérito de Executivo Municipal e todos estão a ver que a Câmara fez um bom trabalho nessa área, e agora a Câmara tem que baixar todos os impostos?

Pedem que baixe a água. O Sr. António Lopes quer baixar o preço da água. Os senhores querem baixar a participação no IRS. Vamos baixar o IMI. Vamos baixar tudo! E obras, querem muitas! E apoios, querem muitos! E mais dinheiro para as Juntas!

Eu também quero mais dinheiro para as Juntas.

E digo aqui, olhos nos olhos, ao Sr. João Dinis que não ande a iludir as pessoas porque anda a pôr papeis na rua a dizer que a União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira ainda tem dez mil euros para dois mil e quinze.

Tudo isto é muito bonito e muito simpático.

Eu não sei se o que fez aqui foi uma proposta ou uma recomendação?

Há! É uma recomendação... Eu registo a recomendação!"

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos dez mil euros para as Juntas de Freguesia o que aqui combinámos é que essa verba era para dois mil e dezasseis.

Dr. Nuno Vilafanha, quero fazer um acordo consigo: Nós baixamos o IRS para 2,5% e o Senhor vai pedir à sua Ministra das Finanças que reponha os valores dos complementos solidários para os idosos.

Peça-lhe também que reponha os apoios aos mais desfavorecidos e também aos portadores de deficiência.

Peça-lhe que retire a sobretaxa de IRS, sobretudo à classe média e aos aposentados.

Peça-lhe que reponha os valores respeitantes às prestações no desemprego.

Peça-lhe que baixe os escalões do IRS, sobretudo aos mais necessitados.

Faça isto porque, depois, também faço o que me pediu.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XX - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção e um voto contra.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Eu absteve-me porque, como sabem, é o meu voto tendo em conta a situação que está definida.

Continuo a dizer que não se compreende. Eu quando venho fazer proposta venho com números que não são os meus são os da Câmara.

Sr. Eng.º Carlos Artur, eu disse onde é que se tinha de cortar porque eu não sou contra os impostos desde que eles sejam bem utilizados.

Agora, se, de facto, a maior verba orçamentada é para aquilo que a gente sabe. Eu acho que entre isso, e ajudar as famílias. Eu não penso duas vezes.

É esta a razão do meu voto. Mas eu disse onde é que era para cortar: Disse para cortarem na Bola e nas Festas.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção e sendo quatro horas e quarenta e cinco minutos do dia dezanove de setembro de dois mil e quinze o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim

Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
